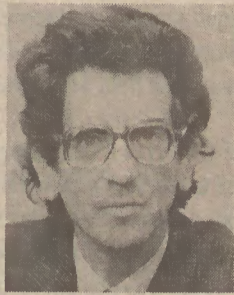


Cedências absurdas e trapalhadas

Confirma-se que as cedências, absurdos e trapalhadas do PS em matéria de referendo são o caminho quase completo para inviabilizar a regionalização.



■ Vítor Dias

Pág. 16

REGULARIZAÇÃO DE IMIGRANTES

Atrasos e omissões preocupantes

■ António Filipe

Pág. 17

Democracia formal ou ditadura informal?

■ Zillah Branco

Pág. 18

Euro'96 Portugal entre os favoritos

■ José Alvarez

Pág. 20

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Junho de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1176 • Director: Carlos Brito

Trabalhadores da Função Pública exigem do Governo

Pág. 5

«Passado quase meio ano, nem se aplicaram as medidas imediatas nem se avançou na generalidade das matérias acordadas para negociação», afirmaram, em moção aprovada na passada semana, os trabalhadores concentrados no Marquês de Pombal, de onde seguiram para a residência do Primeiro-Ministro.



Respeito pelos compromissos

A festa! / **Avante!**
 AMORA-SIXAL
 6, 7 e 8 SETEMBRO

Ao trabalho que é festa!

Todos os anos, muitas centenas de militantes e simpatizantes comemoram até à Quinta da Alameda para, genericamente, participarem no convívio, realização e depois desmontagem da maior festa que se faz no sul do ar livre. São milhares de horas de trabalho voluntário sem ao qual não seria possível abrir as portas aos visitantes. Mas é também um factor fundamental e determinante para o ambiente branco e tralho que até ao regresso, a festa é, assim, o resultado directo do esforço impenhável dos militantes e, por isso, é também uma manifestação da sua forma de ver e estar no mundo.

Foi assim nos últimos 20 anos e assim vai continuar a ser no futuro. O trabalho, esse já sempre... Para muitos é um momento de reencanto com momentos de festa solenares, para outros é a vontade de fazerem parte da grande colheita que ergue o principal acontecimento de Setembro. Isso não é bem recoberto. Não esquecer: no próximo fim-de-semana vem ajudar à Festa!

Adere ao PCP

Junta-te a nós!
 Campanha de adesão ao PCP
 Entrevista com Agostinho Lopes

Centrais



Trabalhadores da Função Pública manifestam-se em São Bento

RESUMO

4 Terça-feira

PCP recusa "perdão fiscal" do governo aos clubes de futebol ■ Inicia-se, em Lisboa, Conferência internacional sobre refugiados na Europa ■ Manifestação de apoio a José Eduardo dos Santos, em Luanda, na sequência de remodelação governamental ■ ETA pede amnistia para participar numa solução política negociada do problema basco ■ Independentistas tchetchenos recusam eleições previstas ■ "Ariane 5", lançador espacial europeu de nova geração, destruído após a decolagem ■ Documento da ONU refere que 20 por cento da população mundial não dispõe de habitação condigna.

5 Quarta-feira

O jornal *Washington Post* afirma que os EUA vão vender aviões de guerra à Indonésia ■ Cimeira franco-alemã assinala reforço da cooperação militar entre os dois países ■ Cimeira de Aqaba apoia os palestinianos no seu objectivo central de criação de um Estado palestiniano, com capital em Jerusalém ■ Organização dos Estados Americanos (OEA) manifesta-se contra reforço de embargo norte-americano a Cuba ■ Conselho de Ministros aprova resoluções sobre tratamento de lixos, saneamento básico, águas residuais e conservação da natureza ■ Carta arqueológica do concelho de Foz Côa inclui 154 estações arqueológicas ■ Trabalhadores da Função Pública manifestam-se em São Bento ■ Plenário de Professores da Região Centro defende educação gratuita e universal ■ Professores denunciam intenção do Ministério da Educação de criar turmas com currículos alternativos ■ Um palestiniano é morto por soldados israelitas na faixa de Gaza.

6 Quinta-feira

O secretário da Defesa norte-americana visita a Base das Lajes, que classifica de peça-chave nos planos dos EUA ■ Parlamento Europeu aprova acordo de associação entre a União Europeia e Marrocos ■ Governo promete linha de crédito à agricultura ■ Londres e Dublin concluem acordo sobre as regras a que irão obedecer as negociações sobre o Ulster ■ Nelson Mandela anula visita de Estado a Angola, dada a situação interna deste país ■ Investigador italiano confirma níveis excessivos de mercúrio no peixe-espada-preto da Madeira ■ Dezenas de organizações não governamentais desfilam em Istambul, pela inclusão do direito à habitação na agenda da conferência Habitat II.

7 Sexta-feira

Inicia-se, no México, última etapa de negociações para a paz na Guatemala, entre o governo e o movimento de libertação ■ O presidente Demirel encarrega líder islamita turco de tentar formar governo ■ Junta militar da Birmânia proíbe Liga Nacional para a Democracia, partido da prémio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi ■ PC Russo denuncia preparação de actos

de violência ■ Governo de Sarajevo bloqueia assinatura de acordo de desarmamento ■ SOS Racismo divulga proposta de lei contra discriminação racial.

8 Sábado

Encontro, em Madrid, de partidos de esquerda debate realização de referendos vinculativos em toda a União Europeia sobre a revisão do Tratado de Maastricht ■ Toma posse novo governo angolano, chefiado por França van Dunen, que define como prioridades a alimentação, a educação e a livre circulação ■ Carlos Carvalhas anuncia que PCP se vai empenhar em campanha pelo referendo europeu ■ Palestinos e árabes consideram programa político do novo governo israelita como declaração de guerra ■ China efectua teste nuclear, que afirma ser o penúltimo, após o que o programa será suspenso ■ A assembleia geral dos accionistas dos estaleiros navais de Gdansk declara a falência da empresa ■ Exército mexicano suspende operações na região de Chiapas, para facilitar encontro entre zapatistas e delegação parlamentar ■ IPSS decidem apresentar 400 candidaturas ao rendimento mínimo.

9 Domingo

Portugal empata com a Dinamarca, no Europeu de futebol ■ Negociadores russos e tchetchenos chegam a acordo sobre calendário da retirada das tropas de Moscovo ■ Documento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) refere que Portugal é o país europeu com maior taxa de trabalho infantil ■ UNICEF pede desminagem na Bósnia ■ Bruxelas quer reduzir quotas de pescado para Portugal.

10 Segunda-feira

Presidente da República inicia em Lagos comemorações do Dia de Portugal ■ Conversações multipartidárias sobre Irlanda do Norte iniciam-se sem o Sinn Fein ■ Colectividades portuguesas em França comemoram Dia de Portugal com apelo à luta contra racismo e xenofobia ■ Termina campanha eleitoral no Bangladesh ■ Debatido em Viena aumento de tráfico sexual de mulheres na Europa ■ Governo britânico proíbe stocks de rações suspeitas de transmitirem doença das vacas loucas.

11 Terça-feira

Assembleia da República chumba proposta de alteração da lei-quadro das privatizações ■ O Provedor de Justiça propõe, por falta de condições, o encerramento imediato das prisões do Montijo, Monção, Regional de Coimbra e Norte de Alentejo ■ Bomba no metropolitano de Moscovo provoca três mortos e oito feridos graves, enquanto em São Paulo uma explosão atinge mortalmente 26 pessoas e fere 200 ■ Jovens timorenses voltam à rua, enfrentando pelo segundo dia consecutivo a polícia indonésia, na cidade de Baucau ■ Câmara dos Representantes dos EUA aprova ajuda militar à Indonésia.

EDITORIAL

O caminho da luta

Trabalhadores da administração central e local, trabalhadores do sector empresarial do Estado e eleitos das Juntas de Freguesia foram, entre outros, os sectores que trouxeram a público, nos dias que precederam o feriado de 10 de Junho, as suas queixas, protestos e reivindicações.

São novas vozes que se juntam ao movimento de descontentamento e de luta que a conduta do Governo do PS, defraudando as esperanças de mudança, por acção ou omissão, está a suscitar e que já alastra pelo país.

No caso dos trabalhadores da Administração Pública, a manifestação do passado dia 5 deu expressão de massas à acusação feita pela Frente Comum de que o Governo não está a cumprir o acordo firmado, em Fevereiro, e de que o Primeiro-Ministro se declarou garante.

A manifestação aprovou uma moção onde se exige alteração do comportamento negocial do executivo e soluções concretas para os problemas concretos, nomeadamente no domínio da valorização salarial.

Trabalhadores do sector empresarial do Estado foram, por sua vez, os principais participantes no plenário público, efectuado no Rossio, no passado dia 4, por convocação de estruturas da CGTP-IN, da coordenadora das comissões de trabalhadores e de listas unitárias da Banca para protestar contra o programa governamental de privatizações.

O plenário classificou como um «crime económico» o prosseguimento das privatizações da Telecom, da Cimpor, da EDP, da Tabaqueira, do Banco de Fomento Exterior e do Banco Totta & Açores.

Demonstrou, ao mesmo tempo, como, com as privatizações, o Estado se priva de alavancas essenciais para o relançamento da economia, abdica de fontes de financiamento, abre as portas a mais desemprego e a novos ataques aos direitos dos trabalhadores, desrespeita a Constituição e faz negócios escandalosamente ruinosos para o erário público.

Finalmente, os eleitos das autarquias reunidos em Congresso da Anafre, durante três dias, também acusaram o Governo de não cumprir as promessas assumidas, nomeadamente, em relação à participação no FEF, às novas competências, ao alargamento do regime de permanência e ao reconhecimento do papel da Anafre.

Proclamaram os autarcas das freguesias que «agora queremos as coisas no concreto» e anunciaram uma manifestação nacional se as promessas governamentais continuarem a não ter cumprimento.

Nos três casos, a linha da luta aparece como resposta a agudos problemas e duras situações e está associada a justas e claras reivindicações, que, pelo menos em dois deles, foram, há meses, reconhecidas pelo próprio Governo.

Nada garante, no entanto, que os ouvidos governamentais sejam sensíveis às vozes da razão.

A insensibilidade com que o Governo impôs a aprovação, com a colaboração da direita, da lei sobre a flexibilidade e o polivalência, ignorando da forma mais arrogante o vasto movimento de oposição dos trabalhadores e das suas organizações representativas e as advertências de reputados especialistas de direito de trabalho, foi inque-

tantemente esclarecedora sobre a intransigência governamental quando se trata de dar satisfação aos compromissos assumidos com as confederações patronais.

O prosseguimento do programa das privatizações apesar das ruinosas consequências que todos os dias se evidenciam, entre as quais as que agravam a estagnação da economia e o aumento do desemprego, é outra cabal ilustração da cegueira do Governo quando se trata de satisfazer os interesses do grande capital.

A resposta de Guterres à contestação da sua política neste domínio foi acelerar a escandalosa privatização da Portugal Telecom e tentar fazer aprovar na Assembleia da República a eliminação às restrições da participação dos cidadãos estrangeiros dos países da União Europeia na aquisição de posições nas empresas privatizadas. Neste último caso nem sequer os partidos da direita o acompanharam.

O Governo está a ufanar-se agora com o encaixe de 132 milhões de contos que terá obtido com a segunda fase da privatização da Telecom: em breve o país começará a sentir os prejuízos desta negociata. Também o Governo da altura se ufanou com a privatização da Rodoviária Nacional, mas hoje os portugueses já podem contabilizar, entre os prejuízos sofridos, a supressão de um número incontável de carreiras, que deixam praticamente sem transportes colectivos numerosas aldeias e até vilas do interior do país. A lógica do lucro do grande capital não tem contemplanções. Como é que vai ser com os telefones?

Perante este quadro, o caminho da luta impõe-se de forma incontornável. É a via que resta aos trabalhadores e a todos os outros que são preteridos nas opções governamentais para fazerem ouvir a sua voz e salvaguardar os seus interesses.

Perante este quadro, o caminho da luta impõe-se de forma incontornável. É a via que resta aos trabalhadores e a todos os outros que são preteridos nas opções governamentais para fazerem ouvir a sua voz e salvaguardar os seus interesses.

Numa tal situação, os repetidos apelos do Presidente da República «à calma e à serenidade», feitos natural-

mente a propósito das polémicas em torno da regionalização, da revisão da Constituição e da atribuição de todas as receitas do totobola aos clubes desportivos para pagarem as dívidas ao fisco, correm o risco de ser lidos como incitamentos à resignação e ao conformismo perante as arbitrariedades e as decisões iníquas do Governo, especialmente no domínio social.

Mesmo o grande apelo «aos consensos» que dominou o discurso presidencial de 10 de Junho, feito numa cerimónia em que o principal galardoadado pelo novo poder foi um dos mais destacados dirigentes do PSD, Durão Barroso, corre o risco de ser lido como um incitamento «aos consensos» dentro do bloco central e visando, em especial, a desobstrução da revisão da Constituição, que comporta perigosos desenvolvimentos, nomeadamente no domínio da alteração das leis eleitorais.

Aliás, a decisão de Marcelo Rebelo de Sousa de desobstruir a revisão da Constituição, anunciada na madrugada de dia 12, merece ser acompanhada.

É bom que Jorge Sampaio afirme «eu não os esqueço» referindo-se a «alguns cidadãos» que sofrem «dificuldades, atrasos, injustiças e problemas graves».

Estes cidadãos, que são muitos, se calhar a maior parte dos portugueses, esperam, no entanto, das instâncias do poder qualquer coisa mais do que esta memória positiva. Querem «coisas no concreto», como disseram os autarcas da Anafre.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIREÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EUROPA 50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA 50 números: 13 300\$00	EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Realmente

Um conhecido político da nossa 1ª República sentenciava que era sempre possível ler no semblante do primeiro-ministro (na altura chamava-se presidente do Ministério) o estado do Governo e a marcha da governação.

«Mesmo na face mais estanhada assoma o ricto, o esgar, o olhar turvo, a ruga funda reveladores dos conflitos e das dificuldades», asseverava ele.

Lembrei-me desta divertida teoria, elaborada numa altura em que os governos se sucediam com bastante rapidez, ao reparar, há dias, no carão sombrio com que António Guterres se apresentou a desmentir, ainda não muito seguro, a demissão do Ministro das Finanças, Sousa Franco.

Que contraste com os tempos da campanha eleitoral da «nova maioria» ou com o ar prazenteiro com que foi apresentado o Programa do Governo!

Era bom que estas sombras significassem vontade de aprender com os erros e capacidade para arrepiar caminho.

Era bom que elas traduzissem a compreensão de que a causa principal do insucesso

do Governo reside na política de direita que este persiste em continuar a realizar.

É esta política de direita, que defraudou todas as esperanças de mudança, que está a provocar o descontentamento e o mal-estar que alastram no país, que impopularizam o Governo, que incentivam a resistência e a luta contra ele e que originam os conflitos que estalam no interior PS e entre os ministros, dentro próprio executivo.

No entanto, em vez desta compreensão, o que se vê é António Guterres, repetindo o que tanto censurou em Cavaco Silva, acusar, agora, as oposições de não deixarem governar.

Pior do que isso.

Dir-se-ia que para o Primeiro-Ministro o que mais o afecta é a ingratidão do PSD, que não se mostra reconhecido com o facto de o Governo do PS estar a realizar a sua própria política.

Foi isto que transpareceu nas queixas que Guterres trouxe a público, no fim da passada semana, contra a «obstrução» por parte do PSD à iniciativa do Governo e dos deputados do PS, na Assembleia da República, para

serem eliminadas as restrições à participação de cidadãos estrangeiros de países da União Europeia nas privatizações.

Eram «compromissos do Governo de Cavaco Silva», que o actual Governo fez seus, frisou Guterres, para relevar a dimensão da obstrução, da ingratidão. Realmente...

Quando será que o PS percebe que a direita só gosta de ver a sua política executada por interposto PS, quando, de todo em todo, não pode ser ela a realizá-la directamente?

E mesmo assim só gosta que estes períodos de impossibilidade sejam uma rápida e natural transição para o que entende ser a normalidade da sua governação.

Ao governar para a direita, como está fazendo, o PS governa contra o país, com as consequências que estão à vista, e contra todos aqueles a quem prometeu uma política de mudança e que acreditaram nela. Mas ao perdê-los, governa também contra si próprio, a menos que entenda que a sua missão é fazer uma curta transição entre um governo de direita e outro governo de direita...

■ Carlos Brito

Intermediação social

Passaram relativamente despercebidas as declarações feitas há poucos dias em Fátima por responsáveis da União das IPSS. E seja por objectivos imediatos da pressão que, uma vez mais, esse sector aparece a fazer em relação à política governamental, seja pelos objectivos que inspiram globalmente as suas reclamações, bom seria que a opinião pública conhecesse e acompanhasse melhor o que tem vindo a passar-se nos últimos meses nos frenéticos bastidores da área social.

A questão da aplicação do Rendimento Mínimo Garantido terá sido agora, segundo a comunicação social, a motivação imediata dos responsáveis da União.

Correcto, quando o alvo da crítica é a morosidade do Governo e o facto do projecto-piloto abranger este ano, em todo o país, apenas um total de 18 freguesias.

Já os ataques dirigidos ao papel das autarquias locais, como legítimos representantes democráticos das populações, na implementação do Rendimento Mínimo, bem como as críticas às funções que incumbem às próprias estruturas da Segurança Social, não podem evidentemente ser acompanhadas.

Necessário que fique claro que o Rendimento Mínimo Garantido constitui uma nova prestação da Segurança Social, do seu regime não contributivo.

Corresponde à concretização de um direito social, e como tal tem que ser garantido. Um direito que visa assegurar aos indivíduos e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e que se liga, igualmente, a objectivos de inserção social e profissional.

A colaboração totalmente desinteressada que as várias organizações sociais - e entre elas as IPSS - possam prestar, no terreno, à aplicação do Rendimento Mínimo, constitui evidentemente um aspecto positivo.

Mas essa colaboração não pode desconhecer que o Rendimento Mínimo constitui um direito social de aplicação objectiva e não uma prestação caritativa. Não pode ser condicionado a requisitos de carácter particular, sejam eles quais forem. Nem pode ser constitutivo de tutelas exteriores ao sistema público, quaisquer que sejam os seus propósitos.

A instituição de uma intermediação social, entre os cidadãos e os sistemas públicos que estão incumbidos de garantir os direitos sociais, não representaria nenhum progresso na vivência democrática e no Estado de direito que importa aprofundar na sociedade portuguesa. Bem pelo contrário. E só os que perderam a memória do «corporativismo» e do «Estado Social» que enrouparam a ditadura fascista durante quase meio século poderão desconhecer a verdadeira natureza do problema.

Quando o presidente da União das IPSS se dirigiu a António Guterres há meses, em Fátima, dizendo-lhe: «não receie, senhor primeiro-ministro, as moções de confiança dos outros partidos se tiver os pobres e os que com eles trabalham do seu lado» - não ilustrou bem, em versão pós-25 de Abril, exactamente o que queremos dizer?

■ Edgar Correia

O jogo da sardinha

Nada melhor que esta época - o calor a subir nos termómetros, o céu brunido de azul forte, uma ponte de quase meia dúzia de dias, a proximidade dos santos populares - para que os portugueses se sintam bem nas suas respectivas peles, inclinados à tolerância, o pé a puxar-lhes para o baile e a garganta para uma bebida fresca, o gosto para uma sardinha a pingar no pão, a voz para a bonomia em conversa sem consequências de maior. Com este arremedo de férias em torno do 10 de Junho, mais uma razão para os portugueses se regozijarem, inspirando um orgulhoso ar lusitano, com a ajuda de um campeonato europeu onde ainda por cima têm vindo a fazer boa figura sem que se lhes exija a marcação de golos ao adversário. O Presidente da República, esco-

lhendo as praias do Algarve para o seu discurso patriótico, deu mais razões a este estado de espírito morno e feliz - o que é preciso é calma, que nas calmas muito se alcança.

Tem-se alcançado muito pouco. Não falando da política interna - os comunistas o fazem por todo o país, e o «Avante!» procura, voz única que é à esquerda, dar dessa voz testemunho -, a política externa da selecção dirigida por Guterres tem vindo, na Europa, a dar com os burrinhos na água. Os seus pontos de lança parecem preferir as discotecas e as noitadas a uns saudáveis treinos, e a reflexão sobre os jogos já decorridos parece comprometida por sonos pesadíssimos. No meio campo, reina a desorientação e não é raro ver a bola ser

entregue ao adversário. A defesa, única esperança para que as derrotas se não consumam, ausenta-se, distraída. É sempre a Alemanha quem acaba por ganhar.

Agora, a Alemanha está a ganhar na sardinha. Pouco tempo depois de Kohl ter vindo a Portugal inspeccionar os seus trabalhadores, recebido pelos directores e treinadores da «nossa» selecção política, a Alemanha prepara-se para mais uma vitória, aumentando a sua quota de pesca.

A sardinha, como todos sabem, é um bicho de que os alemães fazem grande consumo. Assada na brasa, é o petisco preferido além-Reno. Bons rapazes, os portugueses, embora protestem formalmente - não vá o árbitro mostrar o cartão amarelo - lá

se preparam para ceder. E, porque o que é preciso é calma e estabilidade, mostrar-se-ão dispostos a importar a sardinha germânica, certamente mais gorda, para deitá-la nas brasas pelo Santo António.

Neste escândalo - e quando é patente que a «nossa» selecção na Comunidade não vai mostrar-se tão intransigente quanto os britânicos que vão ganhando pontapés de canto nos seus boicotes selectivos, preferindo dar o jogo à Indonésia do que defender direitos humanos em Timor - é duro ver que um armador de pescas percebe mais do jogo do que os «nossos» seleccionadores. Com este jogo estamos a perder.

■ Leandro Martins

MILITARISMO

Tendências inquietantes

É cada vez mais evidente que o «fim da guerra fria» resultante do desaparecimento da «ameaça soviética» e da desagregação do «império do mal» está longe de significar mais estabilidade e segurança nas relações internacionais. O que é verdade é precisamente o contrário, confirmando aliás o que o nosso Partido desde o primeiro momento afirmou: com o desaparecimento da URSS e do socialismo como sistema mundial o mundo ficou perigosamente exposto aos impulsos militaristas do imperialismo e à dinâmica das contradições entre as grandes potências na luta por zonas de influência e de domínio.

Não é casual que a expressão «paz fria» tenha já entrado no léxico de políticos, comentadores e politólogos dos mais diversos quadrantes. Nem que sejam cada vez em maior número aqueles, que, tendo ingenuamente embarcado na ilusão do mundo idílico anunciado pelo «triumfo do capitalismo», expressem perplexidade e crescente inquietação pelo relançamento do militarismo e do intervencionismo imperialista que aí está. Alguns vão já ao ponto de desenhar cenários verdadeiramente apocalípticos prenunciando - não sem alguma lógica - um inevitável resvalar para o plano militar da guerra económica e da competição pelo «preenchimento do vazio estratégico» deixado pelo desaparecimento da URSS.

Referem - com razão - áreas de disputa várias entre as grandes potências. Em relação ao Leste, onde pontifica a Alemanha, por si mesma e via União Europeia, mas que os EUA não descuram, através da NATO e de múltiplas «parcerias para a paz». Em relação aos Balcãs, com o «blitz krieg» alemão em direcção à Croácia e à Eslovénia que incendiou a ex-Jugoslávia, e o arrogante diktat norte-americano de Dayton. Em relação ao Médio Oriente e Mediterrâneo, que as potências europeias mais poderosas gostariam de ver incorporados na estratégia neocolonialista da U.E., mas onde os EUA, mais solidamente implantados após a guerra do Golfo, continuam a dominar com mão de ferro. Em relação à África, onde o imperialismo francês - como agora uma vez mais na República Centro Africana - se arvora em polícia de vastas regiões, mas onde os EUA afirmam «interesses estratégicos» que entendem defender. Em relação à Ásia Central, ao Extremo Oriente, à própria América Latina são múltiplas as áreas de conflitualidade relevante entre os grandes pólos do imperialismo envolvendo «por procuração» ou não, outros países com aspirações a potências regionais.

Vem isto a propósito da recente reunião da NATO (Bona, 2 e 3 de Junho) justamente considerada como «histórica» já que, através de complexos compromissos que asseguram a hegemonia dos EUA e o seu efectivo direito de veto na utilização do dispositivo militar da aliança, é dado um novo impulso ao processo de militarização da União Europeia que se pretende ver consagrado na Conferência Intergovernamental de revisão dos Tratados. Ou seja, no quadro das contradições que percorrem o campo imperialista, manifestas nas relações U.E./EUA como no próprio eixo franco-alemão, o que avulta de mais significativo é a perigosa dinâmica armamentista e intervencionista que acompanha a generalizada ofensiva contra as conquistas históricas dos trabalhadores e a soberania dos povos.

Para nós, portugueses, é particularmente inquietante que todo este processo se desenvolva sem que o Governo do PS dê o mais pequeno sinal que seja de oposição ou sequer de distanciamento. Pelo contrário. Não só vai a reboque como vê nele oportunidade de um insólito protagonismo, que de facto amarra cada vez mais Portugal à estratégia militarista do imperialismo e compromete a soberania nacional. É o que vemos com a participação das tropas portuguesas na Bósnia. É o que vemos com a Base das Lajes ao serviço da política de hegemonia mundial dos EUA e que a recente visita de W. Perry, Ministro da Defesa norte-americano, bem evidenciou. É o que vemos com o empenho no processo de militarização da U.E. e de construção de um «pilar europeu da NATO» nos termos pretendidos pelos EUA. «Estamos na União Europeia mas fiéis à nossa identidade atlântica e as relações com os EUA são uma componente vital dessa identidade (...) consideramos que os EUA têm na segurança e na defesa europeia um papel insubstituível.» Guterres *dixit*, durante a visita-relâmpago a Portugal de Gore, Vice-Presidente dos EUA.

■ Albano Nunes

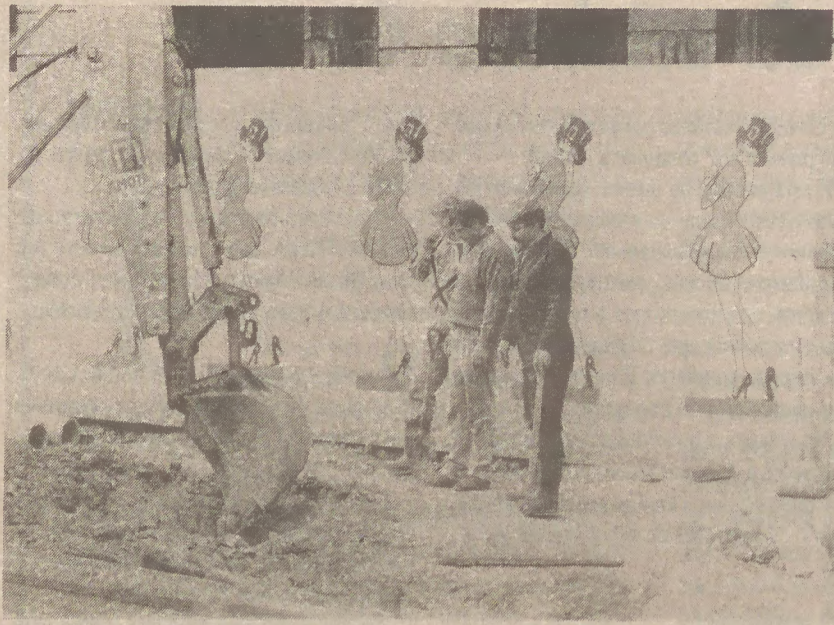
SEMANA

ANAFRE ao ataque

Realiza-se, na Maia, o V Congresso da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) donde saiu um conjunto concreto de reivindicações: os autarcas das freguesias querem mais competências, exigem que a ANAFRE tenha a mesma dignidade institucional que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), reivindicam condições condignas para o seu funcionamento, que sejam consultados para um conjunto de questões como a segurança dos cidadãos, que seja consa-

grado o direito de associação, o alargamento do regime de permanência dos presidentes de Junta às 4.220 Freguesias do País e o acesso a crédito e fundos comunitários.

A ANAFRE reivindica também que seja atribuído 20% do FEF às Freguesias (e já não os 15% «progressivos» prometidos pelo Governo socialista), ameaçando realizar uma manifestação nacional de protesto caso o Executivo de António Guterres não cumpra, até Outubro próximo, as promessas assumidas em campanha eleitoral.



Portugueses sem fins-de-semana



Segundo a apreciação da Divisão de Estudos da Direcção-Geral de Turismo (DGT), gozar com frequência fins-de-semana fora de casa é um privilégio que se restringe a um número cada vez menor de portugueses - uma minoria que tem, em geral, menos de 34 anos e pertence aos grupos socioeconómicos mais elevados. Para os restantes, «não tem havido dinheiro para as "pontes"», afirma a DGT, acrescentando que este fenómeno se tem agravado nos últimos anos. No ano passado, apenas 17% da população com mais de 15 anos (cerca de 1,3 milhões de portugueses)

gozou pelo menos um fim-de-semana fora da residência habitual, contra 20% em 1994, 25% em 1993 e 22% em 1992 - valores, de qualquer modo, muito baixos e bem indicativos das dificuldades socioeconómicas que continuam a afligir a maioria da população portuguesa. Esta situação de penúria em relação aos fins-de-semana confirma-se, igualmente, no uso das férias anuais: em média, e segundo o Instituto Nacional de Estatística, nos últimos anos aproximadamente 80% da população do continente não gozou férias fora da sua residência habitual.

O «excelente acordo» com a Renault

Através do Ministro da Economia, Augusto Mateus, o Governo português assinou com a Régie Renault uma «carta de intenções» onde o Estado português cede todas as suas participações directas e indirectas nas filiais da Renault em Portugal por 10,8 milhões de contos, recebendo por outro lado, e por mais um milhão de contos, a fábrica da Renault em Setúbal, que vai passar para uma sociedade de capitais públicos portugueses a formar entre o IAPMEI, IPE e ICEP, que assegurará a produção do modelo *Clio* até Julho de 1998.

A contrapartida que a Renault ganha com este negócio é, nem mais nem menos, a seguinte: o Governo de António Guterres desistirá do processo interposto pelo Estado português contra a Renault por quebra de contrato, no valor de 53 milhões de contos.

A isto chamou o ministro Augusto Mateus «um excelente acordo».

Boa estreia dos «Lusitanos»

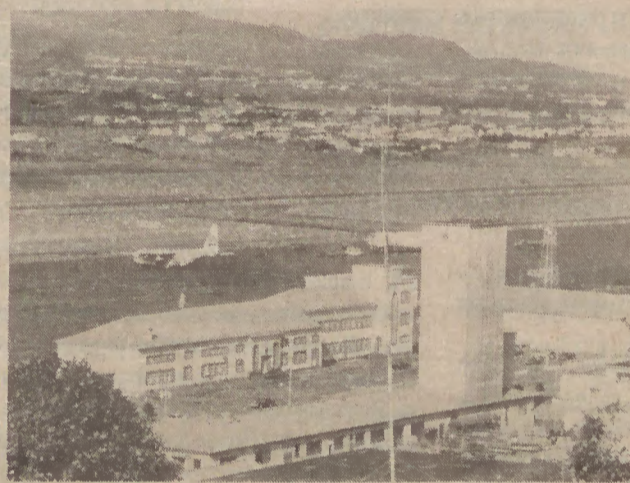
A selecção portuguesa estreia-se no Europeu de futebol com um empate frente à selecção da Dinamarca, a actual detentora do título, rubricando uma exibição unanimemente considerada a melhor do Europeu, até ao momento. A equi-

pa dinamarquesa só não baqueou frente aos «Lusitanos» graças à grande exibição do seu guarda-redes, que se opôs com grande talento à avalanche de remates produzidos pela selecção portuguesa. O empate foi a um golo, deixando tudo

em aberto no grupo onde Portugal está integrado. Esta semana a selecção nacional enfrenta a selecção da Turquia. Como se sabe, este Campeonato Europeu decorre Inglaterra e integra 16 seleções nacionais.

Pol Pot morto?

Surgem notícias da morte de Pol Pot, o ditador sanguinário que, entre 1975 e 1979 e à frente dos chamados *Khmer Vermelhos*, foi responsável pelo genocídio de dois milhões de cambodjanos. O regime de Pol Pot foi varrido do Camboja pelo exército vietnamita, numa acção heroica que libertou o povo do Camboja do terror em que vivia, perante a passividade e, mesmo, conivência do então chamado «mundo livre» do Ocidente. As notícias da morte de Pol Pot, ainda sem confirmação definitiva, têm origem nos resíduos da «guerrilha» *Khmer*, que tem protegido o ditador no interior das florestas cambodjanas desde que este se viu forçado a fugir, em 1979.



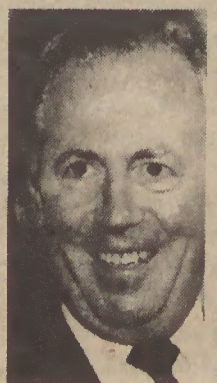
EUA querem vender mais sucata a Portugal

Durante uma visita de quatro horas à Base das Lajes, nos Açores, o Secretário da Defesa dos EUA, William Perry, fez saber que o seu país está «disponível» para vender a Portugal um novo lote de 30 caças interceptores *F-16*, além de outro equipamento militar não especificado. De caminho, o governante norte-americano debitou as habituais generalidades sobre a importância estratégica dos Açores para os interesses norte-americanos e a «amizade» que une os dois países - largamente provada, por banda dos americanos, nas conhecidas imposições leoninas impostas ao nosso país de cada vez que se negocia o acordo das Lajes.

O ministro da Defesa, António Vitorino, acompanhou o seu homó-

logo nesta visita e afirmou que a proposta de William Perry da venda de 30 caças *F-16* irá ser «ponderada» pelo Governo português.

Esperemos que nessa ponderação estejam presentes alguns factos sobre os caças-interceptores *F-16*, apurados pelas próprias autoridades aeronáuticas norte-americanas, nomeadamente o seu envelhecimento operacional e, pior que isso, a conclusão tirada, após numerosos acidentes quer em treinos quer em teatros de operações, de que estas aeronaves padecem de um defeito congénito que as torna uma sucata mortal: a potência dos motores é insuficiente para a envergadura do aparelho.



Santer critica Grã-Bretanha

Jacques Santer, presidente da Comissão Europeia, criticou severamente a Grã-Bretanha numa entrevista ao semanário londrino «Observer», considerando «absurda» a decisão do governo inglês em se recusar a cooperar com os parceiros comunitários em todas as votações que exijam unanimidade, como retaliação contra a proibição comunitária de o Reino Unido exportar carne de vaca e os seus derivados. O último exemplo desse boicote bri-

tânico abateu-se, precisamente, sobre uma proposta portuguesa de condenação da Indonésia, que o governo de John Major inviabilizou.

Segundo Jacques Santer, está-se a caminhar para o limite da tolerância pois já «não são apenas os governos, é a opinião pública, são as organizações de consumidores, os grupos de pressão» que estão a ficar fartos com a soberania britânica, e advertiu: «se a diplomacia britânica atacar outros países,

parece-me óbvio que haverá uma reacção desses países, o que criaria na Europa uma atmosfera antibritânica».

Entretanto, o jornal britânico *Sunday Telegraph* indicava no início desta semana que 90 dos 336 deputados conservadores poderão apoiar nos próximos dias uma moção dos chamados «eurocépticos» britânicos a pedir menos laços com a União Europeia e a rejeitar a ideia de uma moeda única europeia.

FRASES

«Clinton compreendeu que tinha de voltar às origens que lhe deram a vitória há quatro anos: os «Novos Democratas». Faço votos que tenha voltado para ficar.»

(João Carlos Espada - «Público», 10.06.96)

«Faço o que gosto, digo o que penso e ainda me pagam por isso.»

(Miguel Sousa Tavares - «Gentleman», Junho de 96)

«Escrevo só para ver o que acontece.»

(Valerio Magrelli, poeta italiano - «Público», 09.06.96)

«O PSD está a castigar a JSD»

(Jorge Moreira da Silva - «Diário de Notícias», 07.06.96)

«Porque não Paulo Portas como meu sucessor?»

(Manuel Monteiro - «Diário Económico», 05.06.96)

«O professor Marcelo Rebelo de Sousa anda muito menos frenético do que é costume, o que pode não augurar nada de bom.»

(Alfredo Barroso - «Expresso», 08.06.96)

«Nada há de mais aborrecido para o Governo do que a existência de um ministro das Finanças.»

(Luís Marques - «Expresso», 08.06.96)

«Quem quer que possa ter representado em termos diferentes a situação, imaginando que as dificuldades funcionariam para o ministro como uma fonte de desmotivação ou de frustração, não sabe nada acerca da determinação e das características de quem ocupa este lugar.»

(Alberto Costa, Ministro da Administração Interna - «Público», 09.06.96)

«O futebol é o mais vivo exemplo moderno da capacidade das pessoas para se organizarem espontaneamente sem a intervenção do Estado. Tudo é feito sem necessidade do Estado ou dos políticos.»

(Pedro Arroja - «Diário de Notícias», 09.06.96)

«Não vamos ceder em questões fiscais.»

(Maria João Rodrigues, Ministra do Emprego - «Semanário», 08.06.96)

«Facilidades fiscais para todos.»

(título de uma notícia sobre a «Lei Mateus» e o seu «pacote fiscal» - «Semanário», 08.06.96)

«Rui Costa, estás perdoado, és jovem e foste enganado.»

(Manuel Damásio, na AG do S.L.Benfica, dos telegojais. 05.06.96)

TRABALHADORES

Frente Comum admite denunciar o acordo de Janeiro

Administração Pública em luta exige que o Governo cumpra

«**P**assado quase meio ano, nem se aplicaram as medidas imediatas nem se avançou na generalidade das matérias acordadas para negociação» — afirma-se na moção aprovada, dia 5, pelos trabalhadores concentrados na Praça do Marquês de Pombal, de onde seguiram para a residência do primeiro-ministro.

A jornada de luta foi convocada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública que, por ocasião da assinatura do acordo com o Governo, a 17 de Janeiro, se demarcou dos insuficientes aumentos salariais e afirmou a necessidade de respostas concretas aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores do Estado.

Desde então, a estrutura que integra os sindicatos mais representativos do sector seguiu o comportamento do Governo e foi alertando para o facto de, afinal, os compromissos livremente assumidos não estarem a ser cumpridos. Um balanço mais sistematizado foi feito na última cimeira

ram expressão e contributo significativos para a alteração do quadro político eleitoral», a moção aprovada em Lisboa recorda que, no acordo que o Governo propôs aos sindicatos, figurava o compromisso de, no imediato, avançar com 19 medidas. Entre estas contavam-se aspirações tão sentidas pelos trabalhadores como a revogação da lei dos disponíveis, a diminuição do horário de trabalho, a estabilização do emprego de dezenas de milhar de funcionários com vínculo precário...

Contudo, até agora o Governo apenas concretizou uma dessas medidas: eliminou o selo nos termos de posse.



cluem que há incumprimento do acordo. O descontentamento alastra.» Perante tal quadro, «chegou a hora de dizer basta» — declara-se na moção.

O documento faz especial referência a que, «com pompa e circunstância, o primeiro-ministro, António Guterres, declarou em 15 de Fevereiro ser o garante do cumprimento do acordo», pelo que foram

dirigidas ao chefe do Governo as exigências dos trabalhadores, sintetizadas em três pontos:

— assumir a alteração do comportamento negocial do executivo (acusado de procurar «empatar o processo até Outubro», quando começar a discussão da próxima actualização salarial, o que é visto como «uma actuação desonesta e de má-fé negocial por

parte do Governo, que nos leva a equacionar muito a sério a hipótese de denunciarmos o acordo»);

— garantir que haja soluções concretas para problemas concretos, em particular a equiparação do índice 100 (salário mínimo na Administração Pública) ao salário mínimo nacional e a valorização salarial;

— explicitar soluções para

o não cumprimento dos prazos negociais acordados.

A moção conclui com um aviso: «O Governo pode estar certo de que os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local não vêem a acção que hoje decorre como um fim do seu processo reivindicativo, mas, pelo contrário, como uma nova etapa na luta pelos seus justos anseios.»

SPGL solidário

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, num comunicado de imprensa da sua Comissão Executiva, expressou «total apoio» às reivindicações dos trabalhadores em luta no dia 5. «Não sendo promotor nem integrando a manifestação», o SPGL fez questão de sublinhar publicamente que «os acordos assinados são para cumprir, nos termos e nos prazos previstos», referindo que «a não concretização, em tempo útil, de medidas imediatas previstas no acordo, sobretudo as que se reportavam ao prolongamento dos contratos a prazo, provocou ou facilitou o despedimento de trabalhadores da Administração Pública e Local, calculando-se neste momento já em 700 os trabalhadores atingidos».

Da parte do Governo, o SPGL exige «seriedade, na certeza de que os trabalhadores saberão reagir sempre que as suas expectativas legítimas sejam defraudadas».

de sindicatos, a 22 de Maio, onde foi decidido avançar para uma jornada de luta a nível nacional.

A acção de 5 de Junho teve como pontos altos, além da manifestação em Lisboa, plenários no Porto e em Coimbra.

Foi-se o benefício

Notando que as lutas dos trabalhadores da Administração Pública «em defesa das suas condições de vida e de trabalho e dos serviços públicos», nos últimos anos, «tive-

Os sindicatos também se mostram muito insatisfeitos com o andamento do prometido processo de diálogo nas mesas negociais, que deveria incidir sobre matérias como as carreiras profissionais e o emprego, a lei de negociação colectiva, a formação profissional, a alteração das condições de trabalho.

«Demos o benefício da dúvida. Passado quase meio ano, nem se aplicaram as medidas imediatas, nem se avançou na generalidade das matérias acordadas para negociação. As promessas esfumam-se. Os prazos esgotam-se. Os trabalhadores con-



Grito de protesto do pessoal das autarquias

A participação na jornada do dia 5 constituiu «um grito de protesto dos trabalhadores das autarquias locais, que se disponibilizam para a agudização das formas de luta, caso o Governo não dê satisfação às suas justas reivindicações» — frisou a Direcção Nacional do STAL, numa nota que divulgou à comunicação social.

Entre os motivos de descontentamento dos funcionários do poder local, o sindicato aponta a não concretização de 18 das 19 medidas imediatas previstas no acordo com o Governo; a não revogação da lei dos disponíveis; a não redução do horário de trabalho para 39 horas; a não alteração do número de dias de férias.

A discussão das questões específicas colocadas pelo STAL tem sido inviabilizada pela «constante fuga ao diálogo» por parte do secretário de Estado da Administração Local.

Lisboa

Também pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa foi exigido o cumprimento do acordo da Administração Pública, numa conferência de imprensa convocada para a manhã de 5 de Junho com o objectivo de dar a conhecer os cadernos reivindicativos, aprovados nos últimos meses em diversos sectores da maior Câmara do País.

Os cadernos, refere o STML, «contêm matérias susceptíveis de discussão e negociação, quer ao nível da administração camarária, quer ao nível da esfera negocial com o Governo».

TRABALHADORES

CGTP ELEGEU EXECUTIVA

O Conselho Nacional da CGTP-IN, eleito no 8º Congresso, reuniu na semana passada pela primeira vez, logo após a tomada de posse, tendo na ordem de trabalhos a escolha da Comissão Executiva e do coordenador da central. Neste cargo foi confirmado o nome de Manuel Carvalho da Silva.

Dos anteriores 20 membros da Comissão Executiva, 19 foram reeleitos; deste organismo deixou de fazer parte Emídio Martins, por razões pessoais; entraram para a executiva Arménio Carlos, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, Graciete Cruz, da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, Ulisses Garrido, da USL, e Eduardo Chagas, do Sindicato dos Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante.

VITÓRIAS UNITÁRIAS

No dia 29 de Maio foram eleitas as comissões de trabalhadores da Cimpor e da EPAL; em ambas as empresas venceram listas unitárias. Na cimenteira, 70 por cento dos 1059 trabalhadores votaram na lista única, que se apresentou às eleições contestando a opção de privatização da empresa e afirmando a defesa dos direitos e garantias dos trabalhadores, o fortalecimento da unidade e da solidariedade e o reforço da cooperação com o movimento sindical unitário. Nas águas, a lista A, que integrou comunistas e independentes e se apresentou como continuadora do trabalho que vem sendo desenvolvido na CT desde há mais de 5 mandatos, arrecadou 713 votos (73,8 por cento, superando todas as votações anteriores), garantindo 9 eleitos. A outra lista concorrente, identificada com o Partido Socialista, obteve 224 votos (23,1 por cento) e 2 lugares na CT.

ENFERMEIROS PELA ORDEM

Para a comissão negociadora sindical dos enfermeiros, a autorização parlamentar para a criação da associação de direito público representativa da classe significa a abertura do processo para a constituição da Ordem e, juntamente com a aprovação do estatuto profissional, vem culminar uma luta iniciada na década de 70. Em comunidade de imprensa, aquela estrutura, que integra os sindicatos dos enfermeiros Portugueses (SEP) e da RA da Madeira (SERAM), considera que «para a população portuguesa estão aprovados os mecanismos que, num futuro próximo, garantirão a salvaguarda da qualidade dos cuidados de enfermagem e a clarificação das responsabilidades que pode exigir aos enfermeiros que lhe prestam cuidados».

A autorização legislativa foi aprovada na AR, por unanimidade, no dia 30 de Maio, depois da aprovação do Estatuto em Conselho de Ministros - refere a nota.

A direcção do SEP informou, por seu turno, que os 3 mil alunos de enfermagem que participavam no 17º encontro nacional, em Braga, congratularam-se com a aprovação do Estatuto e, suspendendo os trabalhos, deslocaram-se ao Governo Civil para solicitar que a AR fosse informada de que os futuros enfermeiros também são favoráveis à Ordem.

PESCADORES CONTRA ABATES

A redução da frota de pesca da sardinha, proposta pela comissária europeia Emma Bonino, foi contestada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, numa nota em que sublinha que «quaisquer que sejam as medidas a tomar, elas terão sempre que ter em conta uma investigação séria dos recursos nacionais e alternativas de sustento para os pescadores, e nunca poderão passar pelo abate de mais embarcações».

O sindicato recorda que os próprios pescadores vêm limitando a captura de sardinha para venda em lota e «fazem, desde há mais de 40 anos, voluntariamente, um defeso de 2 meses por ano, defeso que este ano o Governo tentou interromper para fornecimento, de sardinha à indústria conserveira». «Por outro lado, a escassez da sardinha não tem só a ver com o volume de capturas, mas sim, e principalmente, com questões ambientais, como seja a temperatura das águas.»

E OS BINGOS?

As «excepcionais benesses dadas aos clubes» de futebol, através do convénio assinado entre a Liga e o Governo, levaram a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo a reclamar «as mesmas preocupações e celeridade, actuando com medidas concretas e adequadas à resolução dos problemas existentes nos bingos, garantindo a defesa e manutenção dos milhares de postos de trabalho neste momento em sério risco». Nessas medidas, devem ser consideradas as propostas que a Feshot tem apresentado e a que o Governo ainda não respondeu, nomeadamente o abaixamento da taxa sobre o prémio do jogador; desde a subida desta, de 25 para 35 por cento, em 1994, tem-se verificado uma drástica diminuição do número de frequentadores das salas de bingo.

Representantes dos trabalhadores foram ao Ministério das Finanças

«Convicta e patrioticamente contra as privatizações»

Em plenário público, na baixa lisboeta, foi classificado como «crime económico» o prosseguimento da privatização da Telecom, da Cimpor, da EDP, da Tabaqueira, do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Totta & Açores.

No passado dia 4, teve lugar uma jornada pública de esclarecimento e protesto contra a continuação da entrega de empresas-chave do sector empresarial do Estado a privados.

A acção, promovida por estruturas da CGTP-IN, pela coordenadora das comissões de trabalhadores e pelas listas unitárias da Banca, terminou com a entrega de uma resolução no Ministério das Finanças. Para aprovar o documento, teve lugar um plenário no Rossio. De manhã, junto às instalações das empresas, foi feita a distribuição de folhetos à população e aos trabalhadores.

O melhor património

Na resolução, tal como nos documentos distribuídos, as organizações promotoras da iniciativa salientam que «concretizar estas privatizações seria alienar o melhor património público empresarial», o que significaria:

- «retirar ao Estado alavancas indispensáveis para o relançamento e dinamização da economia e para a criação de emprego»;
- «retirar ao Estado fontes de financiamento e, consequentemente, ficar sob a ameaça do corte nas despesas de natureza social (saúde, ensino, Segurança Social) ou novos aumentos nos impostos sobre os rendimentos do trabalho»;
- «abrir a porta aos propósitos de mais despedimentos e restrições aos direitos dos trabalhadores»
- e «desrespeitar a nossa Constituição, que incumbe ao Estado "promover o bem-estar económico e social e a qualidade de vida do povo, assegurando a plena utilização das forças produtivas, designadamente zelando pela eficácia do sector público"».

Para os representantes dos trabalhadores, «ficar calado perante este verdadeiro crime económico» representaria «ser co-responsável com os autores deste, os mesmos que

amanhã viriam a chorar lágrimas de crocodilo por já não disporem de tão valiosos instrumentos de lucro, de prestação de serviços, de dinamização da vida económica».

Afirmando-se «convicta e patrioticamente contra as privatizações destas empresas e,

Resultados a ter em conta

Nos documentos distribuídos durante a jornada da semana passada são apontados alguns efeitos da política de privatizações, com destaque para a drástica liquidação de quase 11 mil postos de trabalho apenas nas quatro grandes empresas não financeiras (7336 na EDP, 1930 na Tabaqueira, 1420 na Cimpor e 1412 na Telecom).

Recorda-se que a Rodoviá-

As dúvidas quanto ao que poderia suceder se se concretizasse a venda ao capital privado são fundadas no caso dos bancos que deixaram de ser do Estado: este não só deixou de receber os lucros, como devolve aos bancos, em incentivos e benefícios fiscais, quase a totalidade dos impostos cobrados (entre 1991 e 1994 a Banca privada pagou 144 milhões de contos de impostos e recebeu 113 milhões em benefícios fiscais).



A venda de empresas estratégicas a privados pode aumentar as receitas do Estado no imediato, mas põe em causa o futuro - acusam os representantes dos trabalhadores

contra ventos, marés e até censuras», os promotores da jornada de dia 4 decidiram interceder junto dos órgãos de soberania para que estes «actuem no sentido de evitar que se concretize este atentado aos interesses nacionais e à própria democracia». Entretanto, vão continuar as «acções de esclarecimento e denúncia» junto dos trabalhadores e da opinião pública e «prosseguir a luta, empresa a empresa, pela salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores e contra a privatização».

ria Nacional «levou transportes aos locais mais remotos, que os privados simplesmente suprimem, porque não dão lucro». E questiona-se, depois de lembrar que a EDP levou a electricidade a mais de 1200 localidades do interior: «Um privado preocupar-se-á com o acesso das pessoas à electricidade ou com a venda desta apenas onde houver lucro e este for maior?»

Os «enormes lucros» gerados no sector público podem ser usados pelo Estado «para investimento, traduzido em desenvolvimento e emprego».

Ao mesmo tempo que realçam o grande valor das empresas que o Governo pretende privatizar em 1996, nomeadamente através do seu contributo para o Orçamento do Estado (ver quadro), os representantes dos trabalhadores denunciam a generalizada subavaliação de que aquelas estão a ser alvo neste processo.

Alertam ainda para o facto de todos os casos de privatizações, concretizadas ou em preparação, serem acompanhados de violentos ataques aos direitos dos trabalhadores.

	Lucros em 1995 (milhões de contos)	Impostos pagos em 1995 (milhões de contos)
Telecom	36,7	37,2
Cimpor	18,5	8,5
EDP	66,3	59,7
Tabaqueira	1,9	160
BFE/BBI	16,573	3,283 (*)
BTA	17,183	5,032
Total	157,156	273,715

(*) O Banco Borges & Irmão, que seria privatizado por reflexo da privatização do Banco de Fomento e Exterior, está temporariamente isento de pagamento

As maiores empresas que o Governo pretende privatizar, prevendo uma receita de 304 milhões de contos para o Orçamento do Estado em 1996, propiciaram em 1995 mais de 430 milhões de contos ao erário público. Quem ficar com elas, fica com os lucros; a julgar pelos exemplos conhecidos, também será retirado ao Estado o dinheiro dos impostos

TRABALHADORES

«Grande vitória» na Grundig após uma semana de greve

A administração da Fehst Componentes recuou e os poucos trabalhadores que estavam no SIMA/UGT passaram para o STIEN/CGTP.

Os trabalhadores da Fehst Componentes, uma das unidades do complexo Grundig/Blaupunkt, decidiram entrar em greve no dia 30 de Maio, como forma de protesto contra o anúncio da gerência de que iria filiar-se na associação patronal da Metalurgia e, por isso, passaria a aplicar o contrato colectivo subscrito pelas organizações da UGT naquele sector.

Esta manobra, a ter êxito, permitiria dispor de um instrumento de contratação que, entre outros *mimos*, prevê uma «categoria profissional» denominada *operador fabril*, que constitui uma porta escancarada à polivalência com o mais baixo custo.

Na sequência do atribulado processo de revisão do contrato colectivo em vigor no sector (fabricantes de material eléctrico e electrónico), a gerência da Fehst

pretendia ainda aplicar os aumentos salariais acordados com as estruturas da UGT apenas aos trabalhadores que expressamente declarassem aceitar aquele acordo - e não alterando os salários dos restantes.

Unidade e solidariedade

A combatividade dos trabalhadores da Fehst e a sua unidade foram constantemente acompanhadas das mais diversas manifestações de solidariedade por parte do pessoal das demais fábricas do complexo bracarense. Este espírito levou a que, após quatro dias úteis de paralisação, fosse decidido apresentar um pré-aviso de greve abrangendo todas as unidades.

Só assim a gerência da Fehst foi demovida das suas

intencões. Na manhã do dia 7, a troco da suspensão imediata da greve, comunicou aos representantes dos trabalhadores que:

- suspende *sine die* a intenção de aplicar o contrato da metalurgia, mantendo a aplicação do CCTV do sector FMEE;

- procederá à actualização dos salários de todos os trabalhadores, sem distinção das organizações sindicais em que estão filiados;

- pagará integralmente os dias 4, 5 e 7 de Junho (dias de greve).

Em comunicado que distribuíram ainda no dia 7, as comissões de trabalhadores e sindicais do complexo Grundig/Blaupunkt saudaram esta «grande vitória», reveladora do «grande espírito de unidade que tem estado presente nos momentos mais cruciais».

Um desses momentos foi evocado pela direcção regional de Braga do PCP, numa nota de imprensa em que expressou a solidariedade dos comunistas do distrito para com a luta dos trabalhadores da Fehst: «a luta corajosa que os trabalhadores encetaram em 1972, em pleno regime fascista, exactamente pelo mesmo motivo, isto é, quando os alemães, cobertos pela política marcelista, pretendiam alterar a aplicação do contrato de trabalho ao *sabor e prazer* da empresa». Nessa altura, a vitória «foi alcançada pelos trabalhadores da Grundig após uma ocupação selvagem e grande carga da

polícia política (Pide) que, perante a sua coragem e determinação, abandonou as instalações».

O secretariado da DOR Braga do PCP, na nota divulgada dia 5, responsabiliza «o Governo de António Guterres e o PS em geral, pela ofensiva que o grande capital está a fazer sobre os trabalhadores portugueses».

A União dos Sindicatos de Braga, numa informação que anteontem tornou pública, considera que os trabalhadores da Grundig, «ao verem

consagradas em acordo todas as suas reivindicações», «alcançaram uma grande vitória, derrotando as intenções do patronato, do Governo e da UGT», nomeadamente quanto à ameaça de aplicação da flexibilidade e da polivalência.

É também a USB que revela que, «com esta luta, os poucos trabalhadores da Grundig filiados na UGT, incluindo o seu delegado sindical, filiaram-se no STIEN/CGTP». No dia 5 de Junho, João Loureiro, mili-

tante activo do PS e até aí delegado sindical do SIMA, informou a gerência da Fehst de que deixava de ser sócio daquela estrutura, formalizando na mesma data a sua inscrição no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte.

Esta luta no complexo Grundig/Blaupunkt é para a USB/CGTP «um bom motivo para todos os trabalhadores perceberem que lutando derrotam todas as intenções de retirar direitos e aplicar leis contra os trabalhadores».



Reformados em São Bento na próxima terça-feira

Lutar contra a privatização e as intenções de fazer da Segurança Social um negócio é um dos objectivos da concentração de pensionistas e aposentados marcada para 18 de Junho, às 14.30 horas, frente à Assembleia da República, pelo Murpi e a Inter-Reformados.

No folheto em que anunciam a jornada de luta, estas estruturas realçam que «não temos tempo para esperar», apelando à participação dos reformados com vista a reivindicar «aumentos de pensões, para viver com dignidade e não na miséria», «novos e melhores apoios sociais e de saúde» e «mais justiça social, solidariedade e compreensão para os nossos problemas». Exigem ainda que o Governo cumpra as promessas feitas.

Quimigal parou pelos salários e pelo diálogo

Com uma adesão de 97 por cento que provocou a paralisação completa de todas as unidades industriais dos centros fabris do Barreiro, Lavradio e Alverca, os trabalhadores da Quimigal Aducos entraram em greve no dia 29 de Maio - informou a federação sindical do sector (Fequifa/CGTP), numa nota de imprensa distribuída ao fim da manhã daquela quarta-feira.

Para a federação da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, «esta adesão maciça dos trabalhadores à greve constitui uma clara demonstração do seu mais vivo protesto e repúdio pela posição irresponsável da administração, a qual pretende pôr em causa a aplicação do acordo de revisão salarial que livremente negociou e assinou com esta associação sindical em 26 de Abril».

Os trabalhadores «denunciam também o comportamento do Governo, designadamente do secretário de Estado da Indústria, o qual ainda não se dignou responder a uma audiência que lhe foi solicitada com carácter de urgência», afirma a Fequifa, imputando ao Ministério da tutela parte da responsabilidade por este conflito, «porque demonstra insensibilidade, não só para com os problemas dos trabalhadores, mas também pela situação da empresa, a qual, só com esta greve, tem um prejuízo económico superior a 250 mil contos».

Restaurantes e bares do Aeroporto

No seguimento da luta que vêm travando desde Abril, designadamente contra o facto de 14 camaradas serem impedidos de entrar ao serviço, os trabalhadores dos bares e restaurantes do Aeroporto de Lisboa fizeram no dia 7 uma vigília, onde foi particularmente criticada a ineficácia da intervenção da Inspeção do Trabalho e do Ministério do Emprego, acusados pelo Sindicato da Hotelaria do Sul de evidenciarem uma «tendência para servir de almofada» da ANA, proprietária do espaço de concessão na Portela. A greve realizada nos dias 13 e 14 de Maio teve uma adesão de 95 por cento, informou o sindicato.

Congresso reúne sábado Seguros do Norte decidem passar a sindicato nacional

A alteração dos Estatutos, com a alteração do nome e do âmbito do sindicato, é o ponto único do Congresso extraordinário do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, que reúne no dia 15, à tarde, no Hotel Tuela, no Porto. Segundo a proposta que foi divulgada há um mês pela direcção do STSN e vai estar em discussão no congresso, a estrutura deverá passar a designar-se Sindicato Nacional dos Empregados e Quadros Técnicos das Seguradoras, dos Mediadores de Seguros e de Actividades Afins; mantendo a sede no Porto, terá uma delegação regional

Sul, sediada em Lisboa, e que abrangerá os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal e as secções regionais da Madeira e dos Açores.

De manhã, em sessão ordinária, o congresso debate a acção sindical e elege os conselhos Geral, de Disciplina e Fiscalizador de Contas.

O alargamento do âmbito, em discussão há alguns meses no STSN (que tem mantido posições muito distintas dos outros sindicatos do sector, nomeadamente o Sul e Regiões Autónomas, em questões tão importantes como as

revisões salariais e a participação dos trabalhadores na vida sindical), foi também um dos pilares do programa de acção apresentado pela Lista B, que venceu as eleições de 30 de Maio para a direcção, os delegados ao congresso e os delegados sindicais, num mandato que se prolonga até 1999.

Esta lista, apoiada pela tendência unitária (Movimento Assembleia Geral, que mantém a presidência da direcção do sindicato) e pela tendência socialista, obteve a maioria absoluta na votação para o congresso (921 votos e 78 delegados, contra 300 votos e

22 delegados da Lista A), para a direcção (932 votos contra 294) e para delegados sindicais (a Lista B elegeu 37 delegados, a Lista A não apresentou candidatos, e 3 delegados foram eleitos pela Lista C, que apenas se candidatou à eleição de delegados na Fidelidade e apoiou expressamente a Lista B para a direcção).

No programa de acção da lista vencedora afirma-se que a UGT - em que o STSN está filiado - «pela sua atitude de subalternização do sindicato, merece uma atitude de crítica, a qual não poderá deixar de levar a uma discussão o mais alargada possível».

TRÁS-OS-MONTES Preservar a natureza

Assinalando a passagem do Dia Mundial do Ambiente, a DORBA do PCP recorda em comunicado a necessidade de se preservar o património natural do nordeste transmontano, nomeadamente o Parque de Montesinho, e as futuras áreas do Douro Internacional e do Azibo. No distrito encontram-se «uma dúzia de locais considerados valiosos do ponto de vista dos habitats e da flora e fauna selvagens» já incluídos na proposta apresentada pelo Governo português para constar na Rede Natura 2000. Apesar deste facto, o parque natural de Montesinho, instituído há 16 anos, ainda não possui um plano de ordenamento, enquanto que na cidade de Bragança surgiu um cemitério de resíduos tóxicos, levado por um empresário alemão.

Da vizinha Espanha vêm outros perigos, caso da instalação junto à fronteira de um laboratório de tratamento de materiais radioactivos, em Aldeadávila, pretendendo ainda colocar uma lixeira nuclear na zona de Sayago. Também os rios Douro, Tuela e Rabaçal são ameaçados pelo plano hidrológico espanhol, e as águas do Sabor, Fervença e Tua são afectadas por graves focos de poluição.

Os desequilíbrios ecológicos são ainda causados pela exploração desenfreada que areias, pelas dezenas de lixeiras que proliferam a céu aberto e pela descoordenação entre as políticas de ambiente, agrícola, industrial, de obras públicas e de ordenamento.

A DORBA considera que a protecção e valorização do ambiente é «uma tarefa que implica informação e debate aberto no seio das instituições, com uma forte e imprescindível participação das populações», sublinhando que este tema estará em foco na 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, marcada para o próximo domingo com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

LISBOA

Faltam enfermeiros

A falta de enfermeiros e de pessoal administrativo é o principal problema do Centro de Saúde da Rua Luz Soriano, segundo constatou uma delegação do PCP, que recentemente visitou aquelas instalações envelhecidas. A visita, em que participaram o deputado Bernardino Soares, o vereador Rui Godinho e ainda eleitos locais e membros da Direcção do PCP na Cidade de Lisboa, foi realizada depois de várias queixas das populações de Santa Catarina, Mártires, Sacramento e Mercês relativas à falta de consultas de especialidade, dificuldade nas marcações para o próprio dia, sobretudo para médicos de família, falta de consultas ao domicílio e atendimento administrativo deficiente, muito burocratizado e impessoal.

A delegação do PCP conversou com o director do estabelecimento, com a enfermeira-chefe e com uma vogal de direcção que realçaram as carências existentes ao nível do serviço e das instalações, ficando claro que o pessoal se esforça por prestar os cuidados de saúde a todos os que ali se dirigem, embora tenha como preocupação primeira a assistência às crianças e às mães, para as quais funciona um serviço específico.

SERPA

Desemprego sobe

A Comissão Concelhia de Serpa do PCP responsabiliza o Governo do PS pela subida do desemprego que, em finais de Março, atingia no concelho 1411 pessoas. Depois dessa data, cessaram os programas ocupacionais, o que veio agravar a situação de centenas de trabalhadores.

Os comunistas consideram que os POC's não resolvem o problema do desemprego mas na actual situação são «indispensáveis», uma vez que contribuem para dar resposta às situações mais aflitivas. Exigindo medidas sérias de desenvolvimento para combater a crise social e económica no concelho, a concelhia de Serpa afirma que o Governo PS não está a cumprir as promessas eleitorais designadamente no que respeita ao lançamento do Plano de Emergência para o Alentejo.

Comunistas da EPAL reúnem Assembleia

No passado dia 1, no Centro de Trabalho Vitória, realizou-se a III Assembleia de Organização da Célula da EPAL que discutiu e aprovou uma Resolução Política que, a par de diversas medidas orgânicas para a célula, aponta as principais linhas de orientação para a actividade política dos comunistas na empresa.

Começando por analisar a política de direita dos últimos 10 anos, «determinada pelos interesses e objectivos estratégicos do grande capital» nacional e estrangeiro, e que levou a uma «maior e mais desenfreada exploração dos trabalhadores», os comunistas da EPAL debruçaram-se mais profundamente sobre as consequências dessa política na empresa. É um processo - dizem - que, embora demorado e por fases, visa a cisão e privatização da EPAL e de todo o sector de dis-

tribuição da água», levando ainda à degradação das condições laborais e sociais dos trabalhadores. Analisado foi também o papel que a célula do PCP, com o apoio dos trabalhadores, tem na resistência a este processo de cisão/privatização da empresa.

Apesar das insuficiências e atrasos, diz a Resolução Política, os comunistas «não se deixaram vencer pelo cansaço, o desânimo e a complexidade da situação», lutando sempre pelos ideais do Partido e os direitos e interesses

Valfrio Falência iminente

«A situação dos trabalhadores da Valfrio, em Setúbal, faz-nos lembrar a terrível imagem do naufrago que consegue atravessar a nado todo um oceano adverso e chegando à praia, exausto e, sem socorros, sucumbir na terra firme por que lutou.» A imagem foi dada por José Manuel Maia, membro do CC do PCP, durante o almoço-convívio promovido no Faralhão pela estrutura local comunista para assinalar o 12º aniversário do centro de trabalho, onde estiveram dezenas de pessoas.

A falência da Valfrio parece agora depender da decisão do governo de apressar a regulamentação na especialidade das medidas que aprovou em Conselho de Ministros para a salva-

guarda das empresas em situação difícil. O drama, segundo afirmou Sertório Herrera, membro da Comissão de Trabalhadores da Valfrio, é que a regulamentação poderá só vir a ser concretizada depois de ser dado o golpe fatal na empresa.

Recorde-se que os trabalhadores da Valfrio decidiram desistir do processo que decorre no Tribunal de Setúbal, como forma de evitar a falência. Contudo, tal só poderá ser evitado se os detentores de 75 por cento dos créditos tomassem a mesma decisão.

Os trabalhadores exigem, por outro lado, o alargamento do prazo do subsídio de desemprego, já que poderá ser o único meio de subsistência de dezenas de famílias.



CAMARADAS FALECIDOS

António Araújo Moreira

Faleceu, no passado sábado, vítima de doença prolongada, António Araújo Moreira, que contava 57 anos. Jornalista há mais de 30 anos, colaborou em numerosos jornais e revistas culturais, tendo sido durante mais de uma década chefe da delegação do Porto de «o diário».

Poeta e cronista da rádio, era actualmente editor-adjunto da redacção do norte do «Diário de Notícias».

Integrou, em alguns mandatos, os corpos gerentes do sindicato dos Jornalistas, da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, tendo ainda pertencido aos Conselhos de Informação para a rádio e a Imprensa junto da Assembleia da República.

Era membro do Conselho Regional da Organização Regional do Porto do PCP.

Rodrigo Cândido Silva

Faleceu, no passado dia 30 de Maio, Rodrigo Cândido Silva, que contava 61 anos de idade e pertencia à Organização de Freguesia de São Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos. Era uma figura prestigiada do meio associativo, sendo o tesoureiro e grande dinamizador do Rancho Típico da freguesia.

Maria Joana Esteves

Faleceu, no passado dia 29 de Maio, Maria Joana Esteves. Membro do PCP desde 1943, era professora de Educação Física (reformada), prestou, durante anos, uma importante colaboração ao trabalho central do Partido. Integrava, ultimamente, o Grupo de Apoio às Organizações das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

dos trabalhadores. Consideram, no entanto, que está ao seu alcance reforçar a célula do Partido e transformar a sua influência social numa maior influência política e eleitoral.

Entre várias medidas orgânicas, visando o reforço do PCP, a III Assembleia decidiu editar uma «folha informativa» e aumentar a divulgação do «Avante!», «o principal e melhor meio que temos de levar as opiniões, as posições, as propostas do Partido junto dos trabalhadores».

A Resolução Política aprovada considera ainda que a EPAL «é uma empresa pública que, pelos índices obtidos nas várias áreas da sua actividade, pelo serviço público que presta às populações e actividades económicas, se coloca entre as empresas nacionais mais importantes». E, defendendo o modelo de organização e gestão da empresa como positivo, diz que esta deve continuar integralmente no Sector Empresarial do Estado e com capitais exclusivamente públicos; que deve manter-se com todas as suas funções e sectores;

que os sectores essenciais à sua actividade, como os Laboratórios, a Informática e a Manutenção devem ser apetrechados e dimensionados no sentido de apoiar a actividade da EPAL e a implementação de um Sistema Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento.

Reafirmando o seu apoio às reivindicações sociais dos trabalhadores, apresentadas pelas suas estruturas sindicais, os comunistas consideram que a empresa reúne condições económicas e financeiras para encetar uma revalorização salarial das principais categorias profissionais. Defende ainda a célula do PCP na EPAL que, face à política de direita da direcção do PS, só o reforço político e eleitoral do Partido Comunista Português pode levar à promoção da produção nacional e ao desenvolvimento de uma política social e cultural que assegure o crescente bem-estar do povo português. Reforço para o qual, garantem, não regatearão esforços, dedicação e empenho.



PCP recebe Federação do Comércio

Uma delegação da Federação do Comércio e Serviços do Norte foi recebida, na passada terça-feira, na sede do PCP por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, o deputado José Calçada, e José Bernardino, membro do Comité Central.

Da delegação da Federação do Comércio e Serviços do Norte faziam parte José Rosas, Fernando Sá Pereira, José Matos e Francisco Oliveira.

Guilhermino Duarte Painço

Faleceu Guilhermino de Jesus Duarte Painço, que contava 68 anos de idade. Membro do PCP desde 1975, era um destacado militante da Organização de Freguesia do Seixal.

Júlio Gomes

Faleceu o camarada Júlio Gomes, que contava 881 anos de idade. Era natural da Ericeira e estava organizado na freguesia de Porto Salvo.

Alberto dos Santos Januário

Faleceu Alberto dos Santos Januário, militante comunista desde os anos 50. Preso duas vezes pela PIDE, teve um papel importante na organização da revista Vértice, era sócio fundador da URAP, e foi eleito várias vezes para a Assembleia Municipal de Coimbra. Era uma figura muito conhecida e prestigiada junto das populações, cujas carências básicas ajudou a resolver após o 25 de Abril.

Manuel Mendes Baião

Faleceu, no passado dia 8, Manuel Mendes Baião, que contava 48 anos de idade. Natural de Vila Nova de S. Bento, concelho de Serpa, estava organizado na Comissão local do Bom Sucesso, na Freguesia de Alverca, onde integrava a comissão do Centro de Trabalho.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

AÇORES

Visita ao hospital da Horta

Uma delegação do PCP/Açores, constituída por José Decq Mota, coordenador regional, Paulo Valadão, deputado regional, Luís Bruno e António Freitas, membros da estrutura regional, visitou no passado dia 30 de Maio as instalações do hospital da Horta para onde tomou contacto com os meios existentes e os principais problemas do estabelecimento. No final da visita, inserida nas iniciativas «Em Diálogo com os Açorianos», Decq Mota referiu o grande esforço de actualização naquela unidade hospitalar, salientando ser urgente resolver as dificuldades financeiras que, por deficiente dotação orçamental, afasta os três hospitais regionais. O dirigente comunista falou ainda da questão da deslocação de doentes entre ilhas, matéria sobre a qual o PCP tem intervindo na Assembleia Legislativa Regional, de forma a que os direitos dos doentes das ilhas mais isoladas possam ser salvaguardados.

OLIVAIS

Descontentes com Expo'98

Os moradores dos Olivais, em particular da Quinta das Laranjeiras, Estrada de Moscavide e Casal dos Machados, estão descontentes com os impactos negativos da Expo'98 nas suas áreas de residência e dispõem-se a encetar formas de luta caso as suas exigências não sejam ouvidas. Os maiores protestos prendem-se com a circulação constante de pesados no interior dos bairros cuja trepidação tem aberto rachas nos edifícios provocando mesmo a derrocada de um muro. Seguindo de perto esta questão, o grupo de representantes do PCP voltou a apresentar, na sessão da Assembleia de Freguesia de 28 de Maio, a criação de uma Comissão Específica para acompanhar as obras Expo'96 em que estivessem membros das diversas forças político-partidárias presentes naquele órgão autárquico. Contudo, a proposta foi de novo rejeitada com os votos contra do PS, PSD e CDS/PP. Deste modo, a bancada comunista propôs que a sessão extraordinária marcada para a próxima terça-feira, 18, se realizasse na Escola 55 da Quinta das Laranjeiras, exortando toda a população a participar e intervir.

COIMBRA

Especulação imobiliária

A previsível valorização das margens do Mondego, com os investimentos públicos do Parque Verde, do Metro de Superfície e de uma nova ponte, está a gerar «surdas lutas de interesses imobiliários» no Município de Coimbra, denuncia em comunicado a estrutura concelhia do PCP referindo o «realinhamento de grupos em torno das candidaturas do PSD, PP e do PS» às próximas autárquicas. Para já, é visível na actuação do município a orientação de «empurrar massas crescentes de população para a periferia». Assim, ao mesmo tempo que dificulta a «construção de habitações nas freguesias mais rurais», a autarquia «deixa degradar e cair as casas no centro histórico, deixa paralisar as poucas recuperações e assiste passivamente à terciarização do tecido urbano». Os comunistas afirmam que o interesse público está a ser sacrificado e lembram a falta de equipamentos tais como o conservatório de música, escolas primárias e pavilhões gimnodesportivos nas principais povoações. Outros equipamentos «são atirados para péssimas localizações como a Escola da Pedrulha», observa o PCP, considerando que «o lobby do interesse público para alterar esta situação tem de passar pela cooperação de todas as forças independentes dos lobbies privados».

VILA FRANCA DE XIRA

Assembleia no domingo

Os comunistas de Vila Franca de Xira reúnem, no próximo domingo, a sua 5ª Assembleia de Organização. Até lá, decorrem plenários em todo o concelho para a eleição dos delegados e discussão do anteprojecto do Programa de Acção. Uma destas reuniões realizou-se no passado dia 31 de Maio, em Alverca, onde, durante uma troca de opiniões sobre a situação política nacional, foram feitas várias críticas ao governo PS, acusado de defraudar as expectativas de mudança que os portugueses expressaram nas urnas. No final dos trabalhos, foram eleitos 20 delegados à Assembleia Concelhia.

Apresentação do Porto

Cidade sonhada

A apresentação pública do livro «A Cidade Sonhada», decorreu na passada semana, na Casa Tait, no Porto, perante numerosa assistência, em que se destacavam vários artistas e produtores culturais.

A iniciativa partiu do Sector Intelectual do Porto do PCP e foi concretizada por uma equipa de que fazem parte César Príncipe, Isabel Cabral, Jorge Sarabando, Óscar Lopes e Rodrigo Cabral.

Na edição participam igualmente Alberto Pêssimo, Alfredo Barros, Américo Moura, Ângelo de Sousa, António Fernando, Carlos Tê, César Príncipe, Eduardo Valente da Fonseca, Egito Gonçalves, Eugénio de Andrade, Fernando de Oliveira, Francisco Mangas, Germano Silva, Henrique Silva, Henrique do Vale, Jaime Isidoro, José Emídio, José Emílio Nelson, José Rodrigues, José Viale Moutinho, Manuel António Pina, Manuel Jorge Marmelo, Manuela Bronze, Mário Cláudio, Papi-niano Carlos, Paulo Hernâni e Siza Vieira.

Intervindo na sessão, Jorge Sarabando, da DORP, afirmou: «Poderá ter parecido um tanto bizarra esta ideia de assinalar os 75 anos de um Partido, com a história do PCP, através de uma colectânea, em que tão-somente se propôs a escritores e artistas plásticos que livremente oferecessem um retrato do Porto, no seu modo de pensar, sentir e viver esta

grande cidade em movimento. Mas o que nos moveu, nesta iniciativa, que representa um modesto contributo para que sejam conhecidos os artistas portuenses, foi o de criar um espaço de respiração cultural», disse.



Na sessão estiveram conhecidos artistas e destacadas figuras da cultura

Jorge Sarabando formulou ainda o voto de que «esta cidade de carácter (...) possa conhecer uma fase nova, de expansão, de florescimento cultural. Porque tem o que faltará a muitas outras: um valioso capital humano. É preciso dar corpo a uma mudança capaz de vencer os bloqueios existentes».

A apresentação essencial do livro coube a Adão Pinho Cruz, médico e também escritor e artista plástico, que, a dado passo da sua intervenção, considerou que «o PCP e os seus 75 anos não podiam receber melhor prenda que esta «Cidade Sonhada», nascida da nossa cidade ainda acordada por tristes realidades, mas, mesmo

assim, lambida de poemas ao longo das ruas, silenciada de nevoeiro, sonhada, musicada de vida e pintada de sol e de gente nas suas belas manhãs dominigueiras».

A sessão contou ainda com um momento de poesia e música em que participaram Carla Maciel, Jorge Lino e Paulo Vaz de Carvalho.

Qualidade de vida no Porto

A qualidade de vida no Porto foi o segundo tema do ciclo de debates promovido pela DORP sobre os problemas da cidade. A iniciativa contou com a participação do prof. Bordalo e Sá, especialista em hidrobiologia, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, que explicou, com a ajuda de diapositivos, o ciclo da captação de água ao tratamento de esgotos e os problemas ambientais associados, sobretudo numa cidade como o Porto, em que a fonte do precioso líquido é o rio Douro, sendo também este o destino final dos efluentes.

O sociólogo João Teixeira Lopes considerou, mais à frente, que a qualidade de vida «não pode ser apanágio das classes mais favorecidas», referindo «as mil e uma imagens de cidade que cada grupo social faz» e a experiência de um estudo dirigido ao grupo estudantil e à escola. Quanto a este último aspecto, sublinhou que «o Porto tem poucas escolas construídas depois do 25 de Abril e pouco investimento voltado para melhorar o espaço escolar». Talvez por isso a imagem dos edifícios escolares seja associada a «prisões» por grande parte de uma população jovem que privilegia o convívio e que desejariam ter nos espaços/tempo escolares actividades como o teatro, natação, acesso aos meios audiovisuais, fazer visitas de estudo.

Depois foi a vez do médico Emílio Peres, numa perspectiva sanitária, discorrer sobre os factores externos que intervêm sobre a qualidade de vida dos cidadãos. O médico referiu-se à qualidade da alimentação, às relações interpessoais, familiares e de trabalho, actividade física, ausência de poluentes, atendimento médico e de cuidados de saúde e lazer, para alertar de seguida para as políticas autárquicas erradas que, a pretexto do desenvolvimento, conduziram a que, devido à poluição, 46 por cento das pessoas com mais de 40 anos sofram de um problema específico de olhos.



Na capital nortenha continuam a faltar equipamentos e infra-estruturas básicas

Intervindo na sessão, Ilda Figueiredo confrontou as palavras e a obra da autarquia, destacando que, pelo actual andamento das coisas, os projectos inscritos no documento «Grandes opções a Médio e a Longo Prazo» aprovado ainda nos inícios da primeira maioria PS, não serão concretizados até ao final deste mandato para infelicidade dos municípios do Porto.

Renault

Uma luta para continuar

O Secretariado da Célula dos Trabalhadores da Renault, reunido no passado sábado, considerou que o acordo entre o Governo português e a multinacional francesa é «fruto da incessante luta dos trabalhadores e das suas estruturas representativas, que contaram sempre com a solidariedade activa do PCP aos vários níveis, nomeadamente através dos deputados comunistas na Assembleia da República e do Parlamento Europeu».

A Célula do PCP sublinha que a unidade de Setúbal há muito que teria encerrado não fosse a luta travada junto da opinião pública nacional e europeia ter limitado o campo de manobra à Renault, que beneficiou prolongadamente das vacilações do Governo português.

A estrutura comunista exortou os trabalhadores a manterem a unidade, confiança e determinação em defesa dos seus postos de trabalho, nesta nova fase de laboração da fábrica.

Legalização de imigrantes

A Frente Anti-Racista promoveu sábado passado, nas instalações da Associação "Mãos Unidas da Casa da Alegria", na Amadora, uma sessão de apresentação da Campanha "Todos Diferentes, Todos Iguais, Todos Legais!", que se destina a informar os imigrantes sobre o novo período de legalização extraordinária. Após a apresentação da Campanha, seguiu-se uma primeira acção de contacto com os imigrantes, através da distribuição de um folheto. Neste folheto, a Frente Anti-Racista informa sobre as condições exigidas para requerer a legalização e os documentos necessários e sublinha que todo o processo é gratuito.

todos diferentes
todos iguais

Todos Legais.



Período de Legalização
de Imigrantes

Informações:

**FRENTE
ANTI-RACISTA**

Realojamento debatido em Lisboa

A Assembleia Metropolitana de Lisboa (AML) aprovou, por unanimidade, uma moção sobre o Plano Especial de Realojamento - PER, em que apresenta propostas concretas para a sua viabilização, de par das críticas à forma como a correspondente legislação foi aprovada em 1993, transferindo "para os municípios, de forma não integrada com outras indispensáveis medidas de política de habitação e desenvolvimento equilibrado do país, a responsabilidade de dar solução a esta vertente do problema habitacional".

Note-se que, na Assembleia Municipal de Lisboa, o PER envolve mais de 33.000 fogos com um investimento na ordem dos 250 milhões de contos.

Nestas condições, a AML decidiu manifestar à Assembleia da República a sua vontade de que a nova legislação sobre o PER permita libertar os municípios do investimento directo a que são forçados, repondo a participação num valor máximo de 50% do total do investimento; garantir um apoio efectivo e multiforme da Administração Central; simplificar procedimentos administrativos; libertar os municípios das limitações à sua capacidade de endividamento decorrente deste programa. Um conjunto de propostas que vão no sentido de uma mais equilibrada partilha de encargos e responsabilidades.

Apelo da APA

A Associação dos Agricultores do Porto (AAP) dirigiu um apelo aos deputados do Vale do Sousa na Assembleia da República, para que se oponham a um projecto do Grupo SONAE, de criação, em ligação com uma importante empresa do Reino Unido, de uma indústria de desmancha e embalagem de carne que, a ser aprovado, inviabilizaria definitivamente o Matadouro Regional de Penafiel.

Segundo a Associação Portuguesa de Matadouros Regionais, a indústria nacional de abate, desmancha e embalagem de carne está a ser utilizada apenas a 42% da sua capacidade.

De salientar tratar-se de um acordo com uma empresa inglesa num momento em que o Reino Unido - mercê da doença das vacas loucas - tem os maiores excedentes de carne bovina.

Simultaneamente, os agricultores do distrito do Porto continuam a debater-se com enormes problemas de escoamento dos seus animais.

Solidariedade com as crianças angolanas

300 embalagens de tuberculina, medicamento indispensável para a detecção da tuberculose, foram já entregues ao Hospital Pediátrico Central de Luanda. Este foi o primeiro acto da Campanha de Solidariedade com as Crianças Angolanas que um grupo de organizações não governamentais portuguesas está a promover com o apoio de numerosas instituições portuguesas e angolanas. Entretanto, em 25 de Maio, assinalando o Dia Mundial da Criança, activistas da Campanha realizaram uma acção de sensibilização e recolha de livros na Feira do Livro de Lisboa, tendo ainda entre outras acções recolhido cerca de 3 toneladas de alimentos, material escolar e brinquedos em dez hipermercados da região de Lisboa.

Dez medidas para uma política de ambiente

Vinte e quatro anos depois de a Assembleia Geral das Nações Unidas ter declarado o 5 de Junho Dia Mundial do Ambiente, pouco se terá avançado nesse caminho - denuncia o Grupo Parlamentar de "Os Verdes", através de uma Declaração política apresentada pela deputada Heloísa Apolónia.

Mantêm toda a sua actualidade as preocupações expressas na Conferência de Estocolmo,

em 1972, e na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, realiza-

da em 1992, no Rio, prosseguindo mesmo, "de forma acelerada e preocupante a degradação do ambiente à escala planetária".

Em Portugal, sublinha a deputada de "Os Verdes", continua-se a assistir, em matéria de ambiente, "a uma política de acções avulsas, seguidas anteriormente pelo governo PSD e actualmente pelo governo PS".

Ilustrando esta afirmação, o documento refere que "quando o governo PS apresentou as Grandes Opções do Plano para 1996, copiou literalmente o texto inscrito nas Grandes Opções do Plano para 1995 do governo PSD. E mesmo em termos de investimento nacional proposto para 1996 em matéria de ambiente, o valor global do PIDDC é rigorosamente igual ao proposto para 1995".

Neste quadro, "Os Verdes" apresentaram 10 medidas que consideram fundamentais para uma política global e integrada para o ambiente em Portugal:

- A elaboração do livro branco sobre o estado do ambiente em Portugal.

- A elaboração e criação das condições para a aplicação da estratégia nacional de conservação da natureza.

- A elaboração da lei de bases para a gestão e planeamento dos recursos hídricos.

- A elaboração do Plano Nacional para a política de ambiente e ordenamento do território.

- A elaboração da Lei de Bases para o Ordenamento do Território.

- A elaboração do plano nacional para a gestão e tratamento de resíduos.

- A elaboração da lei própria relativa ao acesso dos cidadãos aos dados da administração em matéria de ambiente.

- O estabelecimento de um novo enquadramento legal que dê credibilidade à avaliação de impactes ambientais.

- A elaboração de um plano nacional para educação ambiental.



Quase tudo está por fazer, em Portugal, para combater a poluição

Notícias da JCP

Basta de propinas

O Ensino Superior é fundamental para a valorização e desenvolvimento do país, e como tal deve ser encarado como prioridade de investimento para o Estado, e não como uma simples despesa - afirma, em nota de imprensa da Direcção a Organização Regional do Algarve da JCP, em que critica a política que tem vindo a ser seguida pelo PS, em que o Ensino Superior "é sinónimo de simples bem de consumo e quem o quiser terá de pagá-lo".

Em comunicado distribuído aos estudantes da Universidade do Algarve, a JCP sublinha que, para o actual governo, não só o "Ensino Superior Público deve ser suportado pelos estudantes", como "nem os mais desfavorecidos escapam", pois serão obrigados "a contrair bolsas-empréstimos, que irão endividá-los e hipotecar mais de 10 anos da sua futura vida de trabalho".

A JCP relembra que, quando oposição, o PS "prometeu que não discutia as propinas sem ao mesmo tempo garantir a eliminação do *numerus clausus*, o crescimento das taxas de frequência, a criação de um Sistema Social Escolar cujo valor e volume assegurem a todos a possibilidade de acesso ao Ensino Superior, a aplicação de um conjunto de medidas para dar igual tratamento a todos os rendimentos", entre outras promessas, rapidamente esquecidas.

Informação rasca

Está a decorrer no Algarve, prolongando-se até ao próximo sábado, uma campanha da JCP-Algarve, de denúncia do silenciamento, pela comunicação social, de iniciativas relevantes dos comunistas, nomeadamente

da JCP e do seu V Congresso, realizado em Lisboa em 18/19 de Maio.

Considerando que a "maioria da Comunicação Social não sabe viver em democracia e não sabe aceitar a pluralidade de ideias" ou pretende ocultar "os problemas do nosso país", a JCP apresentou entretanto uma queixa na Alta Autoridade para a Comunicação Social contra a RTP.

Em comunicado divulgado estes dias, contra a *informação rasca*, a JCP-Algarve refere-se às razões do silenciamento das iniciativas da JCP e do PCP. Por um lado, "os grandes Órgãos de Comunicação Social estão nas mãos do grande patronato, que apoia e lucra com a política de direita seguida pelo PS". Por outro, pretende-se "silenciar os que denunciam os problemas reais do nosso país e lutam pela sua resolução com propostas alternativas e um projecto válido".

Comuna de Paris em debate

O 125º aniversário da Comuna de Paris vai ser tema de debate este sábado, na Universidade de Lisboa, por iniciativa da Associação Intervenção Democrática (ID).

A Conferência/Debate realiza-se no Anfiteatro da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, a partir das 15 horas de sábado, e conta com as intervenções dos historiadores Claude Willard, da Universidade de Paris, e Hernani Resende, da Universidade de Lisboa, e da investigadora, da Universidade Aberta, Dulce Rebelo.

"Reflectir sobre a realidade que nos circunda e encontrar caminhos do futuro, não dispensa, antes impõe, conhecer e colher ensinamentos dos factos históricos", subli-

nha-se no folheto de divulgação desta iniciativa.

Uma necessidade tanto mais premente quanto as nossas sociedades contemporâneas vivem hoje o risco "da força impositiva de um modelo único".

Para a ID, o exemplo desses "homens e mulheres, que há 125 anos ousaram substituir o Estado classista e repressivo por formas de poder e organização social dimanadas da democracia directa", é particularmente actual. Pois a "procura de novas formas de democracia directa e de democracia participativa" poderá abrir os caminhos a trilhar, na busca de "um sistema social que assegure o progresso e a felicidade".

Bodo das privatizações a estrangeiros O que é que faz correr o PS?

Ainda não foi desta que o PS conseguiu fazer vingar completamente a sua intenção de escancarar as portas de modo a permitir que os capitalistas da União Europeia possam concorrer, sem restrições, às privatizações e adquirir empresas nessa situação como se fossem pessoas nacionais.

Com efeito, depois de ter visto chumbado há uma semana atrás por manifesta inconstitucionalidade - dado tratar-se de uma matéria da estrita competência da Assembleia da República - o decreto-lei do Governo que materializava esse propósito (em votação aos pedidos de não ratificação subscritos pelo PCP e PSD), o PS voltou à carga transformando o conteúdo do decreto em projecto de lei da sua bancada parlamentar. No final, conseguiu ver aprovado o diploma na generalidade, mas viu gorada a tentativa de o fazer passar na especialidade e em votação final global.

Chegado o momento da contagem dos votos, fez ontem oito dias, após o deba-

te, o sentido expresso pelas bancadas da oposição (todas contra) traduzia a sua recusa em aprovar um diploma que, nas palavras de Octávio Teixeira, revela da parte do PS "uma opção ainda mais fundamentalista na condução do processo de privatizações que a seguida pelos governos de Cavaco Silva". O líder da bancada comunista chegou mesmo a acusar o Governo de estar a "diminuir a capacidade portuguesa de definir uma estratégia de desenvolvimento nacional" e de, em simultâneo, estar a "transferir o poder económico em sectores estratégicos para o estrangeiro".

Mas o inesperado aconteceu quando o presidente da Assembleia da República,

após a contagem, em vez de concluir pela não aprovação do diploma - face aos votos contra do PEV, PCP, PP e PSD -, dando este processo legislativo por encerrado, ao contrário, sem que ninguém tivesse requerido a votação nominal ou ele próprio tivesse feito o seu anúncio prévio, dá o projecto por aprovado, alegando para o efeito a circunstância de lhe parecer que os deputados socialistas seriam em número superior aos dos deputados da oposição. Almeida Santos ia assim contra a prática parlamentar estabelecida, segundo a qual o que conta são os votos dos partidos, a menos que seja previamente requerida a referida votação nominal.

Desde logo choveram os protestos dos partidos da oposição, mas, não contente com o resultado que obtivera - esquecendo-se provavelmente de que "quem tudo quer tudo perde" - a bancada socialista não foi de modas e

vai de requerer a votação imediata na especialidade e em votação final global. As razões percebiam-se. Face a algumas clareiras nas bancadas dos partidos da oposição, com a bancada socialista totalmente preenchida, estava claro que essa era a oportunidade de operar de uma assentada o "golpe" que garantisse artificialmente um resultado diferente daquele a que correspondia efectivamente a vontade política maioritária dos partidos com assento parlamentar.

Só que as bancadas da oposição não apararam a jogada, designadamente as do PCP e PSD, que, aos poucos, foram ficando vazias, até que em cada uma delas apenas restou um deputado. Estava furado o esquema ensaiado pelo PS. Por manifesta falta de quorum de votação, não havia outra alternativa que não fosse adiar o sufrágio para outra ocasião.

Contra a flexibilidade e a polivalência

A deputada Odete Santos reiterou a firme oposição da sua bancada à Lei da flexibilização e polivalência, acusando o PS de ter assumido nesta matéria uma "posição retrógrada e ultra-conservadora". Esta tomada de posição veio a propósito de um diploma da Assembleia Legislativa da Madeira preconizando a redução da jornada de trabalho para 40 horas por semana, sem quaisquer contrapartidas e sem cedências ao patronato.

Em debate na semana transacta, esta proposta de lei oriunda daquela região autónoma conflita claramente com a legislação recentemente aprovada pelo PS (com o apoio inestimável do CDS/PP), evidenciando simultaneamente as incoerências e contradições deste partido no breve trecho temporal entre ser oposição e governo.

"Esta proposta de lei - lembrou a deputada comunista - traz ao de cima todas as afirmações feitas na anterior legislatura pelo PS, então em apoio de soluções como a que vem proposta, que mais não é do que a reposição dos sucessivos projectos de lei do PCP acerca da redução para 40 horas do trabalho semanal."

Prevedo uma firme oposição à aplicação da lei, Odete Santos fez notar que o PS não deixará no futuro de ter "muitas ocasiões para lamentar ter dado letra de lei às exigências do grande patronato", tanto mais que, advertiu, por um lado, "a luta dos trabalhadores é uma constante da vida", e, por outro, a lei da flexibilidade é uma "lei laxista em relação às exigências de modernização das empresas (...), às exigências de emprego dos trabalhadores (...), às exigências de justiça social (...) e à proibição de despedimentos".

Regularização de imigrantes Falhas podem comprometer êxito do processo

Na última sessão plenária que antecedeu o início do período de regularização extraordinária de imigrantes em situação ilegal - que ocorreu na passada terça-feira, dia 11 - o deputado comunista António Filipe levou ao conhecimento da câmara as preocupações do PCP perante o que considerou "o manifesto atraso que se verifica no terreno" e a falta de regulamentação indispensável para o sucesso do processo de regularização".

Salientado pelo parlamentar comunista foi o empenhamen-

to do Grupo comunista neste processo de regularização extraordinária - materializado através da apresentação de um projecto de lei próprio e da contribuição para que a lei aprovada contemple as melhores soluções -, assinalando a este propósito que se algumas das propostas do PCP tivessem sido aprovadas diversos problemas que vão dificultar o processo de regularização poderiam estar ultrapassados.

De entre as preocupações concretas por si referidas realce para a falta de informação

aos cidadãos imigrantes, bem como para a falta de resposta aos projectos apresentados por associações de imigrantes para intervir mais activamente no processo.

Para António Filipe, estes problemas poderiam estar ultrapassados se o Governo tivesse aceite a proposta do PCP de contratualizar a colaboração das autarquias e das associações de imigrantes no processo. "Ao concentrar nos organismos sob a sua dependência directa - Governos Civis e Serviço de Estrangei-

ros e Fronteiras - todas as responsabilidades pelo processo, o Executivo pode estar a comprometer de forma irreversível o sucesso da regularização", sublinhou o deputado comunista.

Lançado por António Filipe foi ainda um apelo ao Governo para que corrija urgentemente estas deficiências e elabore regulamentação indispensável, uniformizando, nomeadamente, procedimentos administrativos que são necessários à regularização, como os atestados de residência.

Jornadas Parlamentares do PCP Educação e Ensino no centro do debate

A educação e o ensino dominarão do ponto de vista temático as próximas Jornadas do Grupo Parlamentar do PCP. Com encontro marcado para os próximos dias 17 e 18 do corrente, no Palácio Pancas Palha (Beato), em Lisboa, os deputados comunistas incidirão muito especialmente a sua atenção sobre algumas declaradas intenções do Governo nesta área, como sejam, por exemplo, o financiamento do ensino

superior ou a educação pré-escolar e a perspectiva da sua privatização.

Embora o tema tenha sido escolhido há varias semanas atrás, não deixa de ser uma curiosa coincidência o facto de estas jornadas se realizarem na véspera do debate parlamentar centrado no "pacto educativo", circunstância que vem conferir uma maior actualidade às Jornadas dos parlamentares comunistas.

Associações de mulheres Consagrar o reforço dos seus direitos



Melhorar o estatuto das associações de mulheres definido pela Lei 85/88, introduzindo, para o efeito, alterações no plano legislativo que reforcem os seus direitos, eis, em termos substantivos, o objectivo visado pelo Grupo Parlamentar do PCP em projecto de lei recentemente entregue na Mesa do Parlamento. Com esta iniciativa, para os seus autores, trata-se sobretudo de conferir às associações de mulheres o reconhecimento como parceiro social que

lhes é devido, gozando dos correspondentes direitos, como é o de tempo de antena na rádio e televisão. Só deste modo, na opinião dos parlamentares comunistas, poderão as associações ver reconhecido o importante papel que vêm desempenhando no erradicação de práticas discriminatórias que atingem as mulheres.

Nesse sentido, de acordo com o articulado do diploma, é consagrado o Estatuto de Parceiro Social para as associações de mulheres de âmbito

nacional, atribuindo-lhes, nomeadamente, o direito à representação directa ou indirecta no Conselho Económico e Social.

A audição das associações de mulheres de âmbito regional na elaboração dos planos regionais constitui outra das prerrogativas previstas no projecto comunista, que defende, simultaneamente, o direito das associações ao tempo de antena na rádio e televisão nos mesmos termos das associações profissionais, bem como o direito à obten-

ção de apoios por parte da administração central, regional ou local.

Importa assinalar, por último, que este diploma do PCP pretende repor idêntico projecto aprovado na anterior Legislatura, que chegou a ser aprovado na generalidade, mas que acabaria por não ser aprovado na especialidade quer pela subcomissão parlamentar de igualdade quer pelo plenário devido à posição de indiferença e alheamento então perfilhada pela maioria absoluta do PSD.

INTERNACIONAL

Habitat II

50 mil vítimas por dia devido à falta de casas condignas

Mais de 20 por cento da população mundial não mora numa casa condigna e pelo menos 100 milhões de pessoas não possui sequer um abrigo, revelou a ONU durante a II Conferência sobre Aglomerados Humanos, também chamada de Habitat II, que decorre em Istambul, na Turquia, até amanhã.

Esta é, de facto, uma das questões mais graves da actualidade. 50 mil pessoas morrem diariamente vítimas das más condições de habitação. Metade da população urbana da América Latina, África e Ásia vive em zonas degradadas e bairros de lata. As crianças de rua, os deficientes, as mulheres e os pobres das regiões urbanas e rurais são aqueles que mais necessitam de auxílio.

Segundo dados já adiantados, dentro de poucos anos, a maioria da população mundial viverá nas cidades, aumentando em grande escala os problemas da habitação, ensino, emprego, escassez de água e poluição do ar. O presidente do Comité de Coordenação, Yigit Guloksuz, numa posição optimista, afirmou que «não devemos chegar tarde para desenvolver estratégias a fim de superar estes problemas».

Por seu lado, Wally N'Dow, o secretário-geral da cimeira, sublinhou que os recursos financeiros actuais são insuficientes para melhorar a qualidade de vida nas cidades mundiais, sendo necessário encontrar novas técnicas económicas para as desenvolver. Acrescente-se que apenas 3,25 por cento dos fundos públicos foram destinados à habitação em 1990.

Para a Organização Mundial de Saúde, a habitação é o factor mais fortemente associado à saúde e ao nível de esperança de vida em muitos países, estando já provado que existe uma relação directa entre a falta de alojamento e as epidemias, a criminalidade e os problemas sociais.

A conferência, onde participam 20 mil representantes de 185 países, está a ser marcada por diversas polémicas e protestos. O director executivo do



Para a Organização Mundial de Saúde existe uma relação directa entre a falta de alojamento e as epidemias, a criminalidade e os problemas sociais

Fundo das Nações Unidas para a População insistiu no acesso sem restrições à contracepção, contra a posição do delegado do Vaticano que apelou para o fortalecimento da família.

Também os direitos dos trabalhadores têm uma grande influência nas condições de habitação. A propósito desta questão, o Foro dos Sindicatos da Turquia defendeu que a diminuição da intervenção governamental em 106 países com os processos

de privatização implica um retrocesso nos direitos laborais.

Istambul foi palco de manifestações de dezenas de organizações não governamentais (ONG), na quinta-feira, que procuravam pressionar a ONU a incluir na agenda da conferência o «direito à habitação». Segundo a agência Lusa, outro dos objectivos das manifestações era protestar contra o facto de a Turquia ser o anfitrião da iniciativa, país onde as forças

de segurança evacuem e incendiam as aldeias das províncias do sudoeste do país, de maioria curda.

Num comunicado emitido por algumas destas ONGs, refere-se que quatro meses antes de começar a conferência, as autoridades municipais de Istambul começaram a eliminar todos os animais vadios e que as crianças de rua foram colocadas temporariamente num acampamento.

Encontro de Madrid

Forças de esquerda discutem UE

A convite de Julio Anguita, Coordenador-Geral da Esquerda Unida, realizou-se no dia 8 de Junho, em Madrid, um encontro de forças de esquerda da Europa. Na ordem de trabalhos, entre outras coisas, as consequências do Tratado de Maastricht e a possibilidade de acções comuns na luta contra o desemprego.

O encontro de Madrid, em que participou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, possibilitou uma ampla informação acerca da situação nos diferentes países e a política dos respectivos partidos em relação à União Europeia.

A iniciativa permitiu igualmente um útil intercâmbio de opiniões acerca das consequências - económicas, sociais e políticas - do Tratado de Maastricht, sendo constatada a existência de numerosos temas - com destaque para o combate ao desemprego, ao desmantelamento das funções sociais, à regressão democrática, entre outros - em torno dos quais é possível o desenvolvimento de acções comuns ou convergentes.

Particularmente destacada foi a necessidade de lutar para que os povos dos diferentes países possam efectivamente pronunciar-se sobre o processo de construção europeia e sobre o Tratado que resultar da Conferência Intergovernamental em curso, nomeadamente através de referendos. Com o objectivo de aprofundar o exame da problemática deste encontro considerou-se a ulterior realização de reuniões de trabalho e, mais tarde, de um

novo encontro das forças políticas presentes.

No encontro participaram 18 partidos de 14 países, fundamentalmente membros da União Europeia: Partido do Socialismo Democrático da Alemanha (Lothar Bisky, Presidente), Par-

tido Comunista da Bélgica (Maurice Magis, Secretário das Relações Internacionais), AKEL de Chipre (Andros Kiprianou, Sec. R. I.), Partido Socialista Popular da Dinamarca (Holger K. Nielsen, Presidente), Esquerda Unida de Espanha (Julio Anguita, Coordenador-Geral); Iniciativa por Catalunha (Rafael Ribó, Presidente); Partido Comunista Francês (Robert Hue, Secretário Nacional), Movimento dos Cidadãos, da França (Didier Motchane, Sec.R.F.), Partido Socialista Trabalhista da Grã-Bretanha

(Patrick Sikorski, Secretário-Geral), Partido Comunista da Grécia (Giannis Theonas, deputado europeu), Synaspismos, da Grécia (Nikos Costandopoulos, Presidente), Esquerda Democrática da Irlanda (P. de Rossa, Presidente), Partido da Refundação Comunista da Itália (Fausto Bertinotti, Secretário-Geral), Movimento dos Comunistas Unitários da Itália (L. Pettinari, deputado europeu), Partido Socialista da Esquerda da Noruega (G. Reinsvollsvveen, vice-Presidente), Partido Comunista Português (Carlos

Carvalhas, Secretário-Geral), Partido da Esquerda da Suécia (G. Schymann, Presidente). Participou ainda o Presidente do Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, Alonso Puerta.

A delegação do PCP, além do Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas, integrava ainda Albano Nunes, membro do Secretariado, Joaquim Miranda, membro do CC e deputado no Parlamento Europeu, e Manuela Bernardino, membro do CC e da Secção Internacional.

Carlos Carvalhas em Cuba

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, visitou Cuba de 3 a 7 de Junho a convite do Comité Central do Partido Comunista de Cuba e do presidente Fidel Castro, tendo sido recebido à chegada, no Aeroporto de Havana, por Abel Prieto, membro do Bureau Político.

Durante a sua estadia em Cuba, acompanhado por Manuela Bernardino, membro do Comité Central e da Secção Internacional do PCP, Carlos Carvalhas encontrou-se com altas personalidades do Partido e do Estado cubanos e contactou com aspectos diversos da realidade económica, social e da comunidade científica.

No encontro realizado no Comité Central do PCC, em que participou R. Ballaguer, membro do Bureau Político, recebeu uma detalhada informação sobre a situação actual em Cuba e a acção do PCC. Na província de Matanzas foi recebido no Comité Provincial do PCC por Jadira Garcia, membro do Bureau Político, e outros dirigentes da província; visitou a Cooperativa Ramon Martel, produtora de cana-de-açúcar, a empresa Cupet de extracção de petróleo e visitou empreendimentos turísticos em Varadero. Em

Havana, foi recebido por Roberto Robaina, Ministro dos Negócios Estrangeiros, por Ricardo Alarcon, presidente da Assembleia Nacional Popular e pelo vice-ministro da Economia Alfonso Casanova; visitou, no Complexo Científico do Oeste, uma empresa de produtos farmacêuticos e o Hospital de Medicina Tropical, importante centro de investigação, onde manteve conversações com o seu director, Professor Gustavo Kouri.

Carlos Carvalhas fez uma Conferência no Centro de Estudos Europeus sobre a situação em Portugal no quadro da U.E. e a actividade do PCP. Teve frequentes contactos com a imprensa e deu uma Conferência de Imprensa no Centro de Imprensa Internacional, aproveitando a oportunidade para manifestar a firme condenação do PCP à lei Helms Burton, que reforça o embargo norte-americano a Cuba.

A finalizar a sua visita, encontrou-se com Fidel Castro, 1º secretário do CC do PCC e Presidente do Conselho de Estado. Nesta ocasião, foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos dois países, a actividade dos respectivos partidos e aspectos da situação internacional. Este encontro realizou-se num clima de franca camaradagem, amizade e solidariedade que caracterizam as relações entre o PCP e o PCC.

Ariane

O foguetão europeu Ariane-5 foi destruído deliberadamente, na semana passada, 59 segundos após o seu lançamento no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, devido a um desvio na sua trajectória. O foguetão, que transportava quatro satélites científicos europeus Cluster, volatilizou a 4 mil metros de altitude, numa explosão semelhante à do vaivém norte-americano Challenger, em 1986.

China

Quarenta e oito horas depois do governo de Pequim ter aceite renunciar às experiências nucleares pacíficas durante os próximos 10 anos, a China efectuou um teste nuclear subterrâneo no deserto de Lop Nor, no sábado. A agência noticiosa oficial chinesa, reafirmando que este arsenal «é apenas para autodefesa e que não constitui uma ameaça para qualquer outro país», anunciou um novo teste - o último - para Setembro.

Israel/Palestina

O programa do novo executivo israelita é «uma declaração de guerra aos árabes», nas palavras do ministro da Agricultura palestino, Abdel Jawad Saleh. Apelando à «mobilização geral dos palestinianos para defenderem os seus direitos e valores nacionais», Saleh afirmou que a concretização daquele programa «significaria a destruição do processo de paz». O programa do governo de Benjamin Netanyahu recusa nomeadamente a instituição de um Estado palestino, a partilha de Jerusalém e a retirada dos Golãs sírios.

Albânia

Sob pressão interna e externa, o presidente albanês Sali Berisha reviu a sua posição e permitiu a repetição das eleições legislativas em 17 distritos eleitorais onde se registaram irregularidades a favor do Partido Democrático.

Iraque

80,5 milhões de dólares é o total pedido pelas Nações Unidas à comunidade internacional para a ajuda humanitária de urgência ao Iraque, com o fim de cobrir as

INTERNACIONAL

Conversações sobre Ulster *Sinn Fein à porta*

Dezassete deputados eleitos do Sinn Fein estiveram à porta de Castle Building, em Belfast, o local onde decorreram na segunda-feira as conversações multipartidárias sobre o futuro do Ulster, mas apenas três foram autorizados a entrar por alguns minutos. Lá dentro ouviram da boca dos representantes do governo de Londres e de Dublin de que ao Sinn Fein «continuarão vedados os contactos ministeriais e um lugar nas conversações enquanto não houver um restabelecimento inequívoco do cessar-fogo».

«Vimos aqui como artesãos da paz, com base no nosso mandato eleitoral, para fazer avançar o processo de paz lado a lado com os outros, não para que nos lessem um comunicado», afirmou Gerry Adams, o líder do braço político do IRA.

O processo de conversações desenvolve-se em três secções separadas, que discutem a instituição de uma assembleia para a Irlanda do Norte, os novos sistemas políticos que ligarão o Ulster à Repú-

blica da Irlanda e o desarmamento dos grupos paramilitares do território. Os negociadores deverão dar conta dos seus progressos aos governos inglês e irlandês antes do fim de Setembro.

As conversações só foram possíveis com a iniciativa unilateral do IRA de cessar-fogo em Agosto de 1994. Os 17 meses de paz foram quebrados com um atentado à bomba em Londres, a 9 de Fevereiro deste ano, com a acusação de John Major e os



As conversações sobre o futuro do Ulster ameaçam resultar em novo fracasso com a exclusão do Sinn Fein

unionistas terem «desperdiçado» uma ocasião histórica.

Nas conversações, que não têm data para terminar, participam nove partidos, com as mais diversas posições sobre a ques-

ção. Cada negociador recebe cerca de 24 contos por dia e o seu partido 73 mil escudos para despesas, além de um subsídio trimestral de 1470 contos.

A iniciativa é presidida pelo

antigo senador norte-americano George Mitchell, assistido pelo general canadiano Jonh de Chastelain e pelo ex-primeiro-ministro finlandês Hari Halkin.

EUA

O reverso da medalha do sonho americano

O Dia Mundial da Criança foi comemorado nos Estados Unidos de uma forma inédita: centenas de milhares de famílias, respondendo ao apelo de mais de três mil organizações, juntaram-se em Washington para fazer sentir aos seus dirigentes políticos que a América devia sentir vergonha pela forma como trata as suas crianças.

Sob o lema «Apoiemos as crianças», os organizadores da iniciativa propuseram-se com a manifestação «fazer pela infância o que a marcha de 1963 fez pelos direitos civis», nas palavras de Marian Wright Edelman, que então esteve com os negros liderados por Luther King, e hoje dirige a Children's

Defense Fund (CDF - Fundo de Defesa da Infância).

A situação das crianças nos EUA justifica a preocupação. No país que é a maior potência mundial, 35 milhões de pessoas vivem numa «miséria extrema», segundo as estatísticas oficiais, e o número ameaça aumentar com as políticas



Os Estados Unidos deviam ter vergonha da forma como tratam as suas crianças, afirmam as organizações de apoio à infância

sociais que estão a ser definidas. Como afirma o presidente da Fundação para os Direitos do Homem dos afro-americanos, Keith Jennings, «as prioridades de um país reflectem-se no seu orçamento». Ora o que sucede é que «os programas respeitantes aos desfavorecidos, aos idosos, às crianças, às

mulheres, e os programas sociais em geral, foram reduzidos drasticamente». O mesmo não sucede noutros sectores: o Pentágono, por exemplo, recebeu 7 mil milhões de dólares que nem sequer tinha pedido!

As perspectivas não são famosas. Enquanto se acentua a tendência de transferir para

os Estados a responsabilidade dos orçamentos sociais - e são cada vez mais os Estados com uma política extremamente regressiva no respeitante à infância e aos deficientes -, a nível central prevê-se uma redução orçamental da ordem dos 1000 mil milhões de dólares nos próximos sete anos (seja qual for o próximo Presidente norte-americano), na lógica de que o que é preciso para equilibrar as finanças do país é cortar nos investimentos sociais.

Uma política em que Republicanos e De-

mocratas não divergem.

A prosseguir uma tal política, grande parte das crianças americanas - cuja situação actual, como se constata pelos dados publicados em separado, é dramática - não terão motivo nenhum para confiar no futuro. O que não poderá deixar de ter consequências imprevisíveis.

necessidades imediatas da camada populacional mais vulnerável nos próximos três meses. A soma pedida destina-se, por um lado, aos sectores alimentar e agrícola, água potável, serviço de saneamento e reabilitação de abrigos e escolas, e por outro, para o pagamento dos salários dos funcionários da ONU que irão escoltar e distribuir os alimentos às populações no norte do país.

Paquistão

Sete mortos e cinquenta feridos foi o número total de vítimas dos três atentados à bomba que se registaram na segunda-feira, em Gujranwala, importante centro industrial do Paquistão. A primeira bomba explodiu num autocarro e as outras duas deflagraram junto a um bazar.

Bangladesh

Realizaram-se ontem as eleições no Bangladesh. A campanha, que causou a morte de 13 pessoas e mais de 200 feridos, foi marcada por uma tentativa de revolta militar. O Bangladesh foi criado em 1971 e esteve durante 15 anos sob regimes militares.

Tchetchénia

A Rússia e os independentistas tchetchenos chegaram a acordo, no domingo, sobre um calendário de retirada das tropas russas daquela república. O protocolo do acordo ainda não foi assinado. As autoridades de Moscovo continuam a considerar a Tchetchénia como uma parte integrante da Rússia.

Burundi

As conversações de paz sobre o Burundi saíram fracassadas. Em Mwanza, na Tanzânia, onde as negociações decorreram, não foi assinada nenhuma declaração comum entre a Frente para a Democracia no Burundi (maioritariamente hutu) e a Uprona dos tutsi.

Angola

França Van Dunen tomou posse no sábado como primeiro-ministro de Angola. Na ocasião, afirmou que as prioridades do seu governo passam pela alimentação, a educação e a livre circulação em todo o território.

Pobreza extrema

Segundo dados publicados pelo Children's Defense Fund, em cada nove segundos há uma criança americana que abandona a escola, em cada 14 segundos é presa uma criança, em cada 32 segundos há um bebé que nasce na pobreza, em cada 15 minutos há um bebé que morre, de duas em duas horas uma criança é assassinada com uma arma de fogo, de quatro em quatro horas há uma criança que se suicida, de oito em oito horas morre uma criança vítima de maus tratos ou de negligência.

A mesma fonte revela que o número de crianças mortas com armas de fogo aumentou de 94 por cento nos últimos dez anos, e que existem actualmente nos Estados Unidos 220 milhões de armas de fogo em circulação.

Por outro lado, segundo um relatório publicado o mês passado pelo Departamento de Saúde, a percentagem de crianças americanas vivendo «num estado de pobreza extrema» duplicou desde 1975.

Aprovada pelo Comité Central, decorre desde Janeiro passado uma Campanha Nacional de Adesões ao PCP que visa atingir até ao XV Congresso um significativo reforço dos seus efectivos. «Junta-te a nós - Adere ao PCP» foi o lema escolhido para encabeçar a campanha que se desenvolve de uma forma desigual nas várias organizações do Partido. Com o objectivo de fazer o «ponto da situação», pedimos a Agostinho Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, que nos respondesse a algumas questões e fizesse um pouco de luz sobre o andamento da campanha.

Foi sempre prática do Partido fazer recrutamento «dirigido». A premência das tarefas que diariamente se lhe colocam parecem, contudo, ter feito cair essa prática em desuso. A Campanha de Adesões lançada pelo Comité Central tem, pelo menos, o mérito de chamar a atenção para a actualidade desse procedimento...

Agostinho Lopes - Ao longo dos anos sempre se foi recrutando. É um processo permanente, embora naturalmente sempre ligado ao próprio ambiente e conjuntura política que vamos vivendo. Vejamos, por exemplo, o ano de 95, em que não existia uma campanha nacional em curso mas em que se verificou um recrutamento significativo. É no seguimento dessa aproximação, ao Partido de trabalhadores, de jovens, em 1995, que o Comité Central decidiu avançar com esta campanha.

Tu dizes, portanto, que em 95 se verificou um elevado número de adesões. Essas adesões foram espontâneas? Porquê, então, esta campanha?

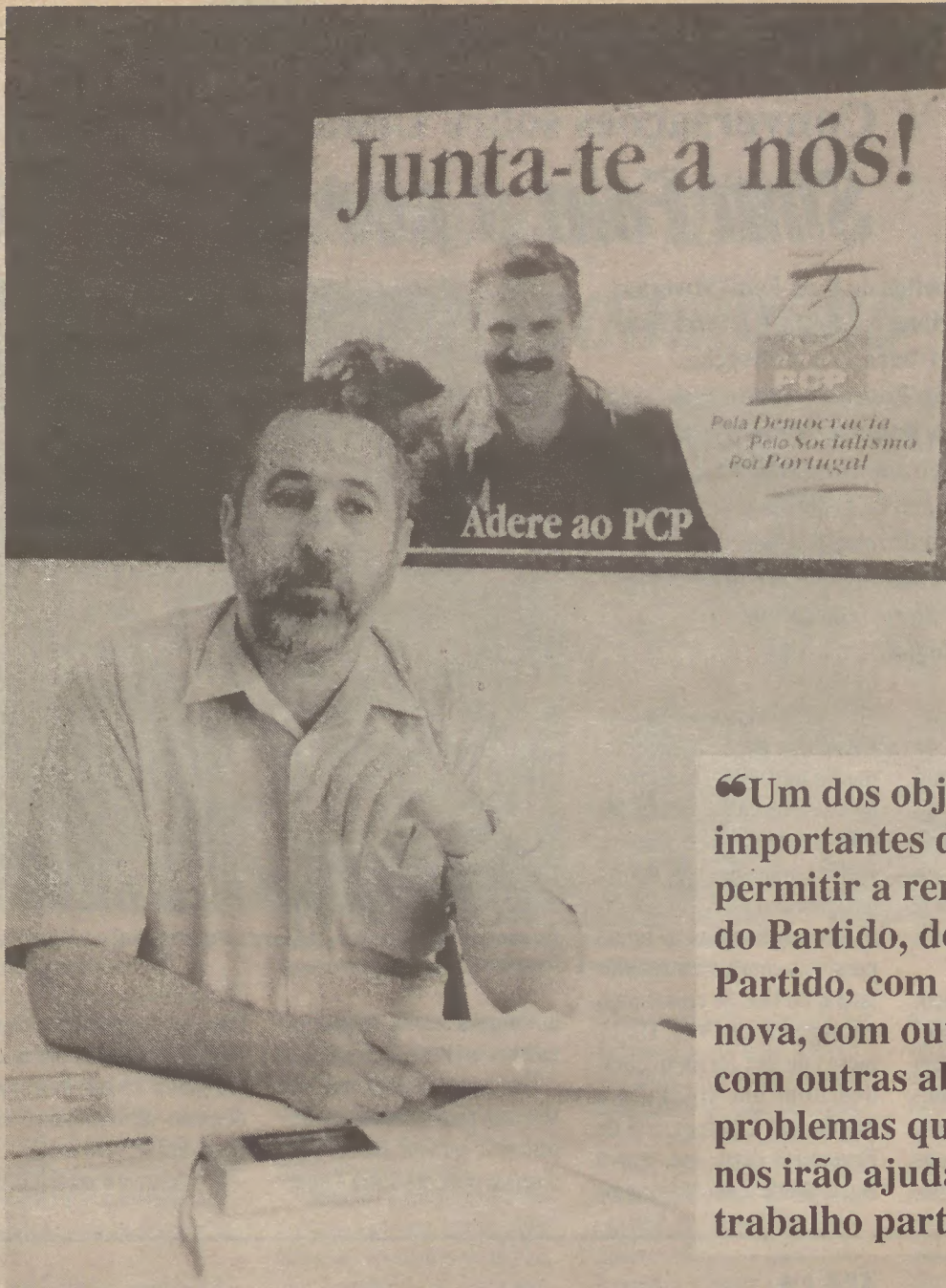
Eu diria que, embora não tomando o aspecto de campanha nacional, as organizações mantiveram um certo ritmo de recrutamento, com campanhas decididas por elas próprias e acompanhadas pela Comissão de Organização. Na reunião do Comité Central que se verificou a seguir à Conferência Nacional do Partido, foi sublinhado este objectivo como uma tarefa que deve estar sempre presente no trabalho do Partido. Posteriormente, pensou-se que 1996, ano que junta a comemoração de efemérides significativas para o Partido - o 75º aniversário, a 20ª Festa do «Avante!», o XV Congresso - seria uma belíssima oportunidade para que o Partido avançasse com a campanha hoje em curso.

A Campanha parece não decorrer de uma maneira uniforme nas várias organizações do Partido. Radicará esse facto em entendimentos diferenciados por parte das organizações em relação à campanha ou mesmo à sua oportunidade?

De uma forma geral, em todo o país, os camaradas pensam existir significativas potencialidades de alargamento do Partido, com a vinda de muita gente jovem. Mas é natural que haja nas várias organizações do Partido situações diversas no sentido da atenção dada a esse problema. Situações decorrentes até de solicitações mais ou menos intensas de cada organização. Um aspecto interessante que se verifica, no entanto, é que essas diferenças não são entre regiões. Isto é, numa mesma região há concelhos onde a campanha de adesões progrediu de forma bastante diferente. No Alentejo há distritos onde um dos concelhos recrutou 50 por cento do total do distrito! - o que mostra uma desigualdade de atenção e não tanto uma diferença de possibilidades.

Sabemos haver, no entanto, exemplos muito positivos. Importas-te de nos dar alguns?

Posso dar dois ou três exemplos. Dois exemplos de concelhos em regiões de influência grande do Partido - Portel, no distrito de Évora, e Mértola, no de Beja - e um em zona de débil influência do Partido - Baião, distrito do Porto - que praticamente têm concretizadas as suas metas. Este caso mostra as potencialidades que o Partido tem de se alargar mesmo em zonas de muito pouca influência eleitoral.



“Um dos objectivos mais importantes desta campanha é permitir a renovação da vida do Partido, dos organismos do Partido, com a vinda de gente nova, com outras experiências, com outras abordagens dos problemas que, certamente, nos irão ajudar a melhorar o trabalho partidário”

Gente nova

Entrevista com Agostinho Lopes



“Esta campanha exige o envolvimento de todo o Partido (...) Cada militante do Partido deve olhar à sua volta e ver se há homens, mulheres, jovens maduros para vir ao PCP nesta grande colheita que é a campanha de adesão”

No cômputo geral da campanha, que traços merecem particular referência?

Um dado muito interessante, do meu ponto de vista, é a quantidade de jovens que esta campanha de adesões está a permitir que se inscrevam no Partido. No distrito do Porto, por exemplo, mais de 50 por cento dos novos inscritos têm menos de 30 anos. Ainda no Porto, cerca de 50 por cento dos inscritos são operários industriais e mais de 20 por cento empregados, ou seja, uma larga maioria de trabalhadores. Outro exemplo pode ser o de Vila Real onde, nos três primeiros meses de campanha, em 29 camaradas recrutados 22 eram jovens com menos de 30 anos.

Isso, de qualquer maneira, acaba por não ter repercussões nas grandes iniciativas do Partido. Ou seja, nas reuniões de quadros, por exemplo, essa juventude não sobressai... Não haverá uma certa resistência das organizações a responsabilizar jovens?

Esse é um problema e uma preocupação que temos colocado relativamente a esta campanha. Ou seja (de uma forma simplista, claro!): o recrutamento não deve servir para aumentar a percentagem de «camaradas desorganizadas» no Partido. Daí que cada camarada recrutado deva ser um camarada integrado no trabalho do Partido, responsabilizado com tarefas, com uma participação regular numa organização ou num organismo do Partido.

Aliás, alguns camaradas defendem que primeiro se devia «agarrar» os militantes desorganizados...

De facto, não se pode deixar que alguém que se aproximou do Partido, por dificuldades ou por desatenção das organizações, fique por integrar e não ajude a concretizar aquilo para que afinal estamos a fazer este esforço. Um dos objectivos mais

“O problema da imediata integração dos novos militantes na vida orgânica, na vida política do Partido, é uma questão central”

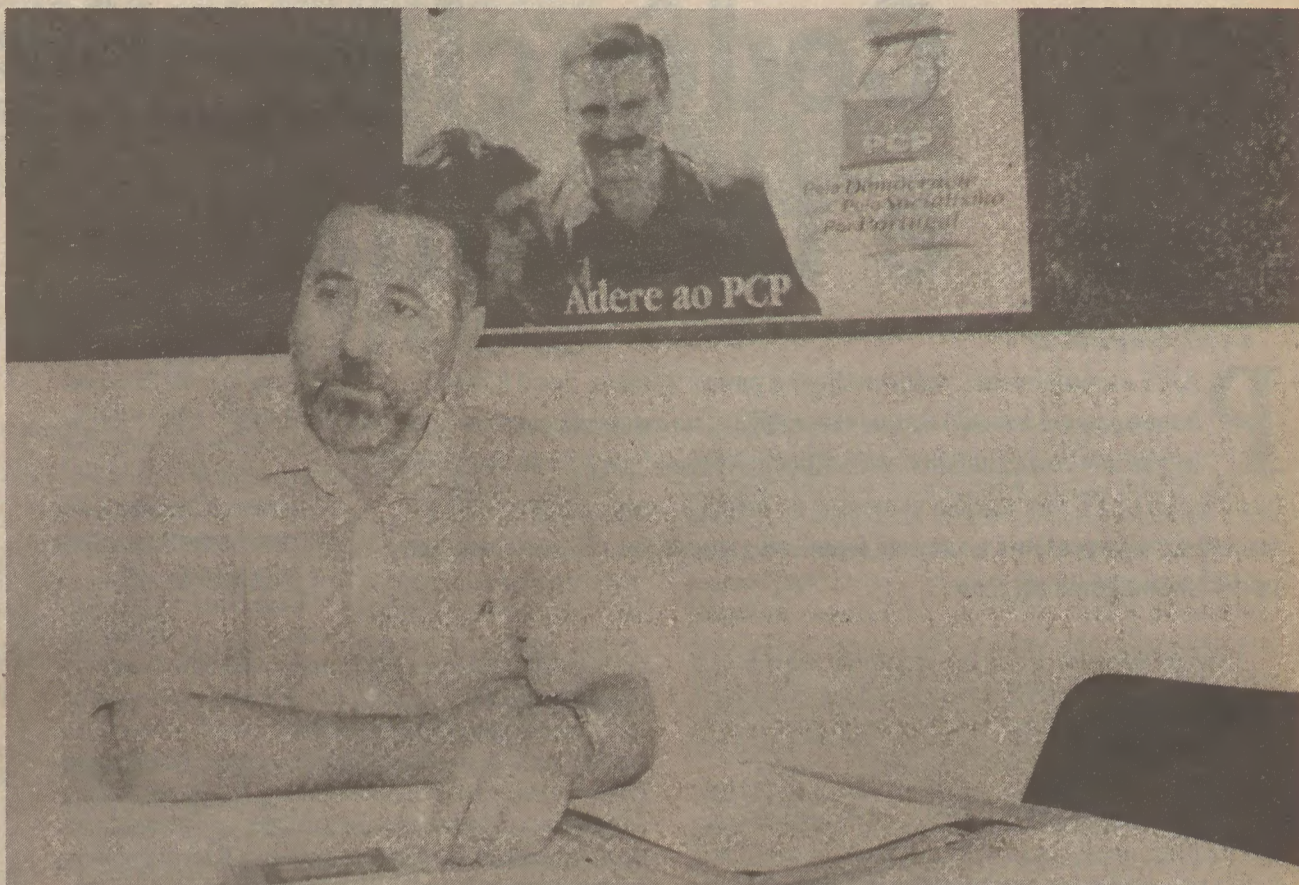
importantes desta campanha é permitir a renovação da vida do Partido, dos organismos do Partido, com a vinda de gente nova, com outras experiências, com outras abordagens dos problemas e que, certamente, nos irão ajudar a melhorar o trabalho partidário.

Nas várias iniciativas sobre os mais variados temas, que o Partido promove nas várias regiões, vê-se frequentemente amigos do Partido, de sempre, que se mantêm ao lado dos comunistas mas que não aderem ao Partido. Não corresponderá esta situação a uma certa inércia por parte das organizações? Não haverá organizações que até têm certos «independentes de estimação»?

Se eu quisesse fazer um balanço das potencialidades abertas, diria assim: o que mostra as potencialidades existentes foi o recrutamento «natural» - ou seja, não movido por uma campanha -, ocorrido em 95; o outro é a constatação por todos nós, sem grandes esforços de memória, da presença ao lado do Partido de camaradas sem cartão, de gente que está connosco, que participa em tudo e com quem ninguém do Partido teve ainda uma conversa no sentido de «solidificar» essa disponibilidade. Gostaria até de lembrar a história de um amigo que se inscreveu agora no Partido e resolveu pagar 22 anos de quotas por se considerar comunista desde 1974...

Não é pequena a tarefa: para além das novas adesões, são os militantes desorganizados por organizar e os simpatizantes organizados por inscrever...

Sim, é preciso algum esforço. Mas para lá destas situações, penso que os camaradas em contacto com os trabalhadores, com as populações, sentem que se vive um momento de grande aproximação ao Partido. Nas camadas mais jovens é mesmo uma evi-



mulheres, o que mostra faltar muitas vezes aquela mão que se estende, aquela palavra que se diz, para trazer, para explicar, para sublinhar a importância da sua presença no Partido e de lutar com os comunistas. Para concretizar a luta pelo ideal que certamente também os move na sua aproximação ao Partido. A intervenção do militante comunista ajudará a resolver os problemas e a superar mesmo a timidez que possa eventualmente haver.

Mas a ideia que existe é que os militantes, de uma forma geral, estão empenhados nesta campanha...

Temos vindo a dizer que este problema, esta Campanha, exige o envolvimento de todo o Partido e temos colocado com muita força que esta é uma tarefa de cada membro do Partido. Cada militante do Partido deve olhar à sua volta e ver se há homens,

questionar métodos rotineiros de trabalho, responsabilizar e acompanhar a evolução de quadros mais novos, repensar a estrutura orgânica existente?

Eu penso que é um bom momento. Aliás, para isso não há bons momentos, porque para a análise dessas questões todos eles são bons.

Sim, mas neste momento, com a vinda ao Partido de quadros novos, com novas experiências, é um momento adequado a essa reflexão...

Exacto. É mais uma razão para reflectir sobre uma melhor distribuição de tarefas, sobre as tarefas que temos e as que devíamos ter, sobre uma eventual alteração de responsabilidades. Os comunistas têm uma organização para olhar para fora, não para

para o Partido

Texto: Margarida Folque Fotos: Jorge Caria

dência, a que não é insensível a luta desenvolvida pela juventude portuguesa nos últimos anos. Os contactos diários que temos mostram as enormíssimas possibilidades de alargarmos o Partido.

Que agora também pode ser conhecido via Internet...

É verdade. Não sendo uma questão ainda de grande peso, penso que é significativo que, tendo o Partido aberto há tão pouco tempo a possibilidade de contacto via Internet, tenha já aparecido um bom conjunto de jovens a querer contactar-nos e mesmo aderir ao Partido.

Existem condições objectivas, dizes-nos, para que o Partido Comunista Português alargue as suas fileiras. Mas essa realidade ou não se traduz em números ou não tem visibilidade. Será que subsiste ou até se reforça na nossa sociedade a imagem austera e um pouco desumanizada do comunista, imagem que, alimentando preconceitos, pode impedir esse alargamento do Partido?

Mantém-se todo um ambiente político, mesmo em muitos órgãos de comunicação social, que não facilita a vinda ao Partido de muitos homens e mulheres que partilham dos nossos princípios, dos nossos ideais e objectivos políticos e que até estariam interessados em lutar connosco. Não vêm, muitas vezes, porque nos conhecem mal, ou têm ideias deformadas sobre o PCP.

Os militantes têm um papel determinante para esse conhecimento, não achas?

Ultrapassar estas dificuldades passa por um esforço de aproximação por parte dos militantes do Partido aos homens e mulheres que lhes estão mais próximos. Não faltam, certamente, conversas e ocasiões para lhes dar a conhecer o PCP e muitos deles, naturalmente, conhecendo os nossos ideais e objectivos, sabendo como trabalhamos, serão capazes de ultrapassar ideias feitas e barreiras e de se inscrever.

Mas precisam de ser integrados e acompanhados...

Neste esforço de integração dos novos militantes do Partido, têm vindo a realizarem-se alguns pequenos cursos de fins-de-semana. É muito interessante verificar, por um lado, a receptividade que esses cursos estão a ter e, por outro, o estado relativamente «maduro» em termos políticos em que estão esses homens e

mulheres, jovens «madrus» para vir ao PCP, nesta grande «colheita» que é a Campanha de Adesão.

Há tendência, por vezes, nas organizações de, sempre que um militante se destaca na sua actividade, «esmagá-lo» com tarefas e responsabilidades. Não será também essa uma imagem que atemorize alguns candidatos a militantes? A do comunista que não tem vida privada, que não tem momentos de ócio?

Isso acontece com frequência, sobretudo a partir do momento em que o militante está integrado numa dada organização e aparece com disponibilidade e vontade de colaborar. Perante uma carga muito grande de tarefas políticas há, naturalmente, uma tendência para «carregar». Mas essa questão não existe, penso eu, em relação aos novos militantes. O velho problema que se coloca, ao qual o Partido precisa de dar maior importância, é a questão da sua integração. Este é o problema número um e um problema que não temos claramente resolvido.

É o problema dos «camaradas desorganizados»?

Naturalmente. Eu pergunto quantas dezenas, para não dizer centenas, de homens e mulheres que um dia se aproximaram do Partido, inscreveram-se e depois acabaram por se afastar porque não conseguimos envolvê-los no trabalho partidário, por dificuldades da organização onde se inscreveram, por motivos da sua vida pessoal ou de outra ordem, hoje, ou estão desorganizados, ou são gente com quem temos dificuldades em contactar. Portanto, o problema da imediata integração dos novos militantes na vida orgânica, na vida política do Partido, é uma questão central. Cabe à direcção das diversas organizações encontrar a tarefa adequada que permita que o militante não se sinta nem politicamente inútil nem completamente «abafado» por ter passado à condição de membro do Partido.

A preocupação de dar resposta às tarefas que se colocam aos comunistas imprime, por vezes, à vida das organizações um certo «tarefismo» que pode ferir de morte a reflexão, a criatividade, a adaptação do Partido às novas realidades, a desejável renovação do Partido defendida pelo Comité Central. Não será também este o momento de eventualmente

dentro, e é essa a sua principal tarefa. E nós temos muitas organizações fechadas em si próprias. O recrutamento é uma tarefa que obrigará certamente a esse olhar para o vizinho, que tem os mesmos problemas que o comunista no bairro, a olhar para o colega da fábrica ou da empresa que partilha com ele os mesmos problemas de salários baixos, de ameaça de desemprego, de precariedade, etc.. Portanto, é certamente uma altura boa para os próprios organismos e organizações do Partido reflectirem sobre o seu trabalho, como organizações do Partido que se querem viradas para a intervenção de massas, para a acção junto das populações, em defesa dos seus interesses, para a resposta aos problemas dos portugueses.

Não queres aproveitar para deixar algumas «notas» às organizações do Partido?

Uma nota tem que ver com o recrutamento de novos militantes, como uma questão de grande importância para o Partido. E a preocupação não é tanto com o facto de o Partido vir a ter mais uns milhares de militantes mas com a necessidade de «sangue novo» de que tanto necessitam algumas organizações e organismos do Partido. Trata-se do rejuvenescimento, da renovação do Partido, do seu enriquecimento com outras capacidades, experiências, sensibilidades... Outra é lembrar a meta ambiciosa de mais 5 mil novos membros para o Partido até ao fim de 1996, que definimos para a Campanha.

Objectivo que o Partido espera certamente conseguir?

Para que esta campanha tenha êxito é necessário, em minha opinião, ter em conta duas considerações. Uma, a compreensão de cada membro do Partido e de todos os organismos da importância decisiva, que acabei de referir, do recrutamento para a força e o futuro do Partido Comunista. Uma segunda questão é a da confiança. A confiança em que há muitos homens, muitas mulheres, muitos jovens que só esperam que o Partido vá ter com eles. Que estão disponíveis para participar na nossa luta, para serem ganhos e fazerem parte deste grande colectivo que é o Partido Comunista Português. É preciso que os militantes do Partido - os que já o são - sintam esta como uma preocupação de todos os dias, da sua actividade política.

Cedências, absurdos e trapalhadas

PARA eventualmente poder desligar e passar à frente, fica o leitor honestamente avisado de que este artigo é, no essencial, sobre o intrincado e mirabolante «folhetim» da regionalização e do referendo que PS, PSD e PP têm vindo a alimentar de forma a tornar insuportável o que até seria importante e a tornar inaudível o que talvez não fosse mau ser ouvido com alguma atenção.

Descanse entretanto o leitor que, escolhendo este tema com tantos riscos, não estamos nem confundidos quanto à relevância relativa dos assuntos nem equivocados quanto às prioridades de intervenção, de denúncia e de esclarecimento.

E estas prioridades, ainda que enfrentando o poderoso fogo de artifício lançado pelo PS, pelo PSD e pelo PP, terão de continuar centradas no esforço para fazer progredir na consciência social a ideia amplamente comprovada por sete meses de governação de que o PS não apenas dá estrita continuação aos eixos fundamentais da política do PSD, como em alguns campos decisivos - privatizações, direitos dos trabalhadores, direitos sociais -, voltou a chamar a si a «missão histórica» de realizar e levar por diante muito mais do que o PSD se propôs ou teve forças para concretizar.

E, como é óbvio, não se trata de denunciar por denunciar e não se trata meramente de buscar apoios passivos para uma razão de que nos reclamamos. Porque se trata sobretudo de esclarecer para, em toda a parte, animar um espírito e uma atitude colectiva de resistência, de luta e de intervenção, sem o qual aumentará tragicamente o lastro de negativos factos consumados e sem o qual os conformados ou embaraçados de hoje passarão rapidamente à categoria de vítimas directas de uma política que, ilegítima e abusivamente, invoca os seus votos em 1 de Outubro passado.

Também não duvidamos que, no momento actual, bem mais relevante do que as cedências e trapalhadas em que o PS se meteu em matéria de regionalização e referendo, é por exemplo a completa falta de escrúpulos e de vergonha com que, depois de se ter absterido na votação na generalidade e de ter feito dessa atitude um emblema mediático da sua «independência» face ao Governo, o grupo parlamentar do PS, na votação final global, acabou por votar contra a proposta de lei do PCP para que a idade da reforma das mulheres voltasse a ser aos 62 anos.

Como não duvidamos de que, entre muitos outros assuntos, fosse bem mais actual e relevante falar não apenas dos truques, das habilidades e da flagrante desorientação que estão a marcar o estilo do Governo do PS mas também da sua veloz chegada ao terreno das «golpadas», como se viu há uma semana na sua pretensão de fazer votar, de surpresa e aproveitando os efeitos da «ponte» prolongada sobre as bancadas do PSD e do PP, a alteração à lei-quadro das privatizações visando eliminar os limites à participação do capital estrangeiro oriundo de países da União Europeia.

Pois bem, sendo provavelmente tudo mais importante, também não vem nenhum mal ao mundo reparar na má notícia da aceitação pelo PSD do esquema PS-PP de um referendo simultâneo com uma pergunta de incidência nacional e outra de incidência regional, acompanhada

da ameaça velada de que o PSD nesse referendo poderá fazer campanha pelo «não». De qualquer forma, só mesmo os dirigentes do PS, sobrevalorizando as suas espertezas, podem ainda esperar que o PSD venha de facto a fazer campanha pelo «sim», deixando o PP capitalizar tranquilamente todo o campo do «não», e correndo ainda por cima o risco de ver as mais sonantes figuras do PSD a fazer campanha pelo «não».

A partir do momento em que o PS cedeu no referendo nacional sobre a regionalização - envergonhado mas talvez por isso mesmo ainda mais chocante - não só ficou prisioneiro da espi-

ral de exigências do PSD como abriu caminho a uma trapalhada constitucional que envolve aspectos que nem por serem difíceis de acompanhar pela maioria dos cidadãos se revestem de menor gravidade.

E não estamos a falar apenas do absurdo de um esquema

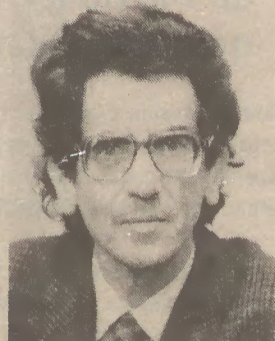
de referendo em que as respostas às duas perguntas podem dar resultados contraditórios, sendo que, caso a resposta à primeira seja condicionante do valor da resposta à segunda, teríamos a bonita situação de parcialmente os eleitores terem estado a votar para o «boneco». E também não estamos a falar apenas do facto de o esquema que está engendrado liquidar em rigor as consultas às Assembleias Municipais e com isso se eliminar a possibilidade de alguns municípios, situados em zonas de contiguidade, se pronunciarem pela sua inserção em região diferente da proposta.

Estamos sobretudo a falar de outros absurdos e enormidades que decorrem deste esquema e que até aqui tem sido menos falados.

Desde logo, e começando pelo menos grave, o absurdo e a enormidade de, pelo rumo das propostas do PS, o artº 256º da Constituição, que tem actualmente umas cinco linhas, passar a ter mais de vinte, a tal ponto vai a obsessão de transformar um artigo da Constituição numa acta minuciosa de um negócio político-partidário.

Depois, o absurdo e a enormidade - até aqui mal avaliados em todas as suas consequências - de as orientações do PS, do PSD e do PP não corresponderem meramente a acrescentar mais um tema às possibilidades de referendo previstas na Constitui-

Confirma-se que as cedências, absurdos e trapalhadas do PS em matéria de referendo são o caminho quase completo para inviabilizar a regionalização.



VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política

aprovar, em votação final, uma lei de criação das regiões, será necessário haver uma maioria parlamentar para aprovar uma lei orgânica reguladora deste referendo (uma vez que a lei do referendo em vigor não casa com as habilidades específicas das duas perguntas e do valor de cada uma) e será também necessário que haja uma maioria parlamentar que aprove uma proposta de realização deste referendo, a sujeitar a decisão do Presidente da República.

Pode-se dizer que são cenários teóricos, mas a verdade é que PSD e PP, sendo contra a regionalização, com pretextos diversos podem muito bem resolver não dar os seus votos para estes dois passos sem os quais não há referendo nem regionalização.

Alguns dirão entretanto que os votos do PCP resolverão esse problema. Mas aí cabe perguntar: mas onde é que está escrito que, só por amor da regionalização, o PCP tem obrigação de dar os seus votos para aprovar uma lei orgânica e aprovar a proposta deste referendo do qual discorda? E onde é que está escrito que o PCP tem de dar os seus votos para abrir uma batalha eleitoral referendária em que as forças políticas se arrumariam (PS e PCP pelo «sim», PSD e PP pelo «não») de uma forma distorcida em relação à verdade essencial da vida política portuguesa (PS, PSD e PP empenhados no essencial da política de direita, PCP na oposição a essa política)?

Também se pode dizer que é outro cenário teórico, mas a verdade é que, institucionalmente, mantendo-se para este referendo o actual poder do PR de ser ele a decidir discricionariamente se convoca ou não os referendos, se

lhe oferece um verdadeiro e insuperável direito de veto à regionalização, como não dispõe em relação a nenhuma outra legislação ou matéria. E que ninguém nos obrigue a escolher no dilema entre este mau princípio e a solução de neste referendo o PR ter menos poderes do que nos outros. É que a culpa do dilema está na própria solução do referendo nacional sobre a regionalização que, contorcionismos semânticos e jurídicos à parte, tem mesmo carácter plebiscitário.

Finalmente, um novo - e não tão teórico como os outros - factor de eventual bloqueamento da

regionalização estará criado, se se mantiver a proposta adiantada pelo PS de que o referendo só produzirá efeitos se nele se registar a participação de 50% dos eleitores inscritos, o que significa conceder a 50% mais um de abstencionistas o poder de inviabilizar a regionalização.

É por tudo isto que continuamos a pensar que a única forma sólida, segura e coerente de enfrentar o PSD, de poupar o país a grotescas e esdrúxulas alterações constitucionais e de fazer avançar a regionalização era - e é - defender a sua concretização nos termos do normativo constitucional em vigor.



ção mas, mais exactamente, a criarem a novidade constitucional de um referendo que é prévio e condicionante da realização de uma reforma que está consagrada na Lei Fundamental, em suma, criarem a novidade do primeiro referendo praticamente «obrigatório», uma vez que sem ele não haverá regionalização.

E deste facto e do esquema patrocinado pelo PS, PP e PSD decorrem, em teoria, estranhas possibilidades de bloqueamento institucional da regionalização.

Na verdade, como a Constituição não convoca referendos, e mesmo admitindo que haveria uma maioria parlamentar para

Regularização de imigrantes

Atrasos e omissões preocupantes

■ António Filipe

Teve início anteontem, dia 11 de Junho - e para durar seis meses -, um novo processo de regularização extraordinária de imigrantes que residam em Portugal em situação ilegal, tendo maioritariamente como destinatários cidadãos originários dos países de língua oficial portuguesa. Este facto constitui em si mesmo motivo de congratulação. Mas, com os atrasos que se verificam no terreno e com algumas más soluções legais que estão consagradas, são legítimas as preocupações quanto ao resultado final deste processo.

Possibilitar a regularização da situação legal dos cidadãos imigrantes que residem em Portugal e que na sua grande maioria aqui vivem e trabalham em muito penosas condições, ditadas pela vulnerabilidade que decorre da sua condição de «ilegais», tem sido uma bandeira de luta do PCP desde há vários anos.

Luta travada em nome da dignidade da pessoa humana, em nome da igualdade de direitos sociais que deve ser reconhecida a todos os cidadãos, em nome dos laços de amizade que unem o povo português a outros povos do mundo e muito particularmente àqueles que compartilham connosco a língua portuguesa, mas também em nome das responsabilidades de Portugal como país de emigração. Só teremos autoridade moral para reivindicar para os milhões de emigrantes portugueses no mundo um tratamento digno por parte dos países que os acolhem, se em Portugal soubermos acolher condignamente aqueles que procuraram entre nós os meios de sobrevivência que não encontraram nas suas terras.

Luta travada, ainda, porque a regularização dos imigrantes ilegais, sendo um passo fundamental para a sua integração social é algo com que beneficiam não apenas os próprios, mas toda a sociedade portuguesa, hoje a braços com um processo de guetização social dos imigrantes com graves consequências aos mais diversos níveis - laboral, educacional, urbanístico, da saúde ou da segurança pública.

Daí que já em 1992, quando o Governo PSD lançou um processo de regularização extraordinária de imigrantes destinado ao fracasso, o PCP interveio, não apenas denunciando os moldes deliberadamente inadequados em que tal processo foi concebido, mas propondo formas concretas de o dotar de maior eficácia, praticabilidade e condições de sucesso.

A influência do PCP

Quanto ao processo que actualmente decorre, tem de ser dito que alguns aspectos positivos que o enformam têm a influência do PCP. De acordo com os compromissos eleitorais assumidos, o PCP apresentou um Projecto de Lei próprio sobre a regularização extraordinária de imigrantes que foi aprovado na generalidade e conseguiu, no quadro parlamentar actual marcado pela ausência de uma maioria absoluta, influenciar de forma muito significativa o conteúdo final da lei aprovada e colmatar algumas das insuficiências mais gritantes da proposta inicial do Governo. Foi assim, por influência do PCP, que se consagrou a gratuidade do processo, a intervenção dos sindicatos na falta de declaração da entidade patronal, a extensão da regularização aos agregados familiares, uma maior acessibilidade dos locais de regularização, a autorização de residência provisória até que haja uma decisão final do processo, ou ainda a suspensão de eficácia de uma decisão negativa em caso de recurso.

No entanto, nem tudo foi conseguido. E em determinadas questões fundamentais para o sucesso do processo de regularização, os votos do PS, PSD e CDS/PP inviabilizaram soluções propostas pelo PCP que, o facto de não terem sido consagradas, põe em perigo a concretização dos objectivos visados com a regularização. O Grupo Parlamentar do PCP, em declaração de voto apresentada na Assembleia da República, chamou a atenção na devida altura para estes perigos, que são hoje mais reais do que nunca.

Três questões merecem neste momento ser salientadas:

Primeira: Ao não aceitar a proposta do PCP de consagrar na lei o envolvimento - devidamente contratualizado - das autarquias

locais no processo, tendo desigualmente em vista a abertura de locais descentralizados e acessíveis para recepção de requerimentos e o trabalho de esclarecimento das populações abrangidas pelo processo, tendo preferido, ao contrário, concentrar competências numa instituição policial (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), o PS (com o

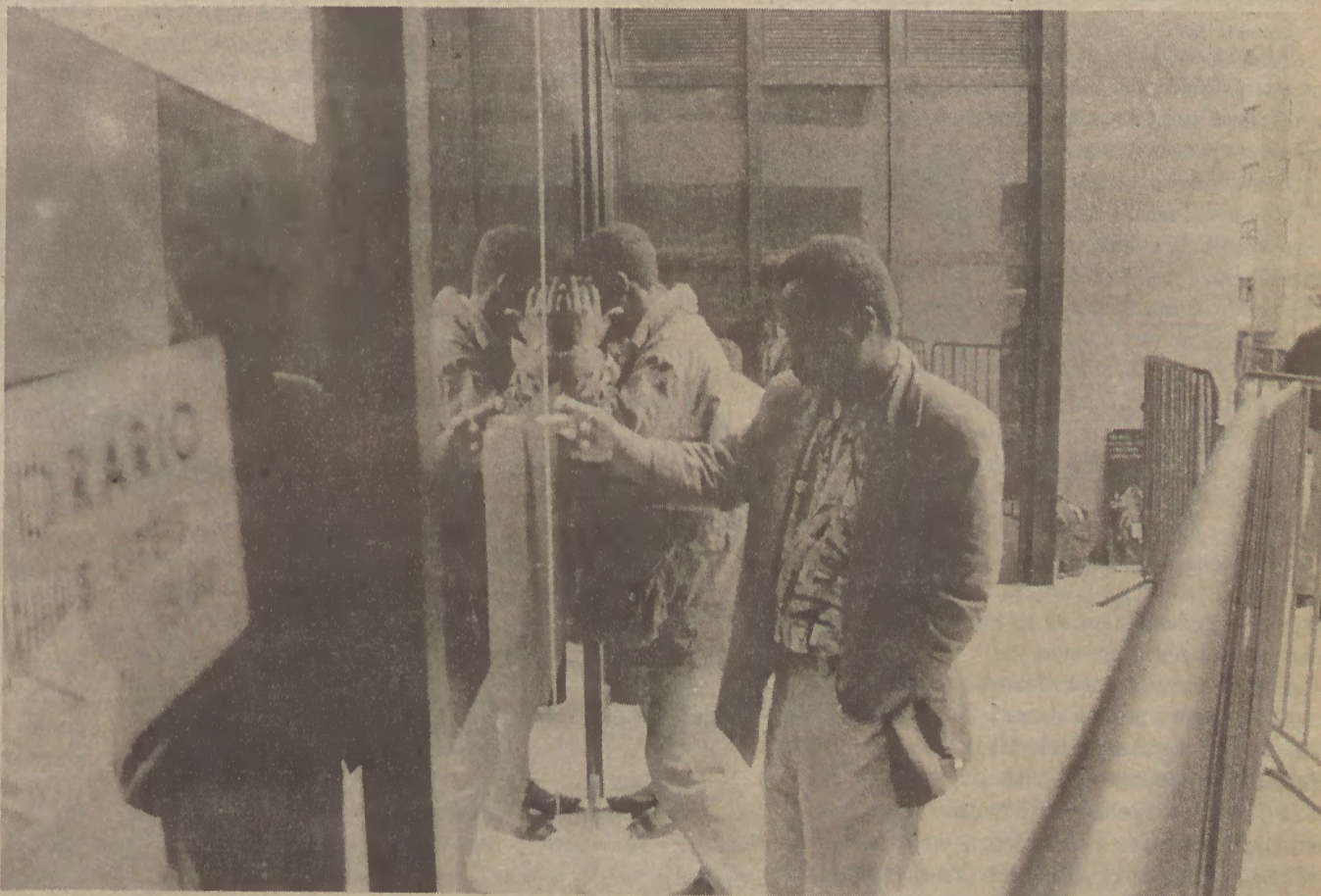
apoio da direita) pode ter comprometido seriamente o alcance da regularização a efectuar.

Segunda: A não aceitação de várias propostas do PCP no sentido de concretizar medidas de divulgação do processo de regularização e medidas de apoio às associações representativas dos imigrantes residentes em Portugal por forma a assegurar o seu maior envolvimento no processo de regularização, e a adopção de uma disposição vaga quanto à publicitação do processo e ao apoio às associações, criou uma situação de indefinição e de discricionariedade tais que, fechado o processo dentro de seis meses, ainda pode estar quase tudo por fazer.

Terceira: A não criação de uma comissão consultiva proposta pelo PCP, com a participação das associações representativas dos imigrantes, destinada a acompanhar o andamento do processo e a propor as correcções que viesse a considerar indispensá-

O SEF, entidade dependente do MAI que detém as competências fundamentais do processo de regularização, não tem quaisquer condições práticas para o levar a bom termo. Desde logo porque não conhece suficientemente o terreno em que o processo se terá de desenvolver. Depois, porque sendo indispensável criar um especial clima de confiança junto dos imigrantes em situação ilegal que os leve a quebrar a desconfiança natural que têm para com as autoridades, não é uma polícia como o SEF, que tem no activo histórias bem tristes de mau relacionamento com cidadãos estrangeiros, a melhor entidade para criar condições favoráveis à regularização.

Finalmente, falta regulamentação indispensável ao bom andamento do processo, que só o Governo pode e deve desbloquear. Exemplo: os atestados de residência necessários para que muitos imigrantes possam comprovar a residência em determinada localidade. O meio de prova normalmente exigido para esse efeito, não se tratando de cidadãos recenseados, é o testemunho de comerciantes locais. Se é evidente que a obtenção desses meios de prova pode em muitos casos configurar formas de extorsão dos imigrantes e mesmo de fraudes, também é óbvio que não poderão as Juntas de Freguesia, com dezenas de milhares de residentes que os seus eleitos e funcionários não conhecem, emitir atestados de residência que não se baseiem em meios de prova minimamente fiáveis. Este é um dos aspectos que não podem deixar de ser rapidamente regulados pelo Governo, uniformizando procedimentos a seguir e for-



veis, pode revelar-se mais um erro fatal para o sucesso da regularização.

Se estas questões são hoje aqui lembradas é porque a situação no terreno não justifica grandes optimismos. De contactos efectuados recentemente por uma delegação do PCP em bairros maioritariamente habitados por imigrantes e junto das suas associações - de que o Avante deu recentemente notícia - resulta a verificação, não apenas dos enormes atrasos que se verificam na concretização de aspectos práticos do processo, mas também das graves consequências que as más opções acima referidas decerto implicarão.

Um processo cheio de dificuldades

A situação apresenta graves dificuldades, que o Governo no seu afã mediático finge desconhecer. Não são visíveis quaisquer campanhas públicas de divulgação do processo de regularização, nem junto das populações destinatárias nem através da comunicação social. As associações interessadas em intervir no processo - cuja intervenção é aliás decisiva - ainda nem sabem com que apoios concretos poderão contar para esse efeito.

mulários a observar, por forma a que todas as entidades que intervenham no processo o possam fazer de forma idêntica e segura.

Estas condições de intervenção ainda não existem e de duas uma: ou o Governo, rapidamente, assume as suas responsabilidades no processo de regularização, emitindo a regulamentação necessária, ou estaremos a caminhar irreversivelmente para deitar à rua mais uma oportunidade de proceder à regularização de imigrantes em situação ilegal. Seria profundamente lastimável e indesejável que tal acontecesse. Mas as responsabilidades por um eventual fracasso seriam inteiramente assacáveis a um Governo que, em vez de conjugar esforços com as entidades que reúnem as vontades e as capacidades indispensáveis para ajudar muitos milhares de cidadãos a regularizar a sua situação, preferiu lançar um processo de regularização sob o seu estrito controlo, sujeito às maiores discricionariedades e manipulações e sem cuidar de criar as condições práticas para o seu sucesso no terreno.

Na verdade, este Governo parece muito mais interessado em utilizar este processo para se promover a si próprio do que para permitir a regularização dos imigrantes. E os resultados a atingir poderão ser gravemente prejudicados com isso.

Democracia formal ou ditadura informal?

■ Zillah Branco

A economia informal, também tida por clandestina ou subterrânea é a maneira de trabalhar e sobreviver dos excluídos do sistema. Os governantes representam o papel paternal fazendo de conta que não vêem este acto de ilegalidade apesar de lamentarem, sobretudo porque fica à margem do fisco. Ninguém paga imposto, ninguém regista produção e empregados, ninguém tem endereço fixo. Às vezes os fiscais ou a polícia aparecem, mas também fecham os olhos mediante a sua compreensão humana ou alguma propina. Trata-se de uma ilegalidade consentida.

Tudo isto pareceria muito generoso se não fossem conhecidas as causas e os interesses que o próprio sistema gera e cultiva. Os povos têm muita imaginação para encontrar os caminhos da sobrevivência, mas a elite que se assenhoreou do poder e controla o sistema se antecipa criando condições para que as populações tenham determinadas iniciativas. A democracia que serve de capa e alimenta os discursos populistas é formal, perdeu o seu conteúdo, os seus princípios essenciais e mantém a aparência institucional. É uma ditadura opressiva mas não sangrenta. A começar da produção e divulgação dirigida das informações. Ficamos sabendo apenas o que não é eliminado pela censura da elite. Neste campo não é tolerada qualquer clandestinidade. Sobre quem diverge da elite pesa a ameaça de exclusão económica e política.

O trabalho informal beneficia o imperialismo

Quem lançou a ideia do trabalho informal foi um caixeiro-viajante norte-americano, David McConnel que no fim do século XIX abriu uma fábrica de perfumes para serem vendidos exclusivamente de porta em porta. Foi uma ideia que pareceu genial para ocupar donas de casa que não podiam ter um emprego fixo. «Avon chama!», era a frase que abria as portas das casas a uma senhora que transportava numa sacola perfumes e cosméticos atraentes com preços acessíveis. Mulheres que nunca tinham sido empregadas venciam a inibição numa tarefa que mais parecia o pretexto para novas amizades. As potenciais compradoras, que não tinham tempo para visitar perfumarias e nem conheciam os produtos, eram informadas sobre as qualidades dos cremes e cosméticos para mil e uma finalidades indispensáveis à manutenção da sua aparência rejuvenescida. Era uma espécie de terapia, de estímulo amistoso de uma mulher com a outra para que pensasse um pouco em si mesma. Com essa iniciativa, a Avon atingiu no ano passado uma facturação de 7,5 mil milhões de dólares. Espalhada por 120 países, uma rede de quase dois milhões de vendedoras informais levam os produtos Avon sob a forma de solidariedade feminina.

Desde que o sistema capitalista optou pelo desemprego maciço para aumentar a produtividade e os lucros, muitas empresas transnacionais adoptaram os métodos da Avon. E isto caiu muito bem para os governantes neoliberais que inventaram a legalidade do recibo verde libertando as empresas das garantias laboratoriais que asseguravam a estabilidade no emprego. A década de 1980 foi dramática para todo o Terceiro Mundo e para as chamadas manchas de pobreza dos países ricos ou engatados à sua caruagem (como Portugal e outros na UE). Os economistas referem à década perdida, mas a maioria deles não explica que foi a década da abertura do caminho neoliberal e do desemprego que beneficiou as empresas multinacionais. Foi perdida para quem pensou que liberalismo significava liberdade e desenvolvimento para as populações. O mais grave é que se expandiu uma forma de remédio local para este cancro internacional semeado pelo FMI e pelo Banco Mundial com projectos de microdesenvolvimento baseados no trabalho informal. Foi como tratar a epidemia da SIDA com chazinho de camomila.

A selva da sociedade moderna

Certamente os trabalhadores que inventam maneira de sobreviver na economia informal merecem todos os louvores, mas o mesmo não se deve aos que reduziram o Estado à ineficiência e privatizaram as riquezas nacionais em benefício dos grandes grupos económicos transnacionais, condenando grandes massas assalariadas a criarem soluções clandestinas que lhes garantem algum rendimento enquanto têm força e saúde mas que as deixam na miséria quando for necessária a pensão de reforma.

No Brasil, a economia informal, segundo cálculos de vários investigadores universitários, abrange 30 milhões de pessoas e no ano passado atingiu um valor duas vezes maior que a economia formal de Portugal. Os dados são discutíveis, pois se o produtor formal esconde o que recebe imagine-se o informal! No entanto, várias fontes referem a produção informal brasileira com um produto equivalente a 200 mil milhões de dólares (sendo que o PIB em 1995 foi de 530 mil milhões para uns e 552 para outros). Os métodos de ava-

liação seguiram diferentes indicadores:

- Índice de consumo de energia eléctrica e outros elementos essenciais à produção;
- Índice de depósitos bancários, salários, imposto de renda, juros sobre depósitos a prazo;
- Número de trabalhadores sem registo profissional em relação à renda média.

Estudos apontam a existência de 12% de produto informal no PIB dos Estados Unidos e de 70% na Itália. A OIT contabilizou a existência de 300 milhões de trabalhadores informais no mundo. Os números podem não ser exactos, mas o fenómeno existe e é a clandestinidade mais aberta que já se viu. Porquê? Porque liberta os governos neoliberais de manterem os sistemas de previdência social e porque garante um mercado de consumo para alimentar a produção de lindas inutilidades que chegam às aldeias mais remotas pelas mãos dos modernos mascates.

Nas grandes cidades brasileiras é comum encontrar profissionais universitários vendendo badulaques em tendas. Muitos deles, por amor à profissão em que se formaram, trabalham à noite como professores ou em outras funções quase de graça só para não perderem a ligação com os estudos. Mas o sustento depende mesmo é da banquinha na praça. É admirável encontrar um universitário sem preconceitos lado a lado com um analfabeto, sobrevivendo no chamado mercado livre, ou uma mulher que organizou uma estação de retransmissão de notícias no interior do Maranhão, outra que criou uma rede de vendedoras de todo tipo de produtos necessários às povoações perdidas do Pantanal. São os mascates do século XX tão heróicos como os do século XVI. Mas de que valem os tão cantados 500 anos de evolução da humanidade?

A ilusão da micro-empresa

Tal como na Europa, no Brasil o patronato e a elite governante desenvolveram um jogo sedutor para reduzir o número de trabalhadores acenando-lhes com a miragem da formação e apoio inicial para se tornarem micro ou médio-empresários. Hoje existe o Programa de Demissão Voluntária com o patrocínio de indústrias e bancos que já conseguiu que surgissem 3,5 milhões de empresas, o que corresponde a 68% do total do país. Elas produzem cerca de 20% do PIB, ocupam 60% da mão-de-obra do sector e respondem por 42% dos salários. A cenoura apresentada pelo PDV é o lucro fácil, a autonomia, a liberdade. Estimulam uma mentalidade negativa, oportunista, parasita, que desconhece a função do lucro como meio e não fim e o dever de qualquer sector produtivo estar inserido numa estratégia de desenvolvimento económico e social.

Como resultado de toda esta fraude, surgem 500 mil novas empresas por ano que vão a pique antes de 5 anos no melhor dos casos pois 80% morrem antes do primeiro ano de vida. Estes dados são do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas). Esta degringolada tem origem em parte na falta de preparo técnico ou de gestão dos novos empresários mas, sobretudo, na política oscilante de juros do país que começa generoso e passa a exigente em seguida. Há relatos impressionantes tanto pelo ganho fácil inicial que leva, por exemplo, uma empresa de importação e exportação a receber um crédito de dois milhões de dólares, facturar mensalmente esta mesma quantia preferindo manter o crédito porque tem juros de 3% que, de um momento a outro, passou a 14% dando um tombo nos empresários e, sobretudo, nos trabalhadores que já somavam uma centena ou mais. Reportagens têm apresentado as consequências nefastas que empobrecem tanto empresários como trabalhadores levando-os ao desespero e à degradação social ou mesmo ao suicídio.

Escravidão de crianças

Não é por acaso que os Estados Unidos não assinaram a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças. A mão-de-obra infantil tem o custo equivalente à dos escravos, pratica-

mente da magra alimentação. Os dados oficiais no Brasil indicam a existência de 3,5 milhões de crianças trabalhando nas tarefas mais duras: extracção de carvão, corte de cana, colheita de laranjas, etc. Cerca de 70% recebe meio salário mínimo por uma jornada de 12 horas. Outros apenas o prato de comida. Meninos de 8 anos chegam a cortar uma tonelada e meia de cana por dia e outros enfrentam o calor dos fornos de carvão sem qualquer protecção. Socorro médico não existe e as mortes por doença e desnutrição somam-se aos crimes cometidos sem que a polícia sequer investigue.

Os grandes beneficiários dessa escravidão, segundo excelente reportagem de Simone Biheler Mateos, são empresas do governo e outras transnacionais: Petrobras, Mercedes, Volkswagen, Bombril, GM, Ford, Fiat, Cofap, Cosipa, Cutrale, Dharma. Defendem-se da responsabilidade pelo crime porque as empresas exploradoras no terreno são empreiteiras, as tais empresas pequenas ou médias criadas com a meta do lucro. A privatização das empresas nacionais e a tendência do Estado mínimo deixam a população entregue às feras enquanto as organizações internacionais pregam no deserto os direitos da humanidade.

Os países estão a saque

O que me confrange é ver um governante inteligente como o Presidente do Brasil elaborando discursos para mascarar uma realidade que ele bem conhece e que soube analisar corajosamente quando professor de Sociologia. Custou-lhe caro, é certo, foi expulso da Universidade pelos militares golpistas de 1964. Mas tantos pagaram o mesmo preço, alguns até deram a vida, para manter a luta contra a elite no poder e denunciar a clandestinidade não dos trabalhadores mas dos que se beneficiam dos altos cargos para enriquecer e alimentar empresas estrangeiras que engolem as riquezas nacionais.

Doi ouvir o mesmo Fernando Henrique Cardoso declarar (como o fez no México recentemente) que a solução para os problemas sociais no Brasil depende da generosidade das elites. A frase é dele, durante o período eleitoral: «O Brasil não é um país atrasado, é um país injusto.» É verdade, 1% da população retém 17% da renda nacional e 10% fica com 50%. Mas a injustiça será mantida enquanto se aceitar a elite como dona do poder. Esta é a raiz do apartheid que hoje divide o povo brasileiro separando a raça pobre da raça rica.

Antes da senhora Thatcher e Reagan consolidarem o neoliberalismo através da «nova ordem mundial», Pinochet implantou o sistema no Chile a ferro, fogo e muito sangue. A base foi a destruição do sindicalismo, o controlo da expansão monetária, a redução das despesas sociais, a desregulamentação da economia, a privatização dos recursos nacionais, a redução do número de empregos formais, a estabilidade do capital, o fomento das transacções financeiras e a queda da produção de bens essenciais. A «década perdida» de 1980 instituiu um modelo de governo sintonizado com o FMI e o Banco Mundial sob a capa da democracia que veio fortalecer uma elite nacional caracterizada pelo parasitismo e a corrupção, abrindo as portas dos respectivos países ao mais descarado domínio imperialista. Justificam as medidas que sacrificam os trabalhadores e suas famílias e deixam o país a saque com a palavra mágica da estabilidade. Só que é a estabilidade do capital e da elite no poder, não a dos cidadãos e do país.

Perry Anderson, professor da Universidade da Califórnia, analisa em profundidade esta ideologia neoliberal e recomenda para o seu combate:

- Não se deve ter medo de estar contra a corrente política do nosso tempo;
- Não se deve transigir em ideias e princípios;
- Não devemos aceitar as instituições como imutáveis.

Para os neoliberais que hoje são os donos do poder, tudo o que está fora do seu modelo é erro, loucura ou o mais obcecado dogmatismo. Através do FMI e do Banco Mundial exercem uma função disciplinadora em todo o mundo, mantendo os países amarrados e submetidos através da dívida externa. Criam uma mentalidade fatalista e capitulacionista que recusa a busca de um caminho de liberdade e de dignidade para todos os seres humanos. As populações aceitam a via clandestina do trabalho e conformam-se com o apartheid que cresce com a injustiça social. Aceitam mesmo a imposição do silêncio sobre estes crimes para manter a imagem de estabilidade do país sem se aperceberem de que o sentimento patriótico se prende ao povo e à dignidade nacional e não à máscara para efeito de mercado.

Nota: Este artigo utilizou informações contidas em duas revistas brasileiras de grande qualidade: PRINCÍPIOS e ATENÇÃO, editadas em 1996.

Doutrina Social da Igreja (2)

■ Jorge André

Economia Social
e Economia Social de Mercado

Aquele economista começa por definir o sentido da expressão *Economia Social*, tal como a igreja a entende: «É o conjunto de actividades sociais caracterizadas pela prossecução de fins não lucrativos corporizados num certo bem ou conjunto de bens comuns a um grupo ou comunidade. Considera-se, normalmente, que se integram na ES as diferentes associações e mutualidades, as cooperativas e as instituições de solidariedade social - IPSS.» Seguidamente, AC chama a atenção para o carácter incompleto desta vertente não lucrativa, acrescentando: «Não podemos, no entanto, limitar esta Economia, isolando-a da restante: a pública e a privada com fins lucrativos.»

A ES (não lucrativa), integrada nos mercados através da participação conjunta do Estado e das empresas com fins lucrativos transforma-se na Economia Social de Mercado que se interpenetra com as leis capitalistas do funcionamento empresarial. Nos quadros orgânicos da ESM, o aparelho do Estado surge como mero garante... sem contrapartida financeira normal em termos de mercado. Neste domínio sobressaem os sistemas educativo, de segurança social e de saúde, bem como as infra-estruturas de saneamento básico, de abastecimento de água e energia eléctrica, de estradas e caminhos, e os apoios de acesso à habitação; a área privada lucrativa ou mercado é considerada porque, com o seu simples funcionamento, as empresas «evitam e resolvem problemas sociais... As actividades económicas chegaram, mesmo, à criação de iniciativas empresariais destinadas à prestação de serviços de índole social e educativa. Tal é o caso, por exemplo, das companhias de seguros, clínicas, estabelecimentos de ensino e ensino de natureza privada, etc. Todavia, apesar da sua evolução e potencialidades, a economia de mercado não evitou nem resolveu elevado número de problemas. O desemprego, os baixos salários, o trabalho precário e situações afins constituem, até, problemas sociais inerentes à própria economia». E é assim que se verifica a necessidade de intercalar entre o Estado (garante e estabilizador do sistema) e o Mercado (liberal e privatizador) um conjunto de IPSS... e toda a acção social de carácter individual, associativo ou outro: as organizações não lucrativas que constituirão a ES e das quais, a título de exemplo, AC refere «as misericórdias, as confrarias ou irmandades, a Sociedade de S. Vicente de Paula com as respectivas Conferências Vicentinas e as mutualidades. Mais recentemente, surgiram as CARITAS, com os seus grupos de acção social, os centros sociais paroquiais, associações e cooperativas de pessoas deficientes (bem como de prevenção de deficiências e doenças) e tantas outras instituições, movimentos e obras de carácter social». Assim, as IPSS situam-se, por natureza, «entre o Mercado e o Estado, no Mercado e no Estado mas para além do Mercado e do Estado».

Sociedade activa?

O projecto a que, de futuro, se dará livre curso é o de uma sociedade activa na qual «todas as pessoas vêem reconhecida a sua actividade e vão dispondo de condições para se dedicarem à que mais preferem». Trata-se da proposta de constituição de uma comunidade universal baseada na livre concorrência, nas leis da oferta e da procura e no reequilíbrio dos mercados: «Ainda se considera inviável a ideia de uma sociedade activa. Isto não impede, no entanto, que prossigam as investigações a seu respeito, nem que alguns países já registem avanços significativos.»

Quem contribuirá, então, para trabalhar na construção deste projecto? É, ainda, AC que responde: «Destacam-se, porventura, o voluntário... aquele que, além de não receber remuneração pela sua actividade se encontra animado pelo espírito da organização ou movimento a

que presta a sua colaboração; o empresário social, que reúne as características básicas do empresário normal do mundo económico, enriquecidas por algumas especificidades diferenciadoras; e o agente de desenvolvimento, «alguém que, mediante acção social adequada, fomenta a consciência de situações-problemas, diligenciando suscitar iniciativas de solução e de desenvolvimen-

to, (procurando ser...) tão consistente, solidário e integrado quanto possível».

Como é natural, este universo utópico rege-se pelos valores estabelecidos na doutrina da Igreja. Ouçamos os bispos europeus: «O capitalismo aparece agora, mais do que nunca, triunfante. Frente à guerra que lhe moveu o socialismo real, e no meio, temos de reconhecer os méritos do capitalismo quando faz apelo à liberdade criativa do homem. A opulência da cidade terrestre conseguida nas sociedades ocidentais aí está para atestar o seu valor. O socialismo real conduziu as sociedades em que se implantou a uma profunda pobreza e, até, à fome. Mas a democracia e a economia de mercado não se protegem, necessariamente, da alienação. Quando a economia de mercado é concebida numa forma puramente tecnocrática, sem referência aos valores transcendentais que são os alicerces da dignidade do homem, a alienação é inevitável, embora diferente da do marxismo, naturalmente. (...) Nós, ocidentais, criámos uma alienação que continuamos a alimentar e que é a sociedade de consumo que renunciou à dimensão moral e religiosa para se reduzir a um simples sistema de bens e serviços. (...) Começam a soprar ventos que apontam para uma transição: a economia de

mercado tender para economia social de mercado... Uma economia social de mercado - certamente, a rota do futuro! - é, fundamentalmente uma economia liberal mas onde a liberdade está ligada, de uma forma ética, a deveres sociais. Liberdade e solidariedade serão dois pilares da mesma importância, numa nova ordem mundial, política e económica, que tem em conta os direitos do homem» (Conferências Episcopais da CEE, Outubro de 1991, Roma).

Pouca clareza

Nos documentos da ESM sucedem-se os conceitos fundamentais da doutrina da Igreja cujo sentido, imprescindível para uma correcta leitura, quase nunca verdadeiramente fica bem claro.

Com efeito, enquanto que a ideia de patrão tem um conteúdo preciso para os trabalhadores, na DSI e na ESM ele é apresentado, favoravelmente, como dador de trabalho (LE, 17 e 18). O trabalho e o capital, os factores antagónicos que os trabalhadores aprenderam a entender à custa de sacrifícios extremos, são apresentados como facetas complementares e harmónicas da produção de bens (LE, 14). As lutas de classe (cuja função histórica a hierarquia já se não atreve a negar por se tratar, actualmente, de um dado social evidente para o homem moderno) é todavia condenada liminarmente pela DSI (MM, 23). A segurança social é atribuída uma simples valorização de movimento de solidariedade corporativa, como se ela não correspondesse a uma histórica conquista dos trabalhadores (LE, 8). E o movimento sindical, amputado da sua dimensão de intervenção política na sociedade, vê o âmbito da sua acção limitado a aspectos parcelares, como a defesa salarial ou da qualidade de vida dos seus associados e a uma função de carácter instrutivo, educativo e de promoção da auto-educação (LE, 20).

É certo que, teoricamente, a DSI pode ter diferentes leituras, de acordo com as perspectivas de abordagem. Acácio Catarino refere essas virtuais possibilidades (perspectivas ideológicas, experimentais, teóricas e doutrinárias), em artigo publicado no número de Fevereiro de 1991 da revista CARITAS. E já Paulo VI proclamara a liberdade de interpretação dos textos da DSI: «É às comunidades cristãs que cabe analisarem, com objectividade, a situação própria do seu país procurando iluminá-la com as palavras inalteráveis do Evangelho; a elas cumpre absorverem princípios de reflexão, normas para julgarem e directrizes para a acção, na doutrina social da Igreja, tal como ela tem vindo a ser elaborada no decurso da História e, especialmente, nessa era industrial, a partir da data lapidar da mensagem de Leão XIII sobre a condição dos operários» (Octagesima Advienens, 1971, nº 4).

Depois, como já tivemos ocasião de verificar, com João Paulo II e a conquista do controlo eclesialístico pela Opus Dei, toda esta perspectiva que considerava a DSI como simples instrumento de consulta e de norma para a acção foi contrariada. O Vaticano procura, agora, impor às comunidades católicas mundiais uma só leitura, sempre a mais fundamentalista, dos conteúdos da DSI, enquanto que exerce sobre a teologia católica um policiamento cada vez mais rigoroso, a cargo da Congregação para a Doutrina da Fé.

A princípio, as características deste projecto global da Nova Ordem Mundial animado pela «nova igreja» de João Paulo II, confundiram os observadores. Hoje, tudo parece começar a estar mais clarificado.

(Continua)



Euro-96

Portugal entre os favoritos

■ José Alvarez

O Campeonato da Europa em futebol é o maior acontecimento que tem lugar em Inglaterra desde há 30 anos, quando os ingleses, treinados por Sir Alf Ramsey, conseguiram o título de campeões do mundo. De então para cá, a selecção inglesa não voltou a conseguir qualquer feito digno de menção, mas a grande oportunidade surge, agora, no Euro-96. Desta vez, o seleccionador inglês é uma personalidade completamente diferente – Terry Venables, que se suspeita poderá fazer as malas e dirigir-se a Portugal para treinar o FC Porto em substituição de Bobby Robson, é um homem que vive num universo de controvérsias e de conflitos alheios ao futebol propriamente dito.

O levantar do pano do Euro-96 teve lugar no estádio de Wembley, no passado dia 8. Assistimos, sem dúvida, a todo um cerimonial espectacular em que os ingleses colocam as qualidades que o mundo lhes conhece sempre que é preciso dar a qualquer acto um fundo respeitável, tradicional e de importância internacional. Wembley, como se sabe, é o mais adequado de todos os palcos futebolísticos. Tem uma história impressionante. Não há equipa de futebol, não há jogador que não tenha como ambição pisar a relva daquele estádio e jogar perante a moldura única, na verdade, do histórico está-

relvado que encheu literalmente. Um polícia solitário, a cavalo, pretendia controlar o incontrolável. E todo aquela gente, que sabia estar na tribuna o rei George V, que jamais havia visto porque não havia televisão, só concordou em procurar acomodar-se fora das quatro linhas do relvado de Wembley quando o monarca surgiu ao balcão da tribuna real e acenou. A Inglaterra era, nossa altura, uma potência imperial com a grandeza que se conhece. O seu povo, justificadamente, queria ver o rei que era filho de Eduardo VII e neto da rainha Victoria. Só no quadro de um grande jogo de futebol foi possível ao povo londrino ver o rei de Inglaterra em carne e osso.

Futebol capitalista

Hoje, o futebol é outro. Já não pertence ao mundo dos desportos. Como veremos ao longo dos 31 jogos do Euro-96 e nas guerras de bastidores que se travarão com inevitável cinismo e crueldade, os jogadores comportar-se-ão como homens de negócios que, na verdade, são. Os clubes são grandes, pequenas e médias empresas. Circulam pelo meio, enxames de oportunistas intermediários que se designam como empresários dos jogadores e pretendem defender-lhes os interesses quando, indiscutivelmente, apenas procuram receber somas exorbitantes, imerecidas, mal ganhas. Assistiremos a uma torrente de sensacionais transferências. Estará tudo à mostra, no mercado. «Quem me compra?», perguntarão uns. «Quem me vende?» indagarão outros. A especulação será fervente. O futebol que veremos em Inglaterra já não é um futebol representativo de cidades, de bairros tradicionais, de fábricas, de operários. Veremos o capitalismo no futebol, agindo com todas as suas ma-

te, a ruína de muitos. Os agentes comissionistas, os tais empresários, viverão momentos altos da mais intensa especulação.

Entre os principais favoritos ao título de campeão da Europa contam-se as nações melhor equipadas do futebol milionário: a Inglaterra, que tem a enorme vantagem de jogar em casa; a Alemanha, antiga campeã mundial e europeia; a Itália, que também já ganhou ambos os títulos; a Rússia, sucessora da URSS que venceu o primeiro campeonato da Europa; e, segundo muitos observadores, Portugal. Porquê; a nossa equipa?

Portugal

A selecção portuguesa tem a sua base em meia dúzia de jogadores ainda bastante jovens que saíram das escolas orga-



Calendário dos jogos

O Euro-96 começou no sábado, dia 8 de Junho, com o encontro Inglaterra-Suíça, em Wembley. No espaço de 11 dias, realizar-se-ão 23 jogos nos 4 Grupos em que as 16 selecções se encontram integradas. Quando se realizar a Final, a 30 de Junho, ter-se-ão disputado 31 jogos internacionais de primeiro plano em, apenas, três semanas.

Wembley, Londres	Elland Road, Leeds	Old Trafford, Manchester	Hillsborough, Sheffield	
Grupo «A»	Grupo «B»	Grupo «C»	Grupo «D»	
Inglaterra	Espanha	Alemanha	Dinamarca	
Suíça	Bulgária	República Checa	Portugal	
Holanda	Roménia	Itália	Turquia	
Escócia	França	Rússia	Croácia	
9. 5ª-feira,	13.06.	Suíça-Holanda	Villa Park	19.30
10.		Bulgária-Roménia	St. James' Park	16.30
11. 6ª-feira	14.06.	Rep. Checa-Itália	Anfield	19.30
12.		Portugal-Turquia	City Ground	16.30
13. Sábado	15.06.	Escócia-Inglaterra	Wembley	15.00
14.		França-espanha	Elland Road	18.00
15. Domingo	16.06.	Rússia-Alemanha	Old Trafford	15.00
16.		Croácia-Dinamarca	Hillsborough	18.00
17. 3ª-feira	18.06.	Escócia-Suíça	Villa Park	19.30
18.		França-Bulgária	St. James' Park	16.30
19.		Holanda-Inglaterra	Wembley	19.30
20.		Roménia-Espanha	Elland Road	16.30
21. 4ª-feira	19.06.	Rússia-Rep. Checa	Anfield	19.30
22.		Croácia-Portugal	City Ground	16.30
23.		Itália-Alemanha	Old Trafford	19.30
24.		Turquia-Dinamarca	Hillsborough	16.30
25. Sábado	22.06.	Vencedor do Grupo «B» vs 2º do Grupo «A»	Anfield	18.30
26.		Vencedor do Grupo «A» vs 2º do Grupo «B»	Wembley	15.00
27. Domingo	23.06.	Vencedor do Grupo «C» vs 2º do Grupo «D»	Old Trafford	15.00
28.		Vencedor do Grupo «D» vs 2º do Grupo «C»	Villa Park	18.30
29. 4ª-feira	26.06.	Vencedor do N.º 25 vs Vencedor do N.º 28	Old Trafford	16.00
30.		Vencedor do N.º 26 vs Vencedor do N.º 27	Wembley	19.30
31. Domingo	30.06.	Final	Wembley	19.00

Resultados das finais anteriores

1960 – em França:	URSS-Jugoslávia, 2-1
1964 – em Espanha:	Espanha-URSS, 2-1
1968 – em Itália:	Itália-Jugoslávia, 2-0 (após prolongamento)
1972 – na Bélgica:	Rep. Fed. Alemã-URSS, 3-0
1976 – na Jugoslávia:	Checoslováquia-Rep. Fed. Alemã, 2-2 (os checos venceram através da marcação de grandes penalidades)
1989 – em Itália:	Rep. Fed. Alemã-Bélgica, 2-1
1984 – em França:	França-Espanha, 2-0
1988 – na Alemanha:	Holanda-URSS, 2-0
1992 – na Suécia:	Dinamarca-Alemanha, 2-0

Mais triunfos: Alemanha, 2

Maior número de presenças na final: Alemanha, 4
URSS, 4

dio. Foi ali que, em 1923, uma extraordinária multidão de cerca de 200 000 pessoas que pretendia assistir à final da Taça de Inglaterra entre o West Ham e o Bolton e não podia comprimir-se mais nas bancadas, transbordou para o próprio

nhas, fazendo o seu espectáculo e organizando a entrada de alguns (poucos) no círculo dos milionários e, simultaneamente,

EM FOCO

A reforma da Política Agrícola Comum e o Gatt (2)

Por uma alternativa para o Mediterrâneo

A nova PAC e os acordos do GATT não garantem o direito a produzir nem o direito a que quem trabalha na terra seja remunerado pela sua actividade produtiva.

O abandono da agricultura com o conseqüente despovoamento e desertificação dos meios rurais nos países da orla mediterrânica do sul, da União Europeia é, pois, um processo acelerado pela PAC e pelo GATT.

Os rendimentos dos agricultores passam a estar cada vez mais dependentes dos subsídios, de uma política assistencial. Em Portugal, a parte do rendimento dos agricultores provenientes dos subsídios situa-se, hoje, na ordem dos 50%.

Todo este processo acentua, na Comunidade, a divisão entre agriculturas altamente produtivas e competitivas beneficiárias da PAC que vigorou durante mais de três décadas e agriculturas periféricas, não produtivas, económica e socialmente assistidas.

O objectivo da coesão económica e social não será, pois, atingido.

E, de todo, as chamadas medidas complementares da reforma da PAC (agro-ambientais; florestação e cessação da actividade) apontadas ao apoio às actividades não especificamente agrícolas no meio rural não conseguirão impedir as saídas dos campos em resultado do abandono da actividade produtiva agrícola que é a condição necessária para fixar os agricultores, criar emprego para os trabalhadores agrícolas, sustentar o êxodo do meio rural. É que não há mundo rural se não houver agricultura e não há agricultura se não houver agricultores.

O eventual alargamento da União Europeia aos Países da Europa Central e as novas negociações do GATT em 1999 exigem, por isso e antes de mais, uma revisão profunda da actual Política Agrícola Comum, pelo menos no que aos Países Mediterrânicos se refere, e uma reflexão séria sobre as orientações actualmente dominantes no comércio internacional visando «novas reduções de apoios», «novas reduções de direitos e equivalentes pautais» com vista a uma ainda maior desregulamentação dos mercados e liberalização do comércio agrícola o que na prática já está a ser imposto pela Comunidade com a multiplicidade de acordos bilaterais e regionais de «comércio livre».

Também a pretexto da simplificação dos procedimentos e da legislação comunitária e da necessidade da redução dos encargos comunitários com a agricultura há quem defenda, com o Reino Unido à cabeça, a renacionalização da PAC que a Comissão, numa versão mais suave, chama de «mais autonomia aos Estados membros e/ou autoridades regionais na aplicação das decisões tomadas a nível da União Europeia» e simplificação dos procedimentos.

Reconhecer especificidades

É preciso, no entanto, que não se confunda «mais autonomia» e simplificação – o que é positivo – com desmantelamento das políticas e maior transferência para os Estados membros dos encargos decorrentes das políticas comunitárias

e dos apoios aos agricultores porque isso seria acentuar o fosso entre as agriculturas de Países e Regiões menos desenvolvidos com maiores restrições orçamentais e financeiras e as agriculturas dos países mais fortes. É preferível falar em reconhecimento da especificidade e da diversidade regional das agriculturas europeias.

É preciso, antes de mais, assegurar uma PAC e políticas comerciais que, tendo a solidariedade e a preferência comunitária como instrumentos e a

coesão económica e social como objectivo, garanta o desenvolvimento e a capacidade produtiva das agriculturas periféricas do Sul da Europa reconhecendo a sua especificidade e o seu papel insubstituível no povoamento do mundo rural e promova a desaceleração das opções fundamentalistas de livre comércio.

Neste sentido, importa propor como orientações para uma Política Agrícola Comum alternativa, designadamente quanto ao apoio às produções mediterrânicas, as seguintes direcções de trabalho:

— reconhecimento do direito do agricultor a produzir e a ser remunerado pela sua actividade produtiva;

— reconhecimento da especificidade e da diversidade regional das agriculturas europeias;

— reconhecimento e valorização da especificidade dos sistemas culturais naturais Mediterrânicos como sistemas culturais mais compatíveis com a defesa do meio-ambiente e dos direitos dos consumidores do papel determinante das explorações familiares na preservação do mundo rural;

— reformulação das propostas da Comunidade de reforma das Organizações Comuns de Mercado do Vinho, das Frutas e Hortícolas Frescos e do Azeite;

— modulação dos apoios ao investimento e ao rendimento com a introdução de tectos (plafonds), de um «quantum» financeiro, que limitem as ajudas a um número máximo de hectares por exploração em função da dimensão das explorações e privilegiando as explorações familiares dos pequenos agricultores e que penalizem as

agriculturas hiperintensivas industriais responsáveis pelos excedentes e pela degradação do meio-ambiente e por problemas de saúde pública permitindo, assim, libertar meios financeiros e reorientar os apoios para as explorações, regiões e Países que mais deles têm necessidade e para as culturas mais compatíveis com o ambiente e os direitos dos consumidores;

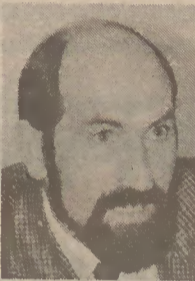
— valorização das produções regionais de qualidade com denominação de origem e aqui inscreve-se, por exemplo, a valorização da pecuária autóctone alimentada com base em pastagens e sistemas naturais de alimentação;

— rejeição das medidas de congelamento de terras (set-aside) para os Países e explorações e culturas que não são geradores de excedentes;

— inserção das políticas de apoio ao rendimento nas políticas de apoio e reorientação da actividade produtiva agrícola;

— defesa do princípio da preferência comunitária e da aplicação das normas de qualidade e fito-sanitárias exigidas pela PAC às produções de países terceiros;

— desaceleração das políticas fundamentalistas de livre comércio e renegociação dos acordos do GATT visando, designadamente, a introdução nos acordos comerciais de cláusulas sociais, ambientais e agrícolas que não desincentivem a produção local, que não sejam factor de quebra dos rendimentos de agricultores e de abandono dos campos, que preservem os equilíbrios ecológicos e que garantam a segurança alimentar de cada país, e dos consumidores o desenvolvimento agrícola e a preservação do mundo rural em particular dos países menos desenvolvidos.



■ Lino de Carvalho



nizadas por Carlos Queiroz, um homem do futebol que pode ter muitos inimigos mas que, indiscutivelmente, deixou uma obra de grande valor quando partiu em busca de glórias prometidas mas jamais alcançadas no grande futebol dos clubes capitalistas. Todos os observadores estrangeiros, e os ingleses principalmente, nos confessam a sua admiração por certos jogadores portugueses como João Pinto (Benfica), Rui Costa (Fiorentina), Luís Figo (Barcelona) e Paulo Sousa (Juventus). Outros, como o guarda-redes Baía (Porto, mas a um passo do Barcelona), Domingos (Porto, mas que seguirá idêntico caminho, possivelmente), Dimas (Benfica) e Folha (Porto), que não se acham muito afastados dos primeiros em termos de capacidade geral e de «valor de mercado». A exibição da selecção nacional em Dublin, há dias, deu lugar a comentários favoráveis de jornalistas do «The Daily Telegraph» e do «Daily Mail», de Londres.

O seleccionador nacional tem dado provas de competência e de indesmentível argúcia. António Oliveira parece ter os olhos bem abertos quanto ao ambiente do Euro-96 e às reais possibilidades dos principais adversários da selecção portuguesa. Já disse que os seus jogadores não temem seja quem for e que não se submeterão ao estilo ou às tácticas das selecções opositoras. Pelo contrário, ouvimo-lo afirmar: serão os nossos adversários que terão de procurar adaptar-se ao jogo dos portugueses. A verdade é que a selecção nacional provou durante o torneio de qualificação, que venceu, ser essa, essencialmente, a sua estratégia – fazer o seu jogo, dar-lhe o ritmo, a vivacidade, a essência das qualidades do jogador português, sem ter de temer os nomes e os fantasmas dos estrangeiros. Pelo menos nisto, estamos de acordo com António Oliveira. Haja alguém, em Portugal, à parte as que já deram provas de amor às causas nacionais noutros planos, que não tenha medo dos estrangeiros e que os enfrente com dignidade e coragem.



O «boletim» do deputado-sindicalista

A publicação *O Bancário*, propriedade do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, é dirigido por Barbosa de Oliveira, que acumula a função de dirigente deste sindicato com a de deputado pelo PS na Assembleia da República. Até aqui nada de extraordinário. O espantoso vem na página três, da edição de 31 de Maio passado do órgão deste importante Sindicato, ilustrada com duas-fotografias-duas de Barbosa de Oliveira em plena «actuação» no hemiciclo de S. Bento, na sua função de deputado socialista defendendo as propostas do seu governo. O texto da página está de acordo com as fotografias e constitui uma vulgar peça de propaganda das posições do PS

na questão da Lei das 40 horas semanais, com a agravante de escamotear tudo (como aliás o PS faz, nesta matéria): os outros aspectos gravosos da Lei, nomeadamente no que toca a flexibilização e polivalência, bem como as fortes oposições a esta legislação, tanto na Assembleia da República como no interior do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. E pergunta-se: afinal *O Bancário* é propriedade e órgão do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas ou mero boletim de propaganda do senhor Barbosa de Oliveira?

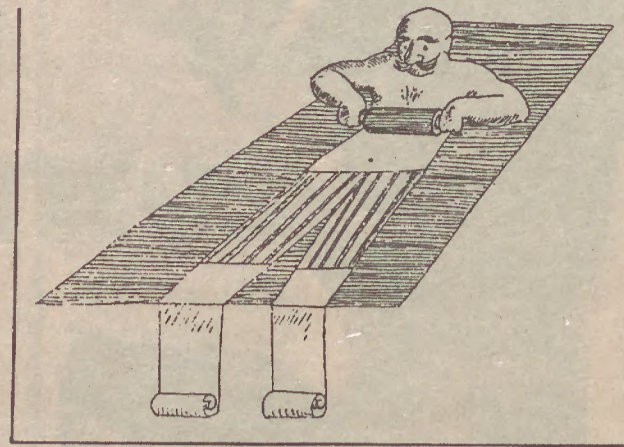
Já agora, outra nota: o referido deputado-sindicalista aparece em cinco-fotografias-cinco no número em questão, qualquer

coisa como um terço das fotos de ilustração individual que povoam a edição. É obra!

Burlas à Bóris

Na recta final das eleições presidenciais russas, que se realizarão no próximo fim-de-semana, o actual presidente Bóris Ieltsin entrou em parafuso na demagogia eleitoral. Repare-se neste pequeno resumo da coisa, onde as promessas de Ieltsin dão para tudo e todos: aos ocidentalistas promete a «continuação das reformas e convertibilidade do rublo», aos nacionalistas «a oposição ao alargamento da NATO», aos

generais, meios suficientes para reformar as forças armadas, às mães dos soldados, o fim da guerra da Tchetchénia e serviço militar até ao ano 2.000, aos pobres, garantias sociais, aos investidores estrangeiros, estabilidade política, ao capital nacional, protecção ao crime e a corrupção. O delírio vai ao ponto de Ieltsin, por onde passa nas suas viagens eleitorais, mandar pagar salários em atraso e aumentar pensões de reforma que a inflação tornou miseráveis, não se coibindo de ordenar ao Banco Central que transfira três mil milhões de rublos para o Orçamento de



Estado, para satisfazer estas dádivas, o que, a breve trecho e segundo os economistas, irá ter repercussões catastróficas na economia do país. E é neste homem que o capitalismo continua a apostar...

A propósito de Pol-Pot

Acopladas à notícia da (presumível) morte de Pol-Pot - que comandou os *khmers vermelhos* no genocídio de dois milhões de compatriotas quando dominou o Camboja entre 1975 e 1979 -, surgiram invariavelmente as mesmas notas identificadoras da sinistra personagem: a de que era um criminoso «semelhante a Hitler e Staline» e a de que «fora sempre apoiado pela China». Espantosa, esta maneira de reescrever a história, ainda que recente. Passando por cima da mais que suspeita associação dos crimes de Estaline com os de Hitler - como se, ao arripio de todo o Direito, os crimes passassem de repente a ter o mesmo peso específico -, detenhamo-nos nos «apoios» a Pol-Pot.

É verdade que a China maoísta apoiou sempre o sanguinário regime de Pol-Pot. Mas foi apenas a China?! Não, e longe disso, como a vasta informação da época o demonstra a qualquer mentiroso. Foram os EUA que também apoiaram - e determinadamente - este energúmeno e o seu bando de assassinos durante a guerra do Vietname, utilizando-os (e mantendo-os, logisticamente) como tropa de choque contra o povo vietnamita. Foram também os EUA e os seus aliados ocidentais que impuseram - imagine-se! - o reconhecimento do regime de Pol-Pot nas Nações Unidas, abafando os protestos e as denúncias do Vietname, do campo socialista e das forças democráticas do mundo contra tal enormidade. Foram igualmente os EUA e os seus aliados ocidentais que ainda esboçaram protestos quando o Vietname invadiu em 1979 o Camboja para varrer este bando de assassinos, libertar este martirizado país e repor a segurança na região. Nessa altura, o Vietname teve de apresentar abundantes provas dos genocídios cometidos - nomeadamente a descoberta de valas comuns com milhares de cadáveres - para que o impoluto Ocidente «desculpasse» o derrube do seu homem de mão... Agora a China é que é o único mau da fita... Mas não é, por muito que isso agora convenha a quem, a par da China, deu vida e alento ao monstruoso regime de Pol-Pot.

PONTOS NATURAIS

Linha directa

Luta de Classes? Que ideia!

Sou ex-sindicalista, mas o espírito de militância nunca me deixou. Estou reformada. Fui reformada pelo facto de ser sindicalista e nunca ter virado a cara à defesa da classe. Infelizmente, isto está mais agravado. Os trabalhadores com contratos a prazo ou a recibos verdes têm medo, têm medo de defender os seus interesses e os seus direitos, porque têm medo de ir para a rua. Os trabalhadores com recibo verde não podem aderir a uma greve porque têm medo das represálias.

(Júlia Santos, Oeiras)

Luas e buraquinhos

Trabalhei a recibo verde. O meu trabalho era distribuir publicidade por Lisboa e arredores. As fases de trabalho eram de quatro e cinco dias, a 1800 escudos por dia, se fosse à semana, a 2000, ao sábado e domingo. Quando chegava o fim do ano, o patrão pedia, com luvas de pelica, que avançássemos com recibos a 240 e tal contos para não pagarmos impostos e para tapar um buraquinho que lá tinha. Agora veja, isto referido a quase cinquenta pessoas que lá trabalhavam para ele, e veja a vigarice que este senhor fazia e continua a fazer!

(Célia Manita, Lisboa)

Então como é?

Trabalhei numa empresa três anos a recibo verde. Ao fim desse tempo, passaram-me para contrato. Assinei o contrato de seis meses. Oito dias antes de acabar o contrato, recebi uma carta a dizer que estava despedida. Tenho 50 anos. O que é que



faço, com seis meses de descontos para a Caixa? Agora tenho seis meses de descontos! Com 50 anos ninguém me dá trabalho. Qual é a minha situação? O meu marido teve um acidente e ainda não recebeu qualquer dinheiro do seguro. Como é que eu vivo?

(Nome inaudível)

Sete nove fora nada

Estou há seis anos e meio a trabalhar com recibo verde num hospital. No hospital, só podemos estar como efectivos, se entrarmos para o quadro. Tenho colegas que neste momento estão a trabalhar a recibos verdes que trabalharam durante anos com contrato. Foram chamados. Ou iam para a rua, ou passavam a recibo verde.

Algumas estão a trabalhar comigo há onze anos, no mesmo hospital. Pedro Rolo Duarte - A senhora tem um horário regular de trabalho? Gracinda - Tenho. P. R. Duarte - A sua remuneração é igual ou mais ou menos a mesma? Gracinda - É a mesma coisa, só que não há nem subsídio de férias, nem subsídio de Natal. Se faltarmos um dia, descontam no ordenado e descontam um dia nas férias,

neste caso nem temos. Não está certo. Agora sai esta lei. Temos um contrato de um ano, vamos para a rua. E tenho sete anos de serviço!

(Gracinda Mesquita Tavares, de Cascais)

(Depoimentos retirados de «Canal Aberto», na emissão de 4/6/96)

Mário Castrijo

AGENDA

Montemor-o-Velho

2ª Assembleia da
Organização
Concelhia

Domingo, 16, a partir das 9h30,
em Santo Varão - Centro Beira Tejo
com a participação de Vasco Paiva
e Sérgio Teixeira

Vila Franca
de Xira5ª Assembleia da
Organização Concelhia

Domingo, 16, a partir das 10h,
em Sobralinho - Centro de Convívio Álvaro
Pinheiro, com a participação de Domingos
Abrantes, que intervirá no encerramento
da Assembleia, às 18h

Porto

Assembleia da Organização da Função Pública do Porto do PCP

Sexta-feira, 14, às 21h30, no CT da Boavista,
com a participação de Agostinho Lopes

Lisboa

Seminário Nacional para o Turismo

promovido pela Com. Nac. para o Turismo junto do CC do PCP
Domingo, 17, a partir das 10, no Teatro Taborda.

Às 17 horas, sessão de encerramento com intervenção de Octávio Teixeira

REFORMADOS E PENSIONISTAS

GRANDE JORNADA DE LUTA - 18 DE JUNHO/96
ÀS 14 H 30 M
FRENTE À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

NÃO À CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMESSAS
NÃO AOS ATAQUES À SEGURANÇA SOCIAL

NÃO TEMOS TEMPO PARA ESPERAR
REIVINDICAR ANTES QUE SEJA TARDE:

⇒ AUMENTOS DE PENSÕES PARA VIVER COM
DIGNIDADE E NÃO NA MISÉRIA;

⇒ NOVOS E MELHORES APOIOS SOCIAIS E DE SAÚDE;

⇒ MAIS JUSTIÇA SOCIAL, SOLIDARIEDADE E
COMPREENSÃO PARA OS NOSSOS PROBLEMAS;

NÃO FALTES, TRÁS UM AMIGO, E JUNTA
A TUA À NOSSA VOZ!

PCP
e a Lisboa do virar do século

III jornadas de reflexão
e debate sobre Lisboa
Assembleia Municipal de Lisboa
22 junho '96 - 10h.

Reuniões e plenários

Alcabideche

Plenário de militantes sobre
Regionalização, com Jorge
Cordeiro: sábado, 15, às 15h30, no
CT local.

Algueirão-Mem Martins

Plenário de militantes da freguesia:
no CT local, sexta-feira às 21h30.

Almargem do Bispo

Plenário de militantes da freguesia:
hoje, dia 14, às 21h30, em Sabugo
(casa da cam. Lurdes Pais), com
António Cordeiro.

Queluz

Plenário de militantes de
Massamá, dia 21, às 21h30, Junta
de Freguesia de Massamá.

Rio de Mouro

Plenário de militantes da freguesia:
no CT local, sábado, 15, às 15h30.

CDU Porto

No âmbito da CDU, realizam-se no
distrito do Porto nos próximos dias
os seguintes encontros: Encontro
da CDU/Gondomar, com a
participação de Luís Sá, na Escola
C+S de S. Pedro da Cova - sábado,
15, às 15h;
Debate sobre a situação social em
Vila Nova de Gaia, com a
participação de José Timóteo, na
Assembleia Municipal de V.N. Gaia
- sábado, 15, às 15h; Reunião da
CDU/Bonfim (Porto), com a
participação de Teresa Lopes, no
CT de Barão de S. Cosme - sábado,
15, às 15h.

CDU Covilhã

Realiza-se no próximo dia 21, a
partir das 21h, na sala da
Assembleia Municipal da Covilhã,
um Encontro Concelhio da CDU
para discussão do trabalho
realizado e das linhas de acção para
os eleitos autárquicos.

Carlos Carvalhas
na 2.ª Conferência Democrática
sobre Trás-os-Montes e Alto Douro...

O Secretário-geral do PCP participa na 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro que decorre no próximo domingo, dia 16, na Escola Secundária de Mirandela.

A Conferência terá início às 10h30 e funciona em plenário, com três Secções: Desenvolvimento Económico; Educação e Ensino, Saúde e Segurança Social; Identidade Cultural e Regionalização.

Carlos Carvalhas tomará a palavra na sessão de encerramento da Conferência, cerca das 17horas.

... na reunião dos deputados do PCP
na AR e no PE...

O secretário-geral do PCP participará também na reunião conjunta dos deputados do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu sobre as questões da integração europeia e os últimos desenvolvimentos da Conferência Intergovernamental 96 que amanhã, sexta-feira, terá lugar no Centro Europeu Jean Monnet, em Lisboa. Carlos Carvalhas fará, no final da reunião, uma declaração pública.

... e nas Jornadas Parlamentares do PCP

As Jornadas Parlamentares do PCP - centradas nas questões da Educação - realizam-se na próxima segunda-feira, no Palácio Pincas Palha, em Lisboa, e entre os seus participantes estará o secretário-geral do PCP, que intervirá na sessão de abertura.

Regiões Administrativas para Portugal
DEBATES COM O PCP

Torres Novas

Sobre a criação das Regiões Administrativas,
promovido pela Comissão Concelhia de Torres Novas, com a participação
de António José Ganhão e Carlos Brito
Quinta-feira, 20, às 21h30, no Auditório do Museu Municipal

Portalegre

«O PCP e a regionalização» - com a participação de José Soeiro
Sexta-feira, 14, às 21h, no Centro da Juventude (Av. Bonfim)

Caldas da Rainha

Sobre as propostas do PCP, com a participação de Luís Sá
Quinta-feira, 20, às 21h30, no Auditório Municipal (Edifício da CM)

Setúbal

Sobre a Regionalização e as propostas do PCP, com a participação de Agostinho Lopes
Quinta-feira, 20, às 21h30, na Biblioteca Municipal

Outros debates promovidos pelo PCP:

Em SETÚBAL, hoje, dia 13, às 21h30, no Edifício Arrábida: «Pacto Educativo ou Lei de Bases do Sistema Educativo», com a participação de Manuela Esteves

No PORTO, quinta-feira, 20, às 21h30, no Hotel Tuela, da série «O Porto em debate»: «Acessibilidades, trânsito e transportes no Grande Porto»

Em CONSTÂNCIA, sexta-feira, 21, às 21h, no Cine-Teatro Municipal: «Moeda única - Fundos estruturais - Regionalização», com a participação de Sérgio Ribeiro

No COUÇO, sexta-feira, 14, às 21h30, no CT do PCP: «A situação política e as tarefas do Partido», com a participação de Carlos Brito

Em BRAGA, sexta-feira, 14, às 21h30, no Auditório do CENFOPE, promovido pelo Org. dos Professores Comunistas do Distrito: «O Séc. XX - Século de grandes transformações e questões», com a participação de João Arsénio Nunes

jcp Odivelas

No Pavilhão Polivalente de Odivelas, sexta-feira, 14, às 21h30
Em debate com a Juventude - Tema: o suicídio juvenil
com a participação dos psiquiatras DANIEL SAMPAIO e ANA PAULA VIEIRA

POR UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DA
SEGURANÇA SOCIAL

Convocado sob o lema - POR UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DA SEGURANÇA SOCIAL - o PCP vai realizar no sábado 22 de Junho, no Hotel Altis em Lisboa, com início às 10.30 horas, um Encontro Nacional sobre a Segurança Social.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
Sábado, 22 de Junho

10.00 horas
entrega das pastas com documentação de apoio ao debate

10.30 horas - Sessão de abertura
intervenção de Edgar Correia,
da Comissão Política do PCP

11.00 horas / 13.00 horas - 1º painel
A situação da Segurança Social

14.00 horas / 17.30 horas - 2º painel
Que reforma da Segurança Social?

18.00 horas - Sessão de encerramento
intervenção de Carlos Carvalhas,
Secretário Geral do PCP

EM FOCO

Quinta, 13

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.35 Uma Promessa de Amor
16.10 Euro 96: Bulgária-Roménia
18.25 Canal Aberto
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Maria Elisa
23.35 Euro 96: Resumo do dia
00.05 24 Horas
00.40 RTP/Financial Times
00.50 Monty Python - Os Malucos do Circo

RTP 2

15.00 Reabertura. Desporto
16.00 A Casa do Caçador
17.00 Huckleberry Finn
17.25 Um, Dó, Lí, Tá
18.20 Caderno Diário
18.25 Magazine «Ver Artes»
19.10 Euro 96: Suíça-Holanda
21.30 A Última Fronteira
22.05 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 No Limiar da Glória (de Frank Borzage, EUA-1946, com Ginger Rogers, David Niven. Biográfico)
00.45 Planeta Música

SIC

09.00 Buérré
11.00 Os Imortais
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Buérré
15.45 Marchas Populares
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Diário do Mundial
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Trapalhões
22.30 Marina, Dona Revista
23.30 Grande Reportagem
00.30 Diário do Europeu
00.55 Último Jornal
01.10 Verdes Anos
02.10 Sonhar Acordado
02.40 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 Um Anjo na Terra
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Olho Vivo
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Ninho de Cucos
21.30 Marti
22.00 O Pátio das Cantigas (de Francisco Ribeiro, Port.-1941. Comédia)
00.20 Grande Plano
01.00 TVI Jornal
01.35 A Balada de Hill Street (Reposição - 1º Episódio)

Sexta, 14

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - «Os Andrades»
14.30 Uma Promessa de Amor
16.00 Euro 96: Portugal-Turquia
17.10 Malha de Intrigas
18.25 Canal Aberto
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 A Mulher do Sr. Ministro (de Peter Faiman, Austrália-1986. Comédia)
00.20 Euro 96: Resumo do dia
01.05 24 Horas
00.40 RTP/Financial Times
01.50 Monty Python - Os Malucos do Circo
02.25 Vidas Nocturnas (de John Carpenter, EUA-1993. Ver Destaque)

RTP 2

17.00 Notícias
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.20 Caderno Diário
18.30 Máquinas
19.05 Notícias
19.10 Euro 96: Rep. Checa-Itália
21.30 A Par e Passo
22.05 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 A Fortaleza de Alger (de Lesley Selander, EUA-1953, com Yvonne de Carlo, Raymond Burr. Espionagem).
00.35 Planeta Música

SIC

10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Verdes Anos
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buérré
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Malucos do Riso
22.30 Sim ou Não
23.30 A Noite da Má Língua
00.30 Diário do Europeu
01.20 Último Jornal
01.35 Playboy
02.35 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 Um Anjo na Terra
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Olho Vivo
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Doido por Ti
22.00 Reveses da Fortuna - I
23.50 Grande Plano
24.00 TVI Jornal
00.30 Booker

Sábado, 15

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.30 Clube Disney
11.30 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Top +
14.30 86-60-86
15.10 Beverly Hills 90210
16.05 Clube dos Totalistas
17.40 Euro 96: França-Espanha
20.00 Telegiornal
21.00 Primeiro Amor
22.05 Parabéns
00.50 Euro 96: Resumo do dia
01.25 24 Horas
01.40 Infidel Quanto Basta (EUA-1992, Comédia)- 03.20 Anthony, o Criado (Comédia)- 04.50 Jogo de Interesses (EUA-1990, Comédia)- 06.20 Dupla Explosiva (EUA-1992, «Thriller»)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Fórum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Atlanta 96
14.45 Euro 96: Escócia-Inglaterra
17.00 NBA
17.40 Fórmula 1 - GP do Canadá
19.15 7ª W
19.40 Em Busca da Felicidade (Documentário de Louis Malle, EUA-1986. Ver Destaque)
21.10 Semana ao Sábado
22.00 Notícias 2
22.05 Um Homem em Casa
22.35 Figuras de Estilo
23.35 Teatro: «Que Pena ser Prostituta»

SIC

09.00 Buérré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Portugal Radical
15.30 Bravo Bravíssimo
17.00 A Tentação e o Anjo
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube VIP
21.20 Vira Lata
22.30 Big Show Sic
01.25 Último Jornal
01.40 Aliança de Ferro (de Ray Nazarro, EUA-1953. «Western»)

TVI

09.40 Animação
12.00 Novos Ventos
13.00 Contra-Ataque
14.30 Odisseia Submarina
15.30 Ténis
16.00 A Caça ao Canudo (de James Bridges, EUA-1973. Comédia)
18.05 California Dreams
18.35 Os Novos Intocáveis
19.30 Telegiornal
20.30 Babylon 5
21.30 Reveses da Fortuna
23.30 Últimas Notícias
23.45 O Poder de um Jovem (de John G. Avildsen, EUA-1992. Ver Destaque)
02.00 Frankenstein e o Monstro do Inferno (de Terence Fisher, Gr.-Br-1973, com Peter Cushing)

Domingo, 16

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.15 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
12.50 Motociclismo
14.00 Made in Portugal
15.05 Alta Voltagem
16.05 100% Natural
16.30 Marco Paulo com Música no Coração
17.40 Euro 96: Croácia-Dinamarca
20.00 Telegiornal
20.50 Enviado Especial
21.20 Casa Cheia
22.05 Domingo em Cheio
23.20 Euro 96: Resumo do dia
00.10 24 Horas
00.25 Testemunha Mortal (de Charles Kanganis, EUA-1991. Policial)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Missa
11.00 70 x 7
10.30 Missa
12.00 O Homem e a Cidade - «Seixal»
12.25 Euronews
13.30 Desporto 2
14.40 Euro 96: Rússia-Alemanha
17.00 Uma Cidade, Dois Mundos
17.45 Fórmula 1 - GP do Canadá
20.00 Bombordo
20.30 O Miradouro da Lua (de Jorge António, Port/Angola-1993. Ver Destaque)
22.05 Artes e Letras - «Contos da Ópera» (Parte I)
23.10 O Filme da Minha Vida
01.30 Planeta Música

SIC

09.00 Buérré
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
15.20 O Guarda-Costas
16.30 Walker, o Ranger do Texas
17.40 Perry Mason: O Caso do Pinga-Amor (de Christian Nyby II, EUA-1992. Telefilme Policial)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Vira Lata
22.00 Pensão Estrela
22.30 Combate de Gigantes (de Sam Firstenberg EUA-1993. Acção)
00.50 Diário do Europeu
01.15 Último Jornal
01.30 Uma Mulher para Dois (de Ernst Lubitsch, EUA-1933, com Fredric March, Gary Cooper, Miriam Hopkins. Ver Destaque)

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.20 Portugal Português
16.00 Sozinho em Casa (de Chris Columbus, EUA-1990. Ver Destaque)
18.00 Desafios
18.30 Adultos à Força
19.30 Telegiornal
20.15 Confissões de Adolescentes
20.50 Melrose Place
21.10 O Raio Azul
21.50 Henrique V (de Kenneth Branagh, Gr.Br.-1989. Ver Destaque)

Segunda, 17

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
15.10 Uma Promessa de Amor
16.00 Infantil/Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
20.00 Telegiornal
21.50 Primeiro Amor
22.05 Todos ao Palco
23.20 Euro 96: Resumo do dia
23.40 Nova Oportunidade
00.40 24 Horas
01.20 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

16.00 Desporto 2
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 A Última Fronteira
19.15 Macau
19.35 TV Nostalgia: «A Jóia da Coroa»
20.35 Foyer - «Peter Sellers» (II)
21.35 O Dinheiro Não Dorme
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Confiança (de Istvan Szabo (Hungria-1979. Ver Destaque)
00.55 Planeta Música - Grandes Árias

SIC

10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buérré
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.30 Diário do Europeu
00.55 Último Jornal
01.10 Escrita em Dia
02.10 O Gafanhoto (de Jerry Parris, EUA-1970, com Jacqueline Bisset, Joseph Cotten. Ver Destaque)
04.10 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Olho Vivo
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Pulsção Final (de Jerrold Freedman, EUA-1993. «Thriller»)
23.50 TVI Jornal
00.30 Jornal de Negócios
01.00 Os Mistérios de Bill Cosby

Terça, 18

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.25 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Euro 96 - França-Bulgária
18.30 Canal Aberto
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Ligações Perigosas
23.30 Euro 96: Resumo do dia
23.55 24 Horas
00.35 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Huckleberry Finn
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 Rotações
19.10 Euro 96 - Holanda-Inglaterra
21.35 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Coronel Redl (de István Szabo, Hungria-1985. Ver Destaque)
00.40 Planeta Música - Jazz

SIC

10.30 Os Imortais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buérré
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.30 Diário do Europeu
00.55 Último Jornal
01.10 Escrita em Dia
02.10 O Gafanhoto (de Jerry Parris, EUA-1970, com Jacqueline Bisset, Joseph Cotten. Ver Destaque)
04.10 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Olho Vivo
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Pulsção Final (de Jerrold Freedman, EUA-1993. «Thriller»)
23.50 TVI Jornal
00.30 Jornal de Negócios
01.00 Os Mistérios de Bill Cosby

Quarta, 19

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
15.00 Uma Promessa de Amor
15.30 Malha de Intrigas
16.00 Euro 96: Croácia-Portugal
18.30 Canal Aberto
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telegiornal
20.50 Primeiro Amor
22.05 Herman Total
23.00 Euro 96: Resumo do dia
23.55 O Virus Assassino
01.05 24 Horas
01.45 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

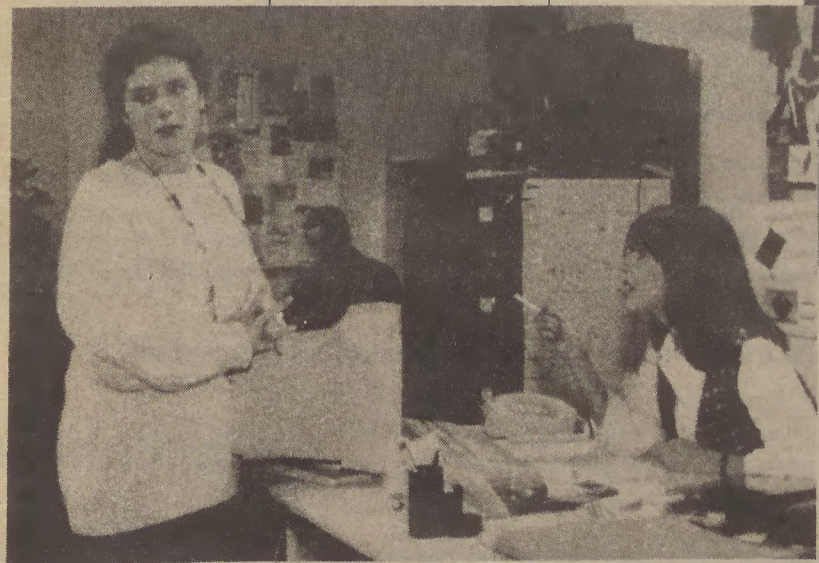
17.05 Notícias
17.15 Huckleberry Finn
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.35 Olho Clínico
19.10 Euro 96: Itália-Alemanha
21.35 Sinais do Tempo
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Doce Emma, Querida Bobe (de István Szabo, Hungria-1992. Drama)
00.35 Planeta Música

SIC

10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Escrita em Dia
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buérré
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Barba e Cabelo
22.30 Ousadias
00.55 Diário do Europeu
01.25 Último Jornal
01.40 Toda a Verdade
02.40 O Papá É Major
03.10 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Olho Vivo
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
21.30 Competente e Descarada
22.00 Robin dos Bosques, o Príncipe dos Ladrões (de Kevin Reynolds, EUA-1991, com Kevin Costner, Morgan Freeman, Sean Connery. Ver Destaque)
00.35 TVI Jornal
01.10 Jornal do Mundo
01.40 Quase Modelo, Quase Detective



«Odisséia Submarina»: o regresso do comandante Cousteau, agora na TVI ao sábado

«Primeiro Amor», uma «Malhação» à portuguesa

«Herman Total», antologia do que de melhor Herman José foi fazendo ao longo de anos

Peter Sellers na vida, por si próprio - a 2ª parte passa na segunda-feira. Na RTP 2



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Vidas Nocturnas

(Sexta, 02.25, RTP1)

Se não se impressiona com as situações por vezes macabras que os filmes de *terror* nos dão a ver, então está aqui nas suas sete quintas: John Carpenter produziu este tríptico de verdadeiro horror cuja origem se encontra numa morgue e nos cadáveres dos principais protagonistas. Neste telefilme, duas das histórias são realizadas por Carpenter e uma terceira por Tobe Hooper. Mas, por ali vagueiam os «fantasmas» de gente que deu cartas no género, como os realizadores Roger Corman, Sam Raimi ou Wes Craven, e, ainda, as cantoras Sheena Easton e Deborah Harris ou a modelo Twiggy, fazendo companhia aos actores Stacy Keach e Robert Carradine. Ou seja, um pessoal de morrer...

Em Busca da Felicidade

(Sábado, 19.40, RTP2)

Trata-se de um documentário pela primeira vez transmitido pela televisão portuguesa e inédito entre nós. No seu Boletim, a RTP informa tratar-se de um documentário produzido, realizado, escrito e filmado pelo cineasta francês Louis Malle na América e por ele narrado, «um magnífico documentário sobre o extraordinário «puzzle» humano e étnico dos Estados Unidos». O realizador debruça-se sobre as vidas de muitas pessoas que, dos quatro cantos do Mundo, por uma ou outra razão, emigraram para aquele país e extrai desse inquérito algumas conclusões sobre as contradições que, também ele, veio encontrar no país do chamado «sonho americano». Com alguma expectativa, um filme certamente a não perder.

O Poder de um Jovem

(Sábado, 23.50, TVI)

As intenções são das melhores, mas alguma perplexidade e reserva não podem deixar de surgir: John Avildsen é, recorde-se, o realizador de coisas como *Rocky* ou *O Momento da Verdade* (*Karate Kid*). E no entanto, aqui, neste filme, ele debruça-se criticamente sobre o *apartheid* ao contar-nos a história de um jovem sul-africano branco que, para lutar contra a discriminação dos seus compatriotas negros, decide envolver-se pela prática do boxe e participar em combates mistos. As opiniões da crítica estão fortemente divididas quanto às boas intenções ou ao oportunismo do realizador. De acordo estão todos em relação às excelentes interpretações de Morgan Freeman ou Armin-Mueller Stahl. Quando ao resto, caro leitor, veja e decida.

Sozinho em Casa

(Domingo, 16.00, TVI)

O Natal é o motivo próximo que leva um casal americano a decidir tirar uns dias de férias em Paris. O problema é que, quando voam já sobre o Atlântico, chegam à conclusão de que o jovem Kevin ficou, esquecido, em casa... Eis o quadro em que se desenrola esta comédia frenética, cujo único interesse é (no meio de alguma desnecessária e excessiva violência) acompanhar as hilariantes aventuras e desventuras de um jovem (um pequeno grande actor - Macauley Culkin) perante os perigos e as tentações que, sozinho em casa, tem de enfrentar. Um filme que, à falta de melhor, as televisões costumam transmitir pelo Natal mas que agora a TVI, em nítida época de saldos, resolveu mandar para o ar.

O Miradouro da Lua

(Domingo, 20.30, RTP2)

Primeira co-produção entre Portugal e Angola no domínio do cinema, este filme é também a primeira experiência do realizador Jorge António no cinema. E o argumento fala-nos do trajecto de um jovem português que, pretendendo encontrar o seu pai, se desloca a Angola e



Um documentário de Louis Malle sobre a América, sábado, na RTP 2

jovem actor britânico Kenneth Branagh. Já 45 anos antes, um seu compatriota, que dava pelo nome de Laurence Olivier, fizera uma primeira adaptação ao cinema da obra de Shakespeare. Tinha ele, na altura, trinta e sete anos e, como recentemente aqui recordámos a propósito da versão que realizou, terá afirmado um dia que Henrique V era o tipo de papel impossível de representar quando se é muito novo: «Quando se é jovem, é-se demasiado tímido para representar um herói; acaba-se por desiludir.» À data da produção deste filme, Branagh, como vinte e oito anos, resolvia «arriscar» e acabou por «não petiscar» completamente, pelo menos enquanto realizador.

Uma Mulher Para Dois

(Domingo, 01.30, SIC)

Num comboio que os transporta até Paris, encontram-se um autor teatral, um pintor e uma artista de *music-hall* que o destino vem a juntar e a tornar inseparáveis, não sem que a jovem tenha estabelecido, à partida, um acordo de princípio: nada de paixões nem de ciúmes, tudo não poderá ultrapassar o amor platónico. Só que, no fim, a artista deixa os nossos «heróis» a olhar um para o outro... e casa-se com o produtor teatral! Uma comédia pouco vista na televisão, extremamente interessante e com admiráveis interpretações, bem ao jeito da arte de Ernst Lubitch e da escrita de Noel Coward. Da primeira vez que a SIC a transmitiu foi... às cinco da manhã de um sábado, em Dezembro do ano passado! Agora, é à uma e meia de um domingo... Já estamos a melhorar!

Eu... Pai?

(Segunda, 22.00, TVI)

A história deste filme realizado para a televisão debruça-se sobre as aventuras amorosas de um rapaz e de uma rapariga, cujas consequências - causadoras de problemas, divergências e dramas - são ter a jovem ficando grávida. O tema é demasiado batido mas, segundo as referências, parece que a realização deste telefilme foi rodeada de cuidados superiores à média. Na interpretação destacam-se Dermont Mulrooney, Patricia Arquette e Danny Aiello.

Confiança

(Segunda, 23.10, RTP2)

Primeiro de uma série de filmes realizados pelo reputado cineasta húngaro Istvan Szabo que a RTP 2 apresenta na rubrica *Cinco Filmes, Cinco Noites*, esta obra datada de finais dos anos 70 tem argumento situado durante o período da ocupação nazi da Hungria e debruça-se sobre o caso de uma mulher que é obrigada a viver com um desconhecido por causa das actividades clandestinas do seu marido, membro da Resistência. Um filme negro, indirectamente influenciado pelo cinema negro norte-americano, com uma história marcada por uma atmosfera de desconfiança e secretismo.

Coronel Redl

(Terça, 23.10, RTP2)

Oriundo de um meio modesto e de uma minoria étnica, em pleno império austro-húngaro, Alfred Redl não desperdiça a sua inteligência, prossegue os estudos e chega até à academia militar onde se torna amigo de um aristocrata. É assim que, numa trajectória imparável e renegando a sua própria família, ele sobe rapidamente na hierarquia militar e se integra

plenamente nos círculos do poder, como encarregado supremo dos serviços secretos. Até que uma história de *complot* com ramificações as mais estranhas e surpreendentes o levam ao desespero e ao suicídio. Estávamos em vésperas da I Grande Guerra. Encenado com insuperável brilhantismo e escapelizando com frontalidade os mecanismos da corrupção e do poder, esta segunda obra de uma trilogia começada com *Mephisto* é uma das mais belas de Istvan Szabo e conta com uma interpretação fora de série do austríaco Karl Maria Brandauer na personagem principal.

O Gafanhoto

(Terça, 02.10, SIC)

Um melodrama que nos conta a trajectória de uma jovem cujas desventuras da vida transformam, aos 22 anos de idade, em *call girl* na luxuriante Las Vegas. Um pouco superior ao que o género costuma dar-nos, o filme tem um bom desempenho de Jacqueline Bisset.

Robin dos Bosques, O Príncipe dos Ladrões

(Quarta, 22.00, TVI)

Exemplo acabado da eficácia do cinema industrial americano, esta versão de *Robin dos Bosques* tem todos os condimentos para funcionar junto do grande público e o superficial brilhantismo da encenação, acompanhado de uma frenética montagem e apoiado numa virtuosística (mas por vezes pleonástica) movimentação das câmaras, aí estão, imperantes, para quem tiver dúvidas. Mas quem também quiser socorrer-se da memória, lembrar-se-á que a interpretação de Errol Flynn ficou a marcar esta lendária personagem para sempre e jamais compreenderá como o sotaque americano de Kevin Kostner poderá alguma vez conferir-lhe credibilidade. Enfim, um divertimento para os anos 90.



Emma Thompson e Kenneth Branagh, em «Henrique V», um filme de Branagh



Kevin Kostner e Morgan Freeman, em «Robin dos Bosques...», de Kevin Reynolds



Ernst Lubitsch e Istvan Szabo, dois grandes realizadores com filmes na SIC e na RTP 2: respectivamente, «Uma Mulher Para Dois», no domingo, e «Confiança» e «Coronel Redl», na segunda e terça-feira



De facto, o resultado final do filme, pretendendo, ao contrário do de Olivier, afastar-se de uma certa fórmula do «teatro filmado», não consegue escapar a essa outra contradição de ser incapaz de se transformar em grande cinema, mesmo com a inclusão de cenas em que é patente um esforço (que acaba por ser inglório) para uma exacerbada movimentação da câmara, lá onde a palavra e a quietude do ponto de vista («teatral», se se quiser) era o essencial. Mas, independentemente desta particular observação, sem dúvida que Branagh soube rodear-se dos dispositivos técnicos que

lhe permitiram transmitir grande realismo a certas seqüências, como é notório nas cenas de batalha, aliás particularmente violentas. Grande texto teatral, particularmente ao gosto dos britânicos em época de grave crise nacional - o filme de Olivier data de 1944, do período dos dias negros da II Grande Guerra -, Henrique V encontrou aqui, apesar de tudo, o tom certo de representação, através desse jovem mas já grande actor *shakespeareano* que é Kenneth Branagh, dos tais que é capaz de dizer, como se fossem novas, as grandes tiradas tantas vezes ouvidas. O que não é o menor dos elogios.

pela primeira vez contacta com uma realidade que lhe é estranha. Um filme que se diz realizado com sinceridade e sensibilidade e em que se destacam as interpretações de João Cabral, Aline Solange, Isabel de Castro ou Vítor Norte. A descobrir.

Henrique V

(Domingo, 21.50, TVI)

Trata-se, sem dúvida, de um dos filmes de maior êxito comercial dos finais dos anos 80, realizado e interpretado, no seu papel principal, pelo

■ Francisco Costa

Arrogância e impunidade

Quase parecendo que ninguém dá por isso ou finge por isso não dar - como se não estivéssemos a lidar, também aqui, com aspectos intimamente relacionados com a política e com a democracia e, portanto, com incidência directa na formação da opinião e na própria conduta do conjunto dos cidadãos -, assiste-se nas televisões portuguesas a uma escalada de desresponsabilização, arrogância e prepotência que já não se sabe até onde irá chegar. É sobre alguns aspectos aparentemente simbólicos e menores desta nova forma de totalitarismo que hoje achámos oportuno falar. Com a dureza das palavras que nem sequer de perto se aproxima da descontrolada violência a que todos os dias estamos sujeitos.

A arrogância do pivot

A coisa passou-se no *Telejornal* de anteontem, terça-feira. O primeiro grande destaque do noticiário foi, muito justamente, uma chamada de atenção para o extenso relatório em dois volumes que a Provedoria de Justiça acabara de publicar sobre o estado das prisões em Portugal no qual, após ser feito um diagnóstico da calamitosa situação a que se chegou, era sugerido ao Governo que se encerrassem três desses estabelecimentos prisionais e duas alas de um outro. A esta notícia, documentada por uma reportagem cujas imagens reforçavam em alguns casos o que havia sido diagnosticado e noticiado, seguiu-se uma curta entrevista com o Provedor de Justiça, Menéres Pimentel. Este teve o cuidado de salientar que o problema da sobrelotação, sendo extremamente grave, não era comparável com outras situações infra-humanas e calamitosas - promiscuidade, alastramento de doenças de grande perigosidade, ausência em muitos casos de quaisquer serviços médicos, etc., etc. - a que os presos estavam sujeitos; nem era, apesar de tudo, decisivo quanto à resolução dessas situações dado que, em alguns dos casos em que ela se verificava, tinham sido encontradas soluções que minoravam os problemas. Foi então que, a certa altura, o pivot José Rodrigues dos Santos, do alto da sua arrogância e impunidade, resolveu perguntar ao Provedor, sem pestanejar, se ele não considerava «ridículo» (sic) que se exigisse o encerramento de três estabelecimentos prisionais, quando se sabia haver graves problemas de sobrelotação! Quer dizer: o jornalista não tentou sequer utilizar termos mais reflectidos e comedidos como «complexo» ou «desajustado» ou, até mesmo, «irrealista» para qualificar uma exigência que, na sua estreita forma de entendimento, era incapaz de enxergar como justificável e urgente. No fundo, perante milhões de pessoas, o pivot sentiu-se à vontade para reagir às exigências de uma alta autoridade do Estado, como é o Provedor - aliás, apoiadas num estudo de dois volumosos tomos - como se estivesse na cantina da Televisão a ouvir o *Telejornal* e a dizer para os colegas do lado: «É pá, este gajo tem a mania de fazer exigências bestialmente ridículas!»

Este, o facto preocupante. O outro facto, não menos preocupante é o reverso dele: o próprio Provedor, ao ouvir a aleivosia, nem sequer a ela retorquiu no devido tom, nem tão-pouco evocou a autoridade do estudo ou se lembrou de argumentar que ridícula era a pergunta do jornalista!

A ilegalidade militante

Um segundo caso que, pela sua repetição e alastramento, atinge já as raias do escândalo público é a constante interrupção dos programas televisivos com sucessivos e desproporcionais *écrans* de publicidade, nos quais agora é moda entrecortá-los com

sincopados e sucessivos *spots* e *cortinas* cuja «ruideira» se destina a deixar o espectador preso à cadeira, como se acontecimentos de transcendente importância lhe estivessem a ser anunciados para esse dia ou estivessem previstos para as próximas emissões.

As coisas atingem, entretanto, as raias do inadmissível quando se trata de filmes e, sobretudo, quando estamos a falar de obras de arte. Existem

dispositivos legais internacionais, designadamente directivas comunitárias, que estabelecem regras para a inserção de publicidade nas emissões televisivas e, em particular, na transmissão de filmes. Apesar de terem sido acordadas e assinadas pelas autoridades governamentais portuguesas, nunca essas regras foram postas em prática ou sequer consideradas e respeitadas, nem pelos operadores privados de televisão nem sequer - o que é duplamente grave - pelo «serviço público» de televisão. As recentes

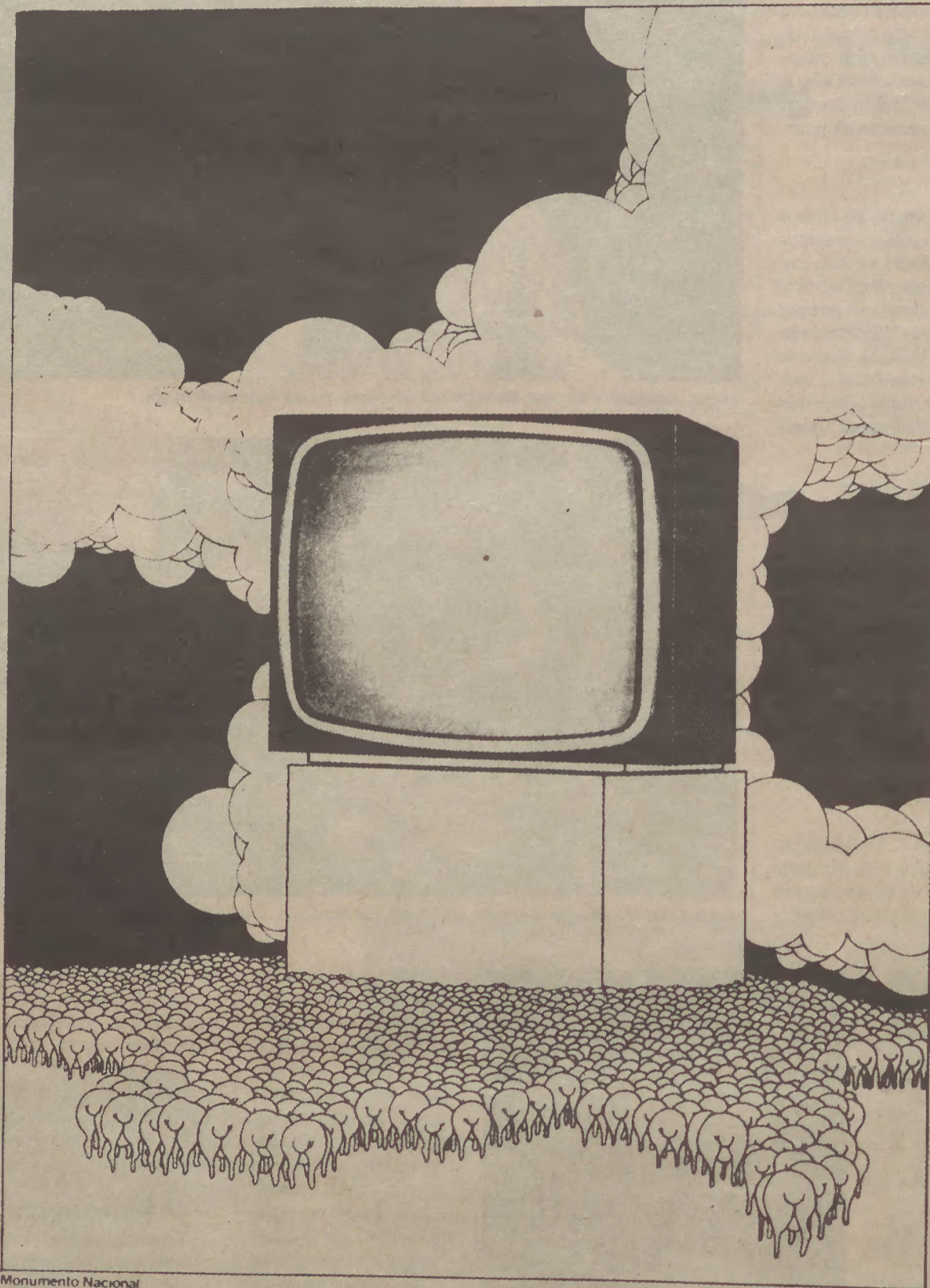
lhantemente predisposto a acatar com as gravosas consequências que se conhecem, o cumprimento destas directivas sobre a televisão tem sido deixado ao livre arbítrio dos operadores.

Com resultados inaceitáveis, como por exemplo este, entre tantos outros: na sexta-feira da semana passada o filme de Terrence Malick *Dias do Paraíso* (que, tendo o valor que tem, não deixa de ser uma obra de arte) foi interrompido pelo menos cinco vezes para *écrans* de publicidade, o que significa que foi escortinhado, pelo menos, em seis partes! Digo «pelo menos» porque não comecei a ver o filme de início. Mas as notas que, indignado, me dispus a começar a tomar, a partir do momento em que passei a ver o filme, dão, como resultado, que a maior duração de um dos seis fragmentos que dele vi não ultrapassou os 16m46s (a 4ª parte) tendo uma das cinco interrupções para a publicidade chegado a atingir a escandalosa duração de 8m38s (o primeiro *écran*). Ou seja: para 80m23s de filme (que foram os que eu vi) nada menos do que 36m07s de publicidade! Mas verdadeiramente significativo e escandaloso é que, neste caso, já nem sequer se fez referência no canto superior esquerdo do fotograma ao número da parte em que o filme ia após cada intervalo - o que é esclarecedor quanto à consciência pesada que acompanha estes actos de destruição da Arte e de desrespeito pela Cultura e quanto à suprema cobardia em tentar escamoteá-los!

Ficção em sanduíches

Terceiro e último exemplo: a forma pela qual a RTP 1 decidiu passar a transmitir as duas telenovelas portuguesas da noite. Talvez o leitor se recorde das repetidas afirmações públicas por parte dos novos responsáveis da RTP acerca da recusa em alinharem nas manobras baixas de contra programação ou em excessivamente se preocuparem com a concorrência dos privados ou a guerra das audiências. (Só o pudor me impede de ir buscar aos arquivos essas declarações!) Mas, depois de um começo prometedor, bastou passarem seis meses para que tudo voltasse ao mesmo regime de baixas golpadas que tanto caracterizavam a televisão cavaquista de Cerqueira e Moniz. Agora, mais uma vez, se repetiu o impensável. Veja-se a forma como as telenovelas «Roseira Brava» e «Primeiro Amor» passaram a ser ensanduichadas na sua transmissão diária. Com várias agravantes. A primeira: trata-se da maquinação mais perniciososa que se conhece para, à força, procurar fidelizar o público. A segunda: como ambas as telenovelas são portuguesas, com origem no mesmo produtor externo e com vários intérpretes coincidentes, os absurdos e as confusões na sua leitura e compreensão são mais que muitos. A terceira: mesmo não se tratando propriamente de «obras de arte» (chamar-lhe isto seria alcinha!), o desrespeito pelo trabalho e pela profissão atinge tanto os artistas e técnicos que nelas participaram quanto o desprezo pelos espectadores a que se dirigem. E,

João Abel Manta (1969)



Monumento Nacional

mudanças de orientação na televisão do Estado foram um sinal de esperança, já que acompanhadas de inúmeras declarações e promessas públicas por parte dos seus novos responsáveis de que a questão da publicidade e dos seus abusos seria uma das prioridades a ter em conta; também a isso se têm referido publicamente, quando individualmente entrevistados, membros de uma comissão criada há meses e encarregada de estudar o futuro do serviço público de televisão; essa tem sido, aliás, uma das temáticas que, de forma mais correcta e adequada, têm sido apresentadas publicamente pelo respectivo Secretário de Estado. Mas nada se tem feito para resolver a situação, antes tudo tem piorado. Ao contrário das directrizes comunitárias sobre as pescas ou sobre a agricultura que os sucessivos Governos se têm apressada e humi-

por último, a quarta: que pensar de um actor, de um autor, de um produtor, de um realizador - qualidades que Nicolau Breyner alegremente açambarca - que é capaz de permitir (e porventura estimular) que semelhantes atropelos se façam às suas produções? Que respeito tem ele próprio por elas? Até que ponto chegou o mercantilismo desta gente?

O problema é que, se até Menéres Pimentel se esquece de reagir às aleivosias televisivas a que é sujeito, não se estranhe que Almeida Santos não venha a ter a oportunidade de mandar esvaziar as galerias da Assembleia da República, porque porventura ninguém lá estaria presente a assistir se, por hipótese, assuntos «insignificantes» como estes ali fossem politicamente discutidos...

ESCAPARATE

MARIONETAS

A Casa dos Bonecos, em Évora

Inaugurada no passado mês de Março, a Casa dos Bonecos é um novo espaço cultural na cidade de Évora que a Câmara Municipal daquela cidade colocou à disposição do Centro Regional do Alentejo da UNIMA - União Internacional de Marionetistas. Localizada no Centro Histórico, no Beco do Largo de Machede Velho, este espaço foi recuperado e tornado funcional a uma actividade artística que tem grandes tradições na região (recorde-se a realização da Bial de Marionetas de Évora, de grande repercussão nacional e internacional) mas está aberto a outros ramos das artes. Com espectáculos regularmente realizados às sextas, sábados e domingos, assinala-se para este fim-de-



A «Casa dos Bonecos», antes e depois do restauro

-semana, às 21.30 horas, o seguinte programa: dia 14, *Sketches de Karl Valentin*, pelo Grupo Cénico da S.O.I.R. Joaquim António d'Aguiar; dia 15 *Varia-*

ções de Marionetas em redor da Música, pelo grupo Trulé; e dia 16, às 11.00, o espectáculo infantil *João Pateta*, pelo grupo Marioneta.

CINEMA

A História do Cinema Português

Incluídas neste ciclo organizado pelo Centro Cultural Malaposta (R. de Angola, Olival Basto, Odiveelas), nos meses de Junho e Julho serão apresentadas algumas das obras que melhor caracterizam a cinematografia portuguesa a partir do período do chamado «cinema novo». Com sessões a realizar sempre aos fins-de-semana, os amantes do cinema poderão assistir à projecção dos seguintes filmes: *Belarmino* (1964), de Fernando Lopes (nos próximos dias 14, 15 e 16 de Junho); *Cerromaior* (1980), de Luís Filipe Rocha (em 21, 22 e 23); *A Estrangeira* (1982), de João Mário Grilo

(em 28, 29 e 30); *Sem Sombra de Pecado* (1983), de José Fonseca e Costa (já em 5, 6 e 7 de Julho); *O Lugar do Morto* (1984), de António Pedro Vasconcelos (em 12, 13 e 14 de Julho); e, finalmente, *Um Adeus Português* (1986), de João Botelho (em 19, 20 e 21 de Julho).



TEATRO

Uma comédia sobre a Vida e sobre a Morte

E já amanhã, sexta-feira 14, que estreia no Teatro Malaposta a comédia *Três Num Baloço*, de Luigi Lunari (com tradução de Paulo Eduardo de Carvalho), um espectáculo caracterizado pela companhia que a apresenta como «uma comédia desopilante sobre as diferentes atitudes do Homem, perante o eterno problema da Vida e da Morte». Com música de Luís Cília, cenografia e figurinos de José Espada, encenação de José Peixoto e interpretação de Mário Jacques, Victor Santos, Jorge Silva e Ana Nave, esta comédia estará em cena naquele espaço teatral até ao dia 31 de Julho, com espectáculos às terças e sábados, às 21.30, e aos domingos, às 16.00.



MÚSICA

No 50º aniversário da morte de Manuel de Falla

Com dois concertos a realizar às 21.30, no Mosteiro de Leça do Balio e nos Claustros do Mosteiro de S. Bento da Vitória, no Porto, respectivamente em 15 e 16 do corrente, a Orquestra Clássica do Porto comemora o 50º aniversário da morte de Manuel de Falla. No reportório de ambos os concertos figuram as seguintes obras do grande compo-

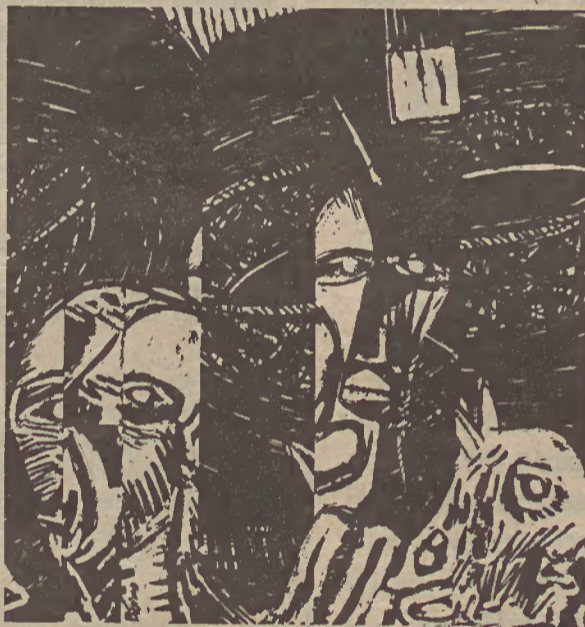
sitor espanhol: *El Amor Brujo*, *Noites nos Jardins de Espanha*, *Sete Canções Populares Espanholas* e a *Suíte nº 1* do bailado *El Sombrero de Tres Picos*. A interpretação estará a cargo da Orquestra Clássica do Porto sob a direcção do maestro Luis Izquierdo, com os solistas Ricardo Requejo (piano), Isabel Mallaguerra (contralto) e Elsa Saque (soprano).

A Cidade Sonhada

«Quando, no início deste ano, debatíamos o modo de assinalar os 75 anos de vida do PCP, logo surgiu a ideia de, a par de exposições documentais, publicações, debates, criar um ou mais espaços abertos à participação criadora de escritores e artistas portuenses. Definidos os critérios essenciais, uma equipa integrada por César Príncipe, Isabel Cabral, Óscar Lopes e Rodrigo Cabral deu corpo ao projecto. Assim nasceu esta edição com textos e imagens de autores de diversas sensibilidades, formações, mundivivências, que nos oferecem um certo retrato duma cidade em permanente transformação, mas conservando o carácter inconfundível do granito e das brumas, do trabalho e da festa. (...) Não nos cansaremos de defender a cultura e o acesso à cultura como uma componente inseparável da democracia. Fazem falta mais livros, mais pinturas, mais filmes, mais esculturas, mais músicas, mais teatro, mais obras de livre criação artística. São a vida e ajudam a conhecer a vida e também a vida a ser melhor.»

Estas palavras de José Sarabando, extraídas daquilo a que o autor chama uma «breve explicação», são a melhor introdução e notícia acerca de uma notável e riquíssima edição do Sector Intelectual do Porto do PCP intitulada *A Cidade Sonhada*. Nela se encontram coligidos textos, desenhos e pinturas de cerca de três dezenas de artistas portuenses, entre os quais se contam Carlos T, Egito Gonçalves, Eugénio de Andrade, Francisco Mangas, José Rodrigues, Manuel António Pina, Mário Cláudio, Papini-ano Carlos, Siza Vieira ou Viale Moutinho.

A CIDADE SONHADA



Uma pintura de Alberto Pêssimo

MULTIMEDIA

Camões em CD-ROM

Vida e Obra de Luís de Camões é o título e tema de um CD-ROM agora editado pela Porto Editora, especialmente útil para professores e estudantes, que junta num único CD a grande maioria das obras do poeta, desde os *Lusíadas* até ao Teatro, passando pela Lírica e até por alguma da sua correspondência pessoal mais relevante.

Todos os textos podem ser directamente exportados para um processador compatível com o Windows e uma das múltiplas possibilidades interessantes é a de, em qualquer momento, podermos accionar um comando que chama outros textos relacionados de alguma forma com o



excerto de *Camões* que estejamos a ler: as escolhas podem ir de Homero a Manuel Alegre, de Eugénio de Andrade a Afonso Lopes Vieira e cobrem áreas que vão do ensaio sobre os *Lusíadas* até às fontes inspiradoras do poeta.

A edição tem carácter didáctico mas inclui um jogo de teste de conhecimentos, de nível relativamente simples. Música da época (em formatos WAV e MIDI) e uma ampla galeria de imagens, ampliáveis e exportáveis para outros programas Windows, completam o rico conteúdo deste CD-ROM, a que só faltam excertos do único filme português sobre o poeta: *Camões*, de António Lopes Ribeiro.

LIVROS



600 Citações Para Reflectir Antes de Agir

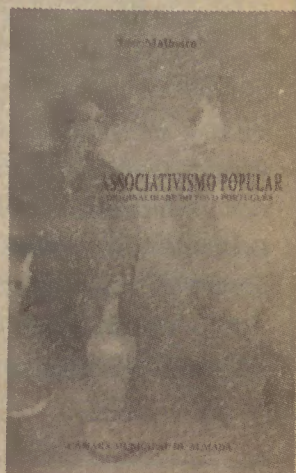
Com o Verão aí à porta, há quem aproveite para levar na bagagem de férias aquelas pesadas obras que o ano de trabalho não permitiu sequer folhear.

Há quem, entretanto, prefira as leituras leves, para olhar entre dois suspiros.

Este livro, de que falamos hoje, pertence à segunda categoria. Trata-se de um repositório de citações, tão ao gosto daqueles que não abrem a boca sem sentirem chão sólido debaixo dos pés ou, dito de outro modo, sem que a língua lhes resvale sem o amparo de algo já dito, de uma frase com provas dadas. Da autoria de Luc Boyer e de Romain Bureau, o primeiro doutorado em Gestão e o segundo "responsável pelos recursos humanos de uma grande empresa pública francesa" - segundo reza a badana -, o livrinho, editado pela Campo das Letras chama-se *600 Citações Para Reflectir Antes de Agir*. De Sócrates a Camus, há para quase todos os gostos. E como, em férias, o leitor se arrisca a pouco agir e a reflectir bastante, as citações menos conformes com um espírito aberto e progressista não constituem perigo...

Associativismo Popular

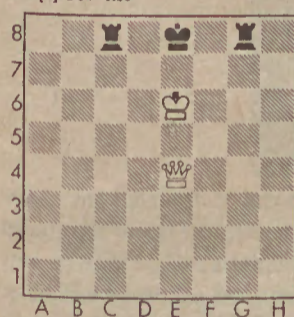
Numa edição da Câmara Municipal de Almada, recentemente apresentada a público numa sessão que reuniu mais de uma centena de pessoas, este livrinho da autoria de José Malheiro. Médico, radicado em Almada desde 1960, José Malheiro é figura conhecida como antifascista de longa data e democrata de sempre. Dirigente de várias associações cívicas, políticas e profissionais, a sua actividade pública estendeu-se de há muito às colectividades populares, participando em muitas delas no concelho de Almada. José Malheiro foi dirigente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (1974/75), Relator do II Encontro das Colectividades de Recreio do Distrito de Setúbal (1973) e Membro da Comissão Organizadora do III Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (Almada, 1993).



XADREZ

DLXIV - 13 DE JUNHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X025
Por: LADISLAV PROKES
Revista Romina de Sah, 1949

Pr.: [3]: Ts. ç8, g8 - R88
Br.: [2]: D64 - R66



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXIV

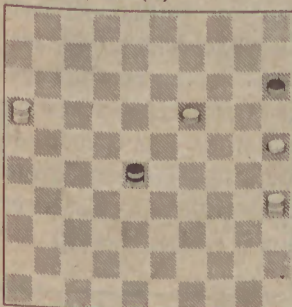
Nº 1996X025 [L.P.]: 1. D6S1, Tç6+; 2. Brd5+, Rd7; 3. Df5+, Rç7; 4. Df7+ e g. 1... Tg6+; 2. Rf5+, Rf7; 3. Dd5+, Rg7; 4. Dd7+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

DLXIV - 13 DE JUNHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D025
Por: M. TROALEN - Paris
L'Effort nº 158 Set./Out., 1974

Pr.: [2]: 15-(28)
Br.: [4]: (16)-19-25-(35)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXIV

Nº 1996D025 [H.T.]: 1. 16-38!, (28x5*); 2. 38-24, (5x46*); 3. 25-20, (46-510); 4. 20-14 e +

A. de M. M.

ATALHE DE FOICE

Roleta russa

Nas eleições presidenciais russas do próximo domingo já todos votaram. Do G7 ao FMI, da NATO à União Europeia, da Comunidade de Estados Independentes à ONU, do Banco Mundial a Paris, Bona, Washington, sem esquecer os luso-comentadores, já todos fizeram saber que presidente-só-há-um-o-Ieltsin-e-mais-nenhum. Só falta agora os russos propriamente ditos dizerem de sua justiça, ou seja, usarem do seu direito de voto e ditarem nas urnas o veredicto eleitoral. O processo, ao contrário do que se poderia esperar, não se afigura fácil.

De «bêbado», «corrupto» e «perdedor», Boris Ieltsin passou a charmoso, honesto, popular e ganhador, para o que muito contribuiu o volumoso investimento feito na recuperação da sua imagem, mais a rádio e a televisão russas, sem esquecer uns quantos jornais, que muito democraticamente entraram na corrida a favor de Ieltsin, e de forma tão afincada que o Instituto Europeu para os Media já teve oportunidade de constatar que ele é o único dos onze candidatos a que são feitas referências positivas. Com este panorama e nesta fase do campeonato, lógico seria que o champanhe, o vodka e o caviar da vitória estivessem prontos a saltar para os cristais e porcelanas do Kremlin, que os estados-maiores de Ieltsin estivessem nas provas finais dos factos de cerimónia, que os staffs menores se entretivessem a desenvenilhar secretárias e estantes da propaganda eleitoral para pacífico retorno ao status quo. Ora sucede que, ao invés, um súbito frenesim se apossou das hostes ganhadoras, e de um momento para o outro todos começaram a falar de fraude e falsificação, de eleições que não serão nem livres nem justas, de golpes de Estado, de actos terroristas, de jogo viciado, de falta de liberdade de expressão, de farsa eleitoral.

A escassos dias das eleições, descobre-se que afinal as sondagens revelam que mais de um terço dos eleitores ainda está indeciso, enquanto se avança - nas palavras da enviada do «Expresso» a Moscovo - que ninguém parece imaginar a hipótese de Ieltsin perder, «seja qual for o resultado eleitoral», e se anuncia que o actual Presidente já veio a público acalmar (?) os ânimos com a garantia de que «não haverá guerra civil». De repente, como se saídos do nada, os eleitores russos ganharam um protagonismo num acto eleitoral cedo dado como decidido. O que parecer assustado os «democratas», de súbito a braços com a hipótese, pelos vistos não considerada, de que as eleições se ganham e perdem, e que uma boa operação de marketing nem sempre basta para conquistar o mercado. Foi aí que se abriram as portas aos fantasmas de sempre, do nós ou o caos, tão usados por esse mundo fora.

O jogo, na Rússia, não é a feijões. O problema é que já toda a gente parece ter percebido isso, incluindo os que nem feijões têm para jogar. Não deixa de ser curioso assinalar que essa realidade tenha saltado agora para as primeiras páginas da cena política internacional, quando há muito se poderia ter constatado que o manto diáfano da economia de mercado, vulgo capitalismo, é manta demasiado curta e rota para um país que já se orgulhou do seu lugar no mundo.

■ AF

Comissão quer reduzir quota portuguesa da sardinha

Os ministros das pescas da União Europeia iniciaram segunda-feira, no Luxemburgo, as negociações sobre as reduções da frota comunitária e dos níveis de capturas para os próximos seis anos.

Na mesa de trabalhos do Conselho «Pescas» está uma proposta da Comissão Europeia prevendo reduções de 40 por cento para os sectores portugueses da sardinha (30 por cento nos anos 1997-1999 e 10 por cento de 2000 a 2002) e do espadarte, tamboril e pescada (30 por cento no primeiro triénio, 10 por cento no segundo).

Tais propostas constam do projecto de plano-quadro (Programa de Orientação Plurianual-POP IV), com início previsto a 1 de Janeiro de 1997, que fixa os objectivos e as regras da reestruturação das pescas comunitárias durante os próximos seis anos.

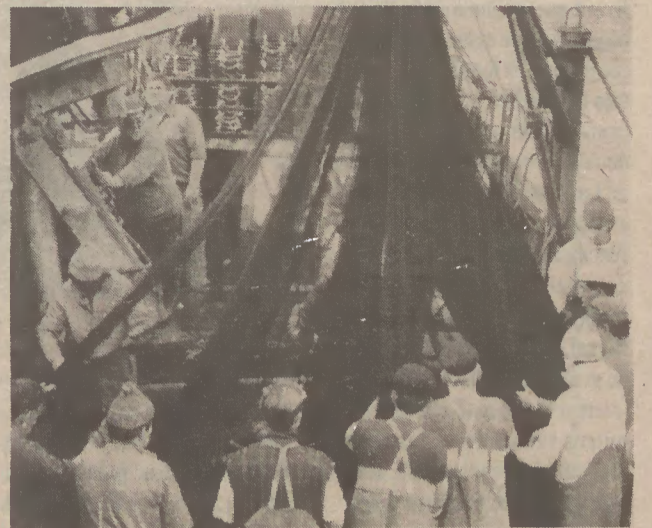
A polémica gerada de imediato nesta matéria promete prolongar-se. Com efeito, as propostas em debate prevêem drásticas reduções nas frotas de Portugal e Espanha - os países que mais efectivos já abateram -

, o que é considerado inaceitável pelo sector pesqueiro de ambos os países.

Acordo Comercial com Marrocos

Entretanto, os deputados do PCP ao Parlamento Europeu votaram contra o Acordo de Associação entre a União Europeia e o Reino de Marrocos que foi aprovado no dia 6 em sessão plenária, em Bruxelas.

Este acordo prevê, entre outras coisas, a progressiva redução, até à anulação total, da aplicação de taxas sobre a importação de conservas marroquinas, o que poderá trazer graves consequências para a indústria conserveira portuguesa, designadamente no sector das conservas de sardinha. Além das consequências directas ao nível



A UE pretende reduzir a sardinha portuguesa em 40 por cento

do emprego neste sector, vai afectar outros sectores a montante, especialmente a pesca de cerco em Portugal, pois cerca de 50 por cento das suas capturas são destinadas ao fabrico de conservas de sardinha.

O acordo prevê ainda a concessão de direitos especiais à entrada de produtos hortofrutícolas (nomeadamente tomate) de Marrocos, livres de taxas aduaneiras, o que coloca a produção destes sectores numa situação de desigualdade, eliminando qualquer hipótese de competição.

Sublinhe-se, mais uma vez, que as reduções das taxas aduaneiras previstas pelo presente acordo, designadamente nos sectores referidos, nem sequer respeitam as condições, prazos e valores previstos nos termos dos já gravosos Acordos do GATT.

O acordo necessita, para entrar em vigor, da ratificação dos parlamentos nacionais de todos os Estados-membros. No entanto, a aplicação da sua com-

ponente comercial foi antecipada para o início deste ano sem que a Assembleia da República fosse chamada a pronunciar-se, o que constitui um claro desrespeito pelas normas de funcionamento democrático, na altura denunciado e criticado pelo PCP.

Outro dos motivos da recusa foi o facto de, segundo o definido pelo próprio PE, o estabelecimento de semelhantes acordos ser condicionado ao respeito dos direitos humanos pelo interlocutor em causa. Acontece que Marrocos continua a ignorar o direito do Sahara Ocidental à autodeterminação, adiando e boicotando o processo de referendo decidido pela ONU e a violar aí sistematicamente os direitos humanos (segundo a Amnistia Internacional, o número de saharauis «desaparecidos» ultrapassa os 500), situação que não pode ser ignorada, nem muito menos tolerada com a aprovação do acordo.

Jornadas parlamentares sobre Educação

O Grupo Parlamentar do PCP promove, segunda e terça-feira próximas, as suas jornadas parlamentares centradas na área da Educação. A sessão de abertura tem lugar no Palácio Pincas Palha, situado Travessa do Recolhimento de Lázaro Leitão, em Santa Apolónia, Lisboa, segunda-feira pelas 10.30 horas, devendo prolongar-se até às 12 horas. Nesta sessão intervém o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Durante a tarde do mesmo dia, os parlamentares comunistas efectuem visitas a diversas entidades ligadas com a área da Educação.

Às 21 horas decorre um colóquio no mesmo Palácio dedicado ao tema «Direito à Educação: Como concretizar?»

Na manhã de terça-feira, 18, os deputados realizam uma conferência de imprensa pelas 12 horas em que divulgarão as conclusões das jornadas parlamentares.

Esquerda Europeia em jornadas de estudo

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) do Parlamento Europeu, do qual fazem parte os eurodeputados do PCP, termina hoje as Jornadas de Estudos iniciadas na terça-feira, em

Roma. Numa altura em que a agenda europeia é marcada pelos (parcos) desenvolvimentos da Conferência Intergovernamental e pela galopada rumo à moeda única, os três dias de reunião serão consagrados à análise e reflexão

sobre os caminhos que o chamado processo de construção europeia está a tomar, os seus aspectos políticos e institucionais (como, por exemplo, a CIG e a UEM) e, principalmente, as consequências sociais destas opções, como o desemprego, o cumprimento dos critérios de convergência nominal e a crise do Estado providência.

Durante a sua estadia, os 33 deputados do Grupo manterão contactos ao mais alto nível com diversas personalidades políticas italianas, por quem foram recebidos, nomeadamente o presidente da República, Oscar Luigi Scalfaro, o presidente da Câmara de Deputados, Luciano Violante, e o presidente da Câmara de Roma, Francesco Rutelli.

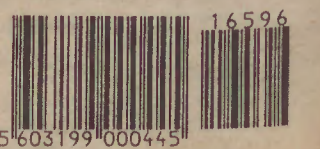
PCP/Açores Contra aumento de tarifas aéreas

Em nota à comunicação social, o Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores denuncia como «inaceitáveis e condenáveis» os aumentos tarifários da TAP nas ligações aéreas Açores/Lisboa, os quais configuram «a manutenção de uma política limitativa da circulação dos cidadãos e penalizadora do desenvolvimento da economia regional».

Os comunistas açorianos consideram que estes aumentos

ignoram o estipulado no Programa do actual Governo da República, que refere que a política de transportes e comunicações deve «minorar as consequências da descontinuidade territorial, factor de real desigualdade», e contrariam as afirmações do primeiro-ministro António Guterres, ao coordenador do PCP/Açores, de que o seu Governo «iria estudar em profundidade a questão das tarifas aéreas» uma vez que as actuais eram «muito penaliza-

doras». Sublinhando que «passados alguns meses foi esquecido o compromisso livremente aceite pelo primeiro-ministro e foi sancionado pelo Governo da República o aumento das tarifas», o Secretariado da DORAA reclama do Governo da República a anulação dos aumentos anunciados e a realização de um estudo urgente com vista ao estabelecimento de uma política de tarifas aéreas mais baixas.



16596

da festa!

AMORA-SEIXAL
6, 7 e 8 SETEMBRO

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 1
13 de Junho de 1996

Não pode ser vendido
separadamente



Ao trabalho que é festa!

Todos os anos, muitas centenas de militantes e simpatizantes comunistas vão até à Quinta da Atalaia para, generosamente, participarem na construção, realização e depois desmontagem da maior Festa que no país se faz ao ar livre. São milhares de horas de trabalho voluntário sem as quais não seria possível abrir as portas aos visitantes. Mas é também um factor fundamental e determinante para o ambiente franco e fraterno que ali se respira. A Festa é, assim, o resultado directo do esforço

empenhado dos militantes e, por isso, é também uma manifestação da sua forma de ver e estar no mundo.

Foi assim nas últimas 20 edições e assim vai continuar a ser no futuro. O trabalho, esse já começou... Para muitos é um momento de reencontro com camaradas de festas anteriores, para outros é a novidade de fazerem parte do grande colectivo que ergue o principal acontecimento de Setembro. Todos são necessários. Todos são bem recebidos.

Não esqueças: no próximo fim-de-semana vem ajudar à Festa!



A Corrida

Inscrições em Julho e Agosto

A já tradicional Corrida da Festa realiza-se na manhã de domingo, dia 8 de Setembro. Com a partida marcada para as 9.30 horas, junto ao Campo do Amora, esta prova será certamente uma grande manifestação desportiva de massas, que, à semelhança dos anos anteriores, levará milhares de pessoas até à Atalaia.

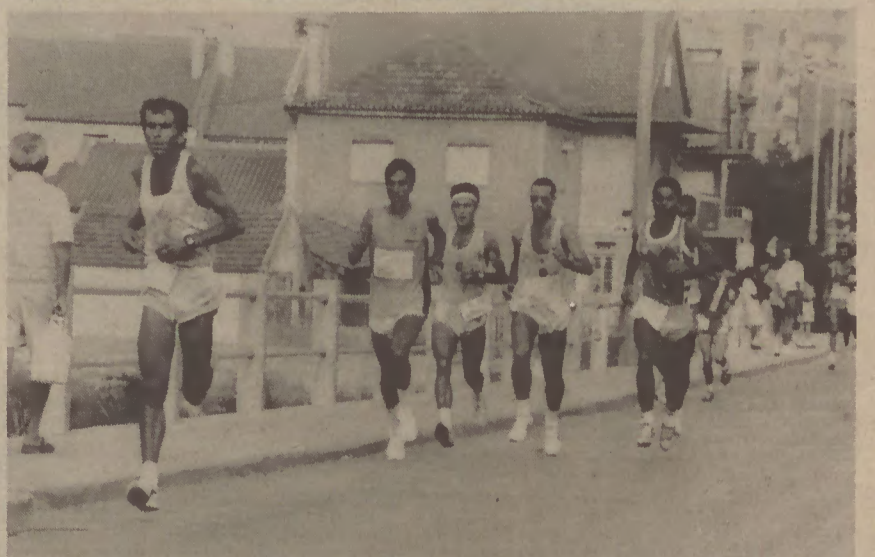


CORRIDA DA FESTA



8 de Setembro 1996
9,30 h. (Junto ao Campo do Amora)

INSCRIÇÕES EM JULHO E AGOSTO



6,7 e 8 SETEMBRO
ATALAIA - AMORA - SEIXAL

Destinada a todos os participantes individuais e equipas, a Corrida da Festa é uma prestigiada prova que marca o início da época desportiva de muitos atletas de renome internacional

Divulgar a Festa com desporto

Fazer desporto e divulgar a Festa são duas ideias que estão na origem de vários acontecimentos desportivos que todos os anos são realizados nos meses de Julho e Agosto.

Com o torneio de futebol de salão já a decorrer em várias regiões do País, como são exemplos Lisboa, Porto, Setúbal, Beja e Covilhã, outras modalidades estão já anunciadas para os próximos meses.

Atletismo Alcabideche- -Trajouce

No próximo dia 7 de Julho, a Comissão Concelhia de Cascais promove uma prova de atletismo, que terá a partida pelas 9.30 horas, no Largo de Alcabideche e chegada em Trajouce, frente à Colectividade 9 de Abril. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas nos centros de

trabalho do PCP no concelho até ao próximo dia 5 de Julho. A prova, com uma extensão de 12,5 quilómetros, é aberta a todos os atletas de ambos os sexos, federados ou não, e nos seguintes escalões: Juniores, (ano de nascimento - 1977-78); Seniores (masculinos: 1957-1976; femininos: 1961-1976); Veteranas

(1960 e anteriores); Veteranos 1 (1952-1956); Veteranos 2 (1947-1951); Veteranos 3 (1942-1946); Veteranos 4 (1941 e anteriores). Os atletas interessado podem solicitar mais informações através dos telefones: CT Tires - 444 22 53; CT Cascais - 486 69 91; CT da Parede 455 11 22 e CT de Alcabideche 429 21 45.



Canoagem Belém-Seixal

Para os praticantes de canoagem, a Comissão do Desporto da Festa do «Avante!» e a Associação Naval Amorense realizam, em 13 de Julho, domingo, o «Avantejo», que cumprirá o

percurso de 16 quilómetros entre Belém e o Seixal. A partida tem lugar nos Cais de Belém - ANL, pelas 10.30 horas, podendo os participantes contar com corrente a favor e algum tráfego marítimo junto a Cacilhas. A segurança da

prova será efectuada pela capitania do Porto e pela Associação Naval Amorense. São admitidos atletas federados e não federados, devendo estes encaminhar as suas inscrições para Associação Naval Amorense -

Rua Mundete, 2840 Amora (Tel. 222 87 12 ou 224 43 85). Todos os participantes terão direito a um prémio de presença sendo atribuído um prémio especial ao clube que apresentar um número de atletas superior a 15. A organização aconselha o

uso de coletes e flutuadores. Em meados de Julho, realizam-se ainda os concursos de pesca, em Castelo Branco e em Lisboa, enquanto os cicloturistas têm encontro marcado para 25 de Agosto, numa prova que terminará na Quinta da Atalaia.

O palco dos novos valores



A criação do Palco da Liberdade, situado na área da Organização de Setúbal, é uma novidade deste ano que visa dar oportunidade a novos valores da música portuguesa, correspondendo também assim às várias solicitações de grupos e artistas pouco conhecidos interessados em divulgar o seu trabalho na Festa. A selecção prévia começou há vários meses através das organizações regionais do Partido, mas se quiseres tentar a tua sorte ainda vais a tempo de entregar uma cassete audio ou vídeo nos centros de trabalho do PCP, ou directamente no gabinete da Festa do «Avante!» na Rua António Serpa, 26-2º Esq. 1000 Lisboa. Os grupos ou cantores individuais seleccionados terão assim oportunidade de mostrar o que valem dispendo para isso de um palco bem equipado e de um público generoso. E depois, quem sabe o que poderá acontecer?...



Compra a EP Solidariza-te com a Festa

A venda antecipada da EP - Entrada Permanente - é o seguro de vida da Festa do «Avante!». Única fonte de receita desta importante iniciativa política e cultural, a EP é mais do que um simples ingresso. É ela que permite que todos os anos se façam grandes melhoramentos no terreno e que se ofereça uma programação sempre recheada com os melhores espectáculos e exposições.

Por isso, compra já a tua EP e convence os teus amigos que, ao fazerem-no, estão a praticar uma acto de solidariedade com a Festa.

Custa apenas dois mil escudos e está à venda em todos os centros de trabalho do PCP assim como nas mãos de muitos militantes comunistas e amigos da Festa.



SEXTA	ENTRADA 6 Festa Avante!	20 anos 1976/1996
SÁBADO	ENTRADA 7 Festa Avante!	20 anos 1976/1996
DOMINGO	ENTRADA 8 Festa Avante!	20 anos 1976/1996
6, 7 e 8 SETEMBRO AVANÇADA - A NOVA - SEXTA	ENTRADA Festa Avante!	20 anos 1976/1996